



REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da
Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/UNIMONTES
Volume 7 - Número 2 - ago./dez. - 2019

REVISTA **multi** [texto]

Revista de divulgação científica do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes

V.7, N.2, ago./dez. 2019



Montes Claros/MG - 2019

Corpo Editorial

Conselho Editorial Executivo

Fernando Guilherme Veloso Queiroz
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo
Betânia Maria Araújo Passos
Maria Aparecida Pereira Queiroz

Editores Científicos

Ronilson Ferreira Freitas
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis
Alenice Aliane Fonseca

Conselho Editorial Científico

Andrea Nogueira do Amaral Ferreira
Betânia Maria Araújo Passos
Gustavo Souza Santos
Josiane Santos Brant Rocha
Maria Aparecida Pereira Queiroz
Patrícia Takaki Neves
Ronilson Ferreira Freitas
Rosângela Ramos Veloso
Vinicius Dias Rodrigues
Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis

Assistentes Editoriais

Revisão Textual:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Revisão de Referências:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Assessoria técnico-científica:
Pesquisa CEAD/Unimontes

Projeto Gráfico:
Jésus Ricardo de Faria Almeida

Diagramação:
Sanzio Mendonça Henriques

Contato

Endereço postal

Campus Darcy Ribeiro - Unimontes
Av. Rui Braga s/n, Vila Mauricéia,
Prédio 7, 2º piso, sala 10
CEP: 39.401-089 - Montes Claros/MG

Contato Principal

Ronilson Ferreira Freitas
Telefone: (38) 3229-8303
E-mail: revistamultitexto@ead.unimontes.br
www.ead.unimontes.br/multitexto

Contato de Suporte

TI EAD/Unimontes
E-mail: gerenciati@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br

Volume 7 - Número 2 - Ano VII - aog./dez. 2019

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

ISSN 2316-4484

[sumário]

7 Apresentação

8 Carta aos leitores

ARTIGOS ORIGINAIS

11 O Percepção da equipe multiprofissional e do apenado sobre a aplicação da Lei 7.210/1984 frente ao amparo da Lei 10.216/2001

Mariane Alves dos Santos; Ronilson Ferreira Freitas

18 Interação medicamentosa entre antidiabéticos e anti-hipertensivos em idosos

Eurislene Moreira Antunes Damasceno; Christina Durães Prates; Maria Valéria Ribeiro Martinho; Bianca Montalvão Santana; Thalita Pimentel Nunes

25 Análise da hidratação na pratica da modalidade de ginástica localizada pump em indivíduos normotensos

Ana Caroline Fróis Boas; Claudia Christine Silva Jesus; Thalita Cardoso Souza; Mariana Rocha Alves; Vinicius Dias Rodrigues

33 Percepção da assistência farmacêutica na atenção primária do sistema único de saúde

Eurislene Moreira Antunes Damasceno; Armando Alves Mineiro; Deval Barbosa Junior; Bianca Montalvão Santana; Thalita Pimentel Nunes

40 Perfil dos pacientes de ortopedia e traumatologia atendidos pelos acadêmicos de fisioterapia de uma clínica escola

Ângela Cristina Pereira da Cruz; Viviane Emanuele Soares Aragão; Magda Mendes Vieira; Wellington Danilo Soares; Mariana Rocha Alves; Vinicius Dias Rodrigues

ARTIGOS DE REVISÃO

51 Multiparentalidade: coexistência das paternidades biológica e socioafetiva e os reflexos do seu reconhecimento no âmbito jurídico

Nara Laís Silva Freitas; Ronilson Ferreira Freitas

63 Importância e perspectivas da proteína lactase: uma revisão

Juliana Kátia Lopes Araújo Rodrigues, Geziella Aurea Aparecida Damasceno Souza, Larissa Bicalho Pimenta, Cláudia de Aguiar Menezes Fonseca, Danielle Soares Malveira, Ronilson Ferreira Freitas

71 Sobre o que é falado e o que é silenciado: uma análise sobre a inclusão do debate de gênero e sexualidade no currículo do ensino básico brasileiro

Cassianne Campos Diniz; Daniel Mende Fernandes

83 A questão da identidade no direito internacional público: diretrizes jusfilosóficas para um mundo multipolar

Lucas Leiroz de Almeida

95 Disciplina de Iniciação a Atenção Primária a Saúde (IAPS) I: relato de experiência

João Pedro Brant Rocha

99 Diretrizes para submissões

Apresentação

O Centro de Educação a Distância - CEAD/Unimontes foi inaugurado em 2011 em histórico de ricas experiências vivenciadas pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes ao longo de 15 anos. Uma jornada de esforços conjuntos e uma estima apaixonada pela educação e pelo conhecimento científico carecia, em seu núcleo, de uma plataforma que reunisse todas as perspectivas constitutivas de sua história e finalidade. Um anseio crescente da instituição que se desdobra e desdobrará em produtos e iniciativas de fomento em pesquisa. Em 2012, como fruto gerado diretamente do âmago dessas necessidades unidas ao cenário nacional de valorização crescente da pesquisa científica, surge a Revista Multitexto.

A Revista Multitexto nasce como um periódico em movimento. São contribuições de abordagens múltiplas num ensejo genuíno e único de progressão científica em pesquisa. Um marco para os estudos na área de ensino a distância numa oferta interdisciplinar. Unidade na diversidade: a grande proposta da revista. Espaço aberto para pesquisadores e entusiastas. Multipliquem-se os multitextos em contribuições múltiplas.

Sobre a Revista Multitexto

Publicação semestral do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, que contribui na área de conhecimento produzida pelas fenomenologias e áreas correlatas em Educação a Distância, com foco interdisciplinar.

Aberta em 2012, a Revista Multitexto recebe colaborações de pesquisadores em ensino a distância e demais áreas. É meta referencial da revista abordar questões conceituais e metodológicas, bem como, os desenvolvimentos da pesquisa, aplicada ou teórica, na área de educação à distância (EAD); difundir a produção científica de pesquisadores da área de educação à distância (EAD), inseridos em Institutos de pesquisa e de educação superior no Brasil; propiciar um espaço para o debate teórico acerca de áreas de enfoques específicos, e, possibilitar um esforço interdisciplinar em pesquisa.

[CARTA AOS LEITORES]

Caros leitores,

Em uma nova edição, os múltiplos textos se constituem em uma plataforma de diálogo multidisciplinar, fruto de pesquisas de estudantes, professores e pesquisadores de regiões e áreas de atuação diversas. Novos 12 trabalhos são apresentados entre relatos de experiência, artigos de revisão e artigos originais, abrindo o quarto volume da revista.

Nesta edição, abrimos espaço a contribuições diversas que portam o ensejo de produzir ciência e aprimorar o conhecimento. Gradualmente, a Revista Multitexto consolida sua meta, a de oferecer textos múltiplos em diálogos variados no intercâmbio científico. Celebramos ainda as indexações da revista nas bases de dados DOAJ, Latindex, EZB e Diadorim e nos aproximamos da qualificação.

Aprecie as colaborações desta edição e prepare-se para contribuir em nossos próximos volumes e edições. Desejamos promover elos, pontos de conexão, pontes e estradas onde o conhecimento integrado e diversificado seja um importante baluarte.

Com estima e gratidão,

Equipe Editorial

Artigos Originais

PERCEPÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E DO APENADO SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI 7.210/1984 FRENTE AO AMPARO DA LEI 10.216/2001

*PERCEPTION OF THE MULTIPROFESSIONAL TEAM AND THE JUDGMENT ON THE
APPLICATION OF LAW 7.210/1984 PURSUANT TO LAW 10.216/2001*

Mariane Alves dos Santos¹; Ronilson Ferreira Freitas²

¹Graduanda em Direito pela Escola de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros, MG, Brasil.

²Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros, MG, Brasil.

RESUMO

A Lei 10.216/2001 conhecida sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais visa dar assistência a pessoas que sofrem transtorno mental para que tenham tratamento adequado e prioritário. O presente trabalho visa analisar se a proteção dessa Lei juntamente com a Lei 7.210/1984 popularmente conhecida como Lei de Execução Penal e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana estão sendo respeitados e colocados em prática, fazendo garantir melhoria para esses indivíduos que sofrem com transtorno mental. Neste contexto, o presente estudo buscou avaliar a percepção da equipe multiprofissional e do apenado sobre a aplicação da Lei 7.210/1984 frente ao amparo da Lei 10.216/2001 no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana e às assistências jurídica, social, psicológica e de saúde dispensadas ao apenado com transtorno mental custodiado no âmbito prisional. Trata-se de um estudo transversal, de natureza qualitativa, com objetivos descritivo, exploratório e analítico. O estudo aconteceu em um Presídio Regional de uma cidade de médio porte, localizada no Norte de Minas Gerais. Para compor a amostra, serão selecionados de forma aleatória e intencional, quatro profissionais que compõem a equipe multiprofissional que atuam no âmbito do sistema prisional e um apenado, indicado pela direção do presídio. Foi realizada uma entrevista semiestruturada utilizando um roteiro elaborado pelos pesquisadores. Conclui-se com este estudo, que trabalhos voltados para a capacitação dos profissionais que atuam na equipe multiprofissional no âmbito do sistema penitenciário poderia melhorar o conhecimento da equipe sobre as Leis 7.210/1984 e 10.216/2001, gerando assim uma melhor assistência aos custodiados que necessitam de atendimento especializado devido ao diagnóstico de transtorno mental.

Palavras-Chave: Lei 10.216/2001. Transtorno Mental. Lei 7.210/1984. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

ABSTRACT

The well-known Law 10.216/2001 on the protection and rights of persons with mental disorders aims to assist people with mental disorders to receive appropriate and priority treatment. The present work aims to analyze if the protection of this Law together with the Law 7.210/1984 popularly known as the Law of Criminal Execution and the Principle of the Dignity of the Human Person are being respected and put into practice, ensuring improvement for these individuals suffering with the disorder. mental. In this context, the present study aimed to evaluate the perception of the multiprofessional team and the defendant regarding the application of Law 7.210/1984 against the protection of Law 10.216/2001 regarding the principle of human dignity and legal, social and psychological assistance. and health care provided to prisoners with mental disorders in custody in prison. This is a cross-sectional, qualitative study with descriptive, exploratory and analytical objectives. The study took place in a Regional Prison of a medium-sized city, located in the north of Minas Gerais. To compose the sample, will be selected randomly and intentionally, four professionals who make up the multiprofessional team working within the prison system and one inmate, indicated by the direction of the prison. A semi-structured interview was conducted using a script prepared by the researchers. It is concluded with this study that works aimed at training professionals working in the multiprofessional team within the penitentiary system could improve the knowledge of the team on Laws 7.210/1984 and 10.216/2001, thus generating better assistance to those in custody. need specialized care due to the diagnosis of mental disorder.

Keywords: Law 10.216/2001. Mental Disorder Law 7.210/1984. Principle of Human Dignity.

INTRODUÇÃO

A sanção imposta pelo estado mais conhecida como pena serve para corrigir o indivíduo que pratica uma infração penal. Desse modo Grego (2008, p. 485) relata que “a pena é a consequência natural imposta pelo Estado quando alguém pratica uma infração penal. Quando o agente comete um fato típico, ilícito e culpável, abre-se a possibilidade para o Estado de fazer valer o seu *ius puniendi*”.

Para garantir direitos e deveres no cumprimento de sua pena foi criada a Lei 7.210/1984 popularmente conhecida como Lei de Execução Penal. O intuito de criar essa lei foi proporcionar condições de harmonia e integração ao condenado (BRASIL, 1984).

Assim a Lei de Execução Penal:

“trata-se de ciência autônoma, com princípios próprios, embora sem, jamais, desvincular-se do Direito Penal e do Direito Processual Penal, por razões inerentes à sua própria existência. A insuficiência da denominação *Direito Penitenciário* torna-se nítida, na medida em que a Lei de Execução Penal cuida de temas muito abrangentes do que a simples execução de penas privativas de liberdade em presídios. Logo, ao regulamentar as penas alternativas e outros aspectos da execução penal, diversos da pena privativa de liberdade, tais como indulto, a anistia, a liberdade condicional, entre outros, enfraquece-se o seu caráter de direito *penitenciário*, fortalecendo-se, em substituição, a sua vocação para tornar-se um Direito da Execução Penal” (NUCCI, 2014, p.941).

A Lei mencionada acima foi trazida para respeitar deveres e direito ao indivíduo que está no sistema prisional, contudo pode encontrar nesse sistema pessoas que sofrem de algum transtorno mental. Alguns indivíduos com transtorno mental são considerados inimputáveis e semi-imputáveis segundo o art. 26 do Código Penal Brasileiro. Os inimputáveis são aqueles que são inteiramente incapazes e desconhecem a ilicitude do ato praticado; e os semi-imputáveis não são inteiramente incapazes mas na hora do fato não foi capaz de entender a ilicitude e este terá sua pena reduzida de acordo com o paragrafo 1º deste artigo.

Com isso pessoas que sofrem transtorno mental podem responder por sua pena, porém, com forma diferenciada tendo direito a tratamentos que ajudem esses indivíduos. Fiorelli; Mangini (2017) afirmam que algumas características desses indivíduos seria a ausência de culpa daquele fato, tentando culpar a vítima para minimizar seus atos praticados.

Assim no dia 6 de Abril de 2001 foi criada a Lei 10.216/2001. Essa Lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência em saúde mental. Em ser artigo 2º a Lei faz com que pessoas que sofrem transtorno mental tenham direito ao melhor tratamento do sistema de saúde e que sejam tratadas com respeito e humanidade tendo o interesse apenas em beneficiar sua saúde visando a recu-

peração e ressocialização do indivíduo, dentre outros direitos (BRASIL, 2001).

As Leis citadas acima tem que andar de mãos dadas para que atue com o objetivo o qual foram feitas. Segundo Fiorelli; Mangini (2017) a insegurança esconde o sofrimento, com isso saúde e justiça devem caminhar juntas na construção para processos socioeducativos.

Desse modo o Estado Democrático de Direito tem como fundamento o princípio da Dignidade da Pessoa Humana onde todos os direitos devem ser baseados nesses princípios. Ademais, esse princípio rege as garantias e direito para a formação de uma sociedade melhor. Nucci (2014, p. 33) destaca que: o Processo Penal amálgama com o Direito Penal, pois permite a aplicação justa das normas e uma regulamentação dos conflitos sociais, por mais graves que seja dependem de respeito aos direitos e garantias para a formação de um cenário melhor com uma punição equilibrada, valorizando acima de tudo a dignidade da pessoa humana.

Portanto, a Lei 7.210/1984 Lei de Execução Penal afirma que é dever do Estado fornecer atendimento de qualidade ao sistema prisional, no entanto deve-se observar que no âmbito prisional pode se encontrar indivíduos diferentes e alguns deles com transtorno mental o que tem que ser observado com mais cautela, pois esses indivíduos necessitam de um tratamento diferenciado e acompanhamento constante, tendo em vista que a Lei 10.216/2001 foi criada para amparar essas pessoas com transtornos mentais.

Diante desse contexto, o presente estudo objetivou avaliar a percepção da equipe multiprofissional e do apenado sobre a aplicação da Lei 7.210/1984 frente ao amparo da Lei 10.216/2001 no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana e às assistências dispensadas ao apenado com transtorno mental custodiado no âmbito prisional.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de natureza qualitativa, com objetivos descritivo, exploratório e analítico. O estudo aconteceu em um Presídio Regional de uma cidade de médio porte, localizada no Norte de Minas Gerais.

A população do estudo foi constituída pela equipe multidisciplinar que atua no sistema prisional, além de custodiados que apresentam diagnóstico médico de transtorno mental. Para compor a amostra, foram selecionados de for-

ma aleatória e intencional, três profissionais (enfermeiro, assistente social e psicólogo) e um apenado, indicado pela direção do presídio.

Como critério de inclusão para a equipe multidisciplinar, adotou-se os seguintes: exercer atividade profissional no presídio em questão, possuir nível superior e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já para o custodiado, os critérios foram: ser custodiado no Presídio Regional em questão, apresentar relatório médico com diagnóstico de transtorno mental e assinar o TCLE.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi utilizado como instrumentos: o Termo de Concordância da Instituição (TCI), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pelos próprios pesquisadores.

Inicialmente, os pesquisadores entraram em contato com a direção do presídio onde o estudo foi realizado para apresentar a proposta de pesquisa, e solicitado a assinatura do TCI, autorizando a realização do estudo. Posteriormente, junto à equipe multiprofissional e a direção do presídio, foram agendados com os profissionais selecionados para participar do estudo e o apenado um horário específico, para que cada um respondesse a entrevista. A entrevista foi realizada individualmente, em um espaço reservado para este fim. Antes da entrevista, a equipe multiprofissional que participou do estudo e o apenado foram convidados a assinar o TCLE, necessários para a realização da investigação. Foi realizada entrevista semiestruturada utilizando um roteiro elaborado pelos pesquisadores para avaliar a percepção da equipe multiprofissional e do apenado sobre a aplicação da Lei 7.210/1984 frente ao amparo da Lei 10.216/2001 no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana e às assistências jurídica, social, psicológica e de saúde dispensadas ao apenado com transtorno mental custodiado no âmbito prisional.

A entrevista teve duração de aproximadamente uma hora, realizada em horário previamente combinado sem que prejudicasse as atividades profissionais da equipe multiprofissional e nem a rotina diária do apenado, possibilitando as análises da assistência dispensada aos apenados. Com o intuito de facilitar o registro da entrevista e de torná-la mais dinâmica, toda a entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita.

Após a coleta dos dados, os pesquisadores transcreveram as falas dos participantes, as

quais foram impressas e encadernadas. Posteriormente, passou para a fase de análise e interpretação dos mesmos, que se constituiu numa análise temática. Segundo Minayo (2000), este tipo de análise comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo, pois a noção de tema está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto.

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença de ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. De acordo com Minayo (2000), operacionalmente, a análise temática desdobra-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, e interpretação. Todas essas etapas foram seguidas na elaboração do presente estudo.

O presente estudo foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem do estudo, e somente foi executado após a aprovação sob parecer de nº 3.606.555, de acordo com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo três profissionais e um custodiado, conforme descrito abaixo:

- Maria, 30 anos, enfermeira. Atua no sistema prisional há 5 anos.
- Carlos, 40 anos, psicólogo e atua no sistema prisional há 5 anos.
- Lúcia, 28 anos, assistente social. Atua no sistema prisional há 5 anos.
- Marcos, 39 anos, custodiado há 11 anos, diagnosticado com esquizofrenia, cometeu o delito tipificado no artigo 121 do Código Penal.

Conhecimento sobre a Lei 7.210 de 1984 (Lei de Execução Penal) e a Lei 10.2016 de 2001

Quando questionados sobre as Leis 7.210 de 1984 (Lei de Execução Penal) e a 10.2016 de 2001, apenas um profissional que atua no âmbito do sistema prisional conhece as duas Leis, conforme pode ser observado nas falas abaixo:

“Assim... eu já ouvi falar por alto, assim... dessa, dessa legislação. Nelas fala que o paciente tem direito a assistência a saúde, jurídica, social. Ai aqui a gente procura trabalhar é... respaldado na... na legislação, nas portarias, tem uma legislação LEP pra dá assistência adequada ao paciente, também seguindo a ética né?”. (MARIA)

“Em se tratando da LEP, constantemente, a gente é... lança mão de pesquisa dela e... e... no dia a dia, surge situações que você acessa e vai lê ali na íntegra pra entender... é... melhores decisões, melhores condutas, é... bem como a lei que garante aí a... a... as questões voltadas para o portador de transtorno mental né...? Transtornos ou sofrimentos mentais”. (CARLOS)

Ah... a LEP eu tenho né? Tenho conhecimento... é... vem até... consta as atribuições do Serviço Social e tudo... agora essa outra já... não... já... desconheço, tenho que pesquisar, estudar essa lei. (LÚCIA)

No presente estudo, chama à atenção a falta de conhecimento dos profissionais que atuam no sistema prisional sobre a legislação que regulamenta a assistência à saúde prestada para os custodiados. A falta desse conhecimento faz com que o tratamento a esses indivíduos não seja o adequado. Desse modo dificulta o acesso entre o indivíduo e a equipe multiprofissional, pois esses profissionais precisam de capacitação para lidar com esses pacientes visando à busca de uma qualidade de vida desses indivíduos que possuem transtorno mental dentro do sistema prisional. Cumpre ressaltar, que é comum que após apenados serem submetidos a tratamentos injustos e desumanos na prisão, que estes se tornem mais violentos com o caráter ressocializador da pena perdendo sua força (GOFFMAN, 1999).

Atendimento da equipe multiprofissional de acordo com a Legislação

Uma das questões abordadas durante a entrevista foi sobre a assistência oferecida aos custodiados no âmbito do sistema prisional, e os profissionais afirmaram que o atendimento que é oferecido por cada um busca se aproximar do que é recomendado pela legislação vigente, apesar das dificuldades, conforme histórico abaixo:

“Nós procuramos muito seguir a LEP, também a legislação do SUS, a lei do exercício da enfermagem, o código de ética, fora as outras leis e procura dá o máximo de assistência que a gente, com os recursos que a gente tem... tá dando pro paciente”. (MARIA)

“O tratamento, eu acho assim... da equipe toda... assim... é um tratamento bem humanizado, nós... é visado muito... é... ser holístico sabe? Com o paciente, é... se não dá pra gente dá aquela ... por causa de recurso mesmo, porque é uma realidade diferente mais,... mais como profissional a gente... com o que a gente pode fazer sabe? Ser humano... nós fazemos isso aqui”. (MARIA)

“O sistema prisional, ele... ele... subentendesse que qualquer sujeito que venha preso possui boa saúde, né...? Não se pensou que uma pessoa com transtorno mental ou que seja simplesmente um sofrimento mental, poderia vir preso e que essa pessoa careceria de... atividades, ações e modelos diferenciados né? Então, é... por conta disso, de um espaço que não foi feito pra esse sujeito, né... por conta do... do profissional que lida com ele, profissional principalmente da área da segurança, que é que é a grande maioria... e... não tem uma formação... é... que vislumbra esse cuidado, com esse indivíduo que tem que ter um tratamento diferenciado... é... a gente esbarra constantemente em conflitos e dificuldades”. (CARLOS)

É... é um sistema muito grande e constantemente a gente vê negligências em determinados pontos, eu não vou dizer no total, porque afinal de contas existem profissionais e profissionais e eu acho que a grande maioria estão pra acertar né? [...] O portador de transtorno mental não vai conseguir relatar isso... e... às vezes nem consegue relatar que ele possui um transtorno mental, é preciso sempre que o outro fale por ele né? O Sistema Prisional é... e falando aqui da nossa Unidade... a Unidade é uma porta de entrada, então diuturnamente entra e sai indivíduos, onde, infelizmente a gente não tem controle sobre todos. Aqueles que, a gente identifica, com certeza a gente busca garantir isso, com todas as dificuldades, a gente sempre busca essa adaptação né...” (CARLOS)

Entretanto, ao questionar o custodiado, diagnosticado com transtorno mental, sobre o atendimento com profissionais da saúde, observou-se que

“É... sobre essa situação aí é precária... precária porque cê tem que tá muito ruim pra você conseguir, assim... eu acho que essa falta aí, nessa questão aí tá em falta, muita... É, o psicólogo é o mais frequente dos atendimentos aí, é o mais frequente. É mensalmente”. (MARCOS)

Com relação à assistência social,

“o Serviço Social aqui, ele... ele busca fazer esse... como se fosse uma manutenção, busca essa manutenção do vínculo... é... da...né... do privado de liberdade com a família... tanto que é uma das... das atribuições do Serviço Social é coordenar a... o processo de cadastro pras visitas assistidas né?”. (LÚCIA)

Entretanto, ao questionar o apenado sobre a assistência social,

“Assistente Social tá precária, eu mesmo tô há dois anos e não tive atendimento ainda não.” (MARCOS)

Neste sentido, ficou evidente que o serviço da equipe multiprofissional precisa ser melhorado no sistema prisional, a fim de garantir uma assistência humanizada, de acordo com as necessidades de cada custodiado. A Lei 10.216/2001 tem o objetivo de garantir que o indivíduo que possui transtorno mental tendo um tratamento humanizado e de qualidade, em seus artigos traz a importância desses tratamentos juntamente com o apoio da família, e do sistema de saúde. A importância do estado com o indivíduo de transtorno mental é de suma importância como a lei descreve, pois é ele que tem inteira responsabilidade de fornecer atendimentos, acompanhamentos com o doente mental, fazer ações voltadas para o tratamento e principalmente ter local adequado para receber essas pessoas beneficiando sua saúde e proporcionando uma volta ao convívio em sociedade. (BRASIL. 2001)

Assistência dispensadas aos apenados no âmbito desse sistema prisional

Quando questionado sobre a assistência material e às condições higiênicas, observou-se que

“as condições de higiene? Pra mim, acho que as condições higiênicas aí... tem o básico né? As condições higiênicas... uma das coisas que eu acho que poderia melhorar, assim... é pro lado dos cara que não é da cidade, que tem muitos que não tem visita, então, se for pela Unidade, não tem como sobreviver não né? Sobre, assim... sabão pra tomar banho, uma pasta pra escovar, essas coisa assim fica difícil”. (MARCOS)

As condições que o sistema oferece não é a mais adequada ao que se espera das leis criadas e dos princípios a serem seguidos, visto que o básico para eles é bem pouco se compararmos com o que a lei traz e seus objetivos. Essas condições fazem com que o apenado não tenha assistência necessária dificultando também o tratamento a ele ofertado.

Quando questionado sobre o julgamento e a assistência jurídica, foi relatado que

“Julgamento já né, que eu tô preso uns... indo pra onze anos, to indo pra regressão, já tem três anos por aí, de regressão. Paguei advogado particular”. (MARCOS)

A Lei de execução penal diz que o indivíduo tem o direito de assistência constituem advogado, pois tem condições financeiras suficientes para isso, contudo aos que não possuem material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (BRASIL, 1984). Em relação à assistência jurídica podemos observar que é falha. Alguns indivíduos condições ficam a mercê dessa assistência em que demora a ser atendido na defensoria pública ou em algumas das vezes nem recebe esse atendimento. As condições dessa assistência são precárias, muitas das vezes o sistema não tem profissionais adequados e a demanda para essa assistência é muito alta fazendo com que prejudica o funcionamento da lei que assegura assistência jurídica para qualquer cidadão.

Com relação à assistência educacional e religiosa, observou-se que o estabelecimento oferece atividades

“Tem a escola aí, eu estudo e sobre religião... no pavilhão que seu estudo tem os irmão lá né? Que frequentemente faz orações, segunda, quarta e sexta tem culto né?”

Na percepção dos profissionais, a oferta de atividades de ressocialização dos apenados é importante, embora tenha poucos recursos

“Aqui, que nem eu falei... a realidade é diferente e os recursos também. Aqui nós temos o... é no Estado todo tem a CTC que é a Comissão Técnica de Classificação... que tem o enfermeiro, psicólogo, o serviço social... é uma equipe do... da Unidade... que todo ano avalia aquele paciente pra... é... colocar ele ne trabalhos, alguma atividade, ne artesanatos e todo ano tem. É sempre assim... meus parecer é sempre favorável pra eles... pra trabalhar... pra fazer alguma atividade... que eles ocupe a mente sabe? Mas aí depende das questão de segurança.” (MARIA)

“Recurso estrutural, por exemplo, do paciente trabalhar né, pra eles ocupar a cabeça, que eles fica na cela... na cela... e não tem uma atividade porque quando que não tem algum sofrimento mental ele é incluso para trabalhar, pra fazer alguma atividade e o paciente com transtorno mental, ele tem um estigma né? Ah... ele tem esse problema aí que limita... as pessoas tem medo do paciente que é psiquiátrico e devia ser ao contrário... que eles... Eu vejo eles como inofensivo... assim... que precisa de uma oportunidade mesmo pra trabalhar, com recurso e aqui... se tivesse recurso seria assim... nossa!” (MARIA)

É dever do estado fornecer assistência ao sistema prisional (BRASIL, 1984). A falta de recursos relata um cenário de dificuldade para os profissionais que lá atuam e que mesmo com grande esforço para fornecer a esses indivíduos

qualidade nos atendimentos sentem falta de um apoio maior e melhor com a estrutura do sistema prisional. A importância do estado diz muito sobre como será a ressocialização dele, visto que o objetivo é ressocializar e colocar o indivíduo novamente ao convívio da sociedade, sem investimentos em estrutura, profissionais e oficinas o tratamento não está sendo bem aplicado o que faz com que não cumpra o objetivo e não torna um cenário melhor para o convívio daqueles que lá estão.

Percepção dos profissionais sobre sua atuação no sistema prisional

Foi questionado sobre como os profissionais se sentem trabalhando no sistema prisional,

“Pra mim... eu gosto muito de... de trabalhar no Sistema. Foi... e pra mim foi um desafio... mais cuidar do paciente em si... eles nos trata muito bem sabe? Assim, eles... que nem eu falei... eles nos vê aqui como cuidador que pode... é..., por exemplo, de assistência pra eles sabe? Eles nos respeita muito”. (MARIA)

“Aí... assim... às vezes a gente sente muito... é... tipo assim... como que eu vou explicar? é meio que... fica pensando que ... que eu posso fazer pra tá de fato ali... é... intervindo... de uma forma... né... mais que gere um resultado mais... pra essa pessoa e tudo... Aí... às vezes... tem... às vezes... um sentimento de frustração... garantir o direito... é muito... é... porque a questão de... a gente não consegue garantir o direito... entendeu? Assim... a gente busca orientar e tudo... mais é... claro que... tá no alcance nosso de consegui né... pro detento... de tá tendo um melhor... um... É... uma melhor assistência aqui... o serviço social busca... a gente busca tá fazendo né... mais às vezes é muito... é de mãos... cê se sente... é... a palavra é que não é...” (LÚCIA)

Para os profissionais que atua dentro desse sistema se considera uma atividade desafiadora no qual muita das vezes se sente angustiados por não oferecer mais do que podem, mas busca sempre oferecer mesmo em condições precárias um atendimento de qualidade para tornar um ambiente mais agradável para o apenado e para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, observou-se que a equipe multiprofissional possui conhecimento sobre Lei 7.210/1984, que também é conhecida como Lei de Execução Penal, uma vez que eles estão mais próximos de tal legislação, entretanto, observou um conhecimento limitado por

parte dos profissionais sobre a Lei 10.216/2001 no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana e às assistências dispensadas ao apenado com transtorno mental custodiado no âmbito prisional. Com isso, a assistência que é dispensada aos apenados com transtorno mental, pode estar comprometida devido a essa falta de conhecimento dos profissionais.

Com relação à assistência que é oferecida aos custodiados com transtorno mental no âmbito desse sistema prisional, observou-se que todas as assistências previstas na Lei são oferecidas, entretanto, conforme relato do apenado, essas assistências devem ser melhoradas, buscando garantir os direitos humanos das pessoas que estão privadas de liberdade.

Neste contexto, conclui-se que trabalhos voltados para a capacitação dos profissionais que atuam na equipe multiprofissional no âmbito do sistema penitenciário poderia melhorar o conhecimento da equipe sobre as Leis 7.210/1984 e 10.216/2001, gerando assim uma melhor assistência aos custodiados que necessitam de atendimento especializado devido ao diagnóstico de transtorno mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 Novembro de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 7.210/1984**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em 13 de Outubro de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 10.216/2001**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 de abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 13 de Outubro de 2019.

FIORELLI, José; MANGINI, Rosana. **Psicologia Jurídica** 8. Ed. ver., atual. E ampl. São Paulo; Atlas, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7^a. edição. São Paulo: editora Perspectiva, 2001.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 10. Ed. Impetus. Rio de Janeiro- RJ, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11. ed. rev., atual.- Rio de Janeiro: Forense, 2014.

INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA ENTRE ANTIDIABÉTICOS E ANTI-HIPERTENSIVOS EM IDOSOS

MEDICINAL INTERACTION BETWEEN ANTIDIABÉTICOS AND ANTI-HYPERTENSIVE IN ELDERLY

Eurislene Moreira Antunes Damasceno¹; Christina Durães Prates²; Maria Valéria Ribeiro Martinho²; Bianca Montalvão Santana³; Thalita Pimentel Nunes⁴

¹Mestre em Cuidados Primários em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

²Acadêmicas do Curso de Graduação em Farmácia das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

³Farmacêutica-Bioquímica pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Coordenadora da Assistência Farmacêutica da Rede Municipal de Saúde de Montes Claros/MG.

⁴Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos em Administração - FEAD. Diretora das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

RESUMO

A interação medicamentosa está entre as principais causas dos problemas relacionados aos medicamentos, podendo ocasionar prejuízos na recuperação da saúde do paciente lembrando que a população idosa no Brasil ocupa-se em incessante avanço. O objetivo deste trabalho foi investigar a ocorrência de interações medicamentosas na farmacoterapia dos idosos hipertensos e diabéticos atendidos na Farmácia de uma Estratégia de Saúde da Família. O estudo caracteriza-se como quantitativo, transversal e observacional com coleta de dados entre Setembro a Outubro de 2018, através de entrevistas individuais. As interações medicamentosas foram obtidas através do software Micromedex® Solutions. Dos 132 regimes terapêuticos analisados, 43,21% continham pelo menos uma interação medicamentosa. A magnitude das interações encontradas foi: menor, moderada e maior. O Ácido Acetilsalicílico teve a maior prevalência (23,8%) de interações, e a losartana foi o mais prescrito (73,5%). A comprovação das interações possibilita o uso racional de medicamentos, menos complicações terapêuticas, tratamentos mais efetivos, melhorias na qualidade das prescrições possibilitando uma qualidade de vida dos pacientes, ressaltando assim a importância do profissional farmacêutico.

Palavras-chave: Antidiabéticos. Anti-hipertensivos. Interações medicamentosas.

ABSTRACT

Drug interaction is one of the main causes of drug-related problems, which can lead to losses in the recovery of patient's health, recalling that the elderly population in Brazil occupies an incessant advance. The objective of this study was to investigate the occurrence of drug interactions in the pharmacotherapy of hypertensive and diabetic elderly patients seen in the Pharmacy of a Family Health Strategy. The study is characterized as quantitative, transversal and observational with data collection between September and October 2018, through individual interviews. Drug interactions were obtained through Micromedex® Solutions software. Of the 132 therapeutic regimens analyzed, 43.21% contained at least one drug interaction. The magnitude of the interactions found was smaller, moderate and larger. Acetylsalicylic Acid had the highest prevalence (23.8%) of interactions, and losartan was the most prescribed (73.5%). The confirmation of the interactions allows the rational use of medications, less therapeutic complications, more effective treatments, improvements in the quality of the prescriptions allowing a quality of life of the patients, thus highlighting the importance of the pharmacist.

Keywords: Antidiabetics. Antihypertensives. Drug interactions.

INTRODUÇÃO

A população idosa no Brasil ocupa-se em incessante avanço, conduzindo grande instigação aos especialistas da área da saúde, por ser a população de faixa etária com maior uso medicamentoso. Os fármacos apresentam um dos itens mais significativos do cuidado à saúde do idoso, pois se observa um grande resultado de alteração com sintomatologias numerosas, por diversas vezes agregadas a patologias crônicas degenerativas (DE OLIVEIRA *et al.*, 2017). Embora o uso de medicamento seja comum em todas as faixas, existe uma maior frequência em idosos, decorrente da peculiaridade desse grupo, havendo um maior risco no consumo de medicamentos se comparado ao restante da população (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2016).

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um conjunto de alto índice, tornando-se um fator grave da saúde pública. Ainda que exista várias drogas anti-hipertensivas lançadas nas redes de farmácias, seu equilíbrio está longe de ser conquistada (OIGMAN; NEVES; GISMONDI, 2015). A HAS ou pressão alta é o aumento da pressão exercida nas artérias que tem como valores de referências acima ou até 140/90 mm/hg. O que causa agressões em vários órgãos do sistema fisiológico (SOUZA *et al.*, 2016).

A Diabetes Mellitus (DM) é uma disfunção do metabolismo causado por diversos nutrientes, caracterizado pela ingestão de alimentos que contém açúcar, induzindo ou não a produção de insulina pelo pâncreas. Sendo assim apresentado de dois tipos, I e II, são de caráter hereditário, porém o tipo I apresenta sinais na infância até a adolescência e o tipo II surge depois dos 40 (SOUZA *et al.*, 2016). O recurso terapêutico do DM e da HAS apresenta práticas relacionadas, que tem finalidade em preservar o padrão apropriado para a glicemia e a pressão arterial. Na ocorrência das doenças crônico-degenerativas, como a HAS e o DM, a intervenção medicamentosa atribui-se com enorme relevância. É frequente encontrar pacientes que faça uso de fármacos simultaneamente anti-hipertensivos e antidiabéticos que por sua vez vem aumentando a incidência de interações medicamentosas pelo uso dos mesmos (REMPEL *et al.*, 2015).

O agravamento das doenças crônicas mais comuns entre elas hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, colaboram para um aumento de ingestão de fármacos anti-hipertensivos e

antidiabéticos. É exposto como grande fator de risco cardíaco, diabetes e hipertensão que ocasionam o grande motivo de falência por parte da população idosa e logo se encontra necessário o diagnóstico e tratamento dos mesmos (GONTIJO *et al.*, 2012).

O IMC (índice de massa corporal) que serve para avaliar o peso do indivíduo em relação à sua altura e assim indicar se está dentro do peso ideal, acima ou abaixo do peso desejado, se elevado pode influenciar na pressão sanguínea o que acarreta o aumento da mesma. Bem como o uso do tabaco afeta diretamente os níveis pressóricos. Ressaltando que existem inúmeros fatores de risco que caracterizam o aumento direto e indireto nos níveis cardíacos. (MOREIRA; SILVA; PETITO, 2015). Com a propagação da perspectiva de vida, é de tamanha importância a condição de saúde, na qual pacientes da terceira idade requer cuidados alimentares enfatizando a melhoria no seu quadro crônico atual. A fim de que não haja transtorno e logo o aparecimento das alterações funcionais, hábitos nutricionais adequados são necessários. Existe um grande número de idosos que não realizam qualquer abstinência em relação à gorduras e carboidratos, e não exercem atividades físicas (SOARES *et al.*, 2016).

Em razão do aumento constante de hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, é frequente em pacientes que fazem uso de anti-hipertensivos e antidiabéticos concomitantemente. O uso de poli fármacos exige um conhecimento dos mesmos, principalmente quando se existe a provável chance de interação (AMARAL; PERASSOLO, 2012).

Os transtornos referentes aos fármacos são fatores desfavoráveis que compreende o tratamento farmacoterapêutico que afeta o estado de saúde previsto pelo paciente. A utilização dos fármacos Metformina/Glibenglamida/Insulina e Enalapril/Captopril é capaz de aumentar os níveis de hipoglicemia, uma vez que pressupõe a ocorrência da elevação momentânea da sensibilidade à insulina, pelo uso do Captopril (REMPEL *et al.*, 2015).

A polifarmácia é frequente na população idosa, aumentando o risco de interação medicamentosa e reações adversas. Diante disso esse trabalho tem como objetivo identificar possíveis interações entre os medicamentos anti-hipertensivos e fármacos antidiabéticos em pacientes idosos de uma estratégia de saúde de Montes Claros - MG.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e observacional. A população alvo foi constituída de 219 idosos portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes escolhidos aleatoriamente, de ambos os gêneros, atendidos na Farmácia de uma Estratégia de Saúde da Família localizada em Montes Claros- MG, no período de Setembro a Outubro de 2018. Cabe destacar que apenas os regimes terapêuticos foram avaliados, os idosos foram convidados a participar do estudo no momento da dispensação. Após concordância em participar da pesquisa, foi realizada a leitura e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi conduzida de acordo com os padrões éticos exigidos e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE sob o número 2.824.412/2018.

Os dados foram coletados mediante entrevista individual com questionário semiestruturado adaptado de Leão; Moura; Medeiros, (2014). As possíveis interações medicamentosas entre medicamentos foram verificadas a partir de duas bases de dados informatizadas, o *Drug Interaction Checker*, do Medscape e o *University of Maryland Medical Center Drug Checker*, base de dados Micromedex® Solutions. Foram consideradas as interações fármaco-fármaco contidas em uma mesma prescrição. Nos casos de discordância entre as bases quanto à classificação de interação, foi adotada a de menor gravidade.

Foram excluídos do estudo (n=87) os regimes terapêuticos que continham menos de dois medicamentos e/ou apresentavam medicamentos não encontrados na base de dados. Foram contabilizadas como interações medicamentosas potenciais, as que apresentavam documentação excelente ou boa quanto ao conhecimento científico existente a seu respeito e aquelas classificadas segundo o impacto da interação sobre o paciente em níveis de gravidade contraindicado, importante (maior), moderada e secundária (menor), sendo considerado sem interação medicamentosa quando a documentação era classificada como razoável ou desconhecida. Posteriormente os dados foram digitados no Microsoft Excel ® 2013 e analisados no software SPAS versão 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences 20.0*).

RESULTADOS E DISCURSÃO

Dos 219 indivíduos com hipertensão, 48% foram diagnosticados há menos de 10 anos, 19% de 10 a 19 anos e 33% de 20 a 30 anos. Dos 20 participantes com diabetes, 83% foram diagnosticados há menos de 10 anos e 17% entre 10 e 20 anos. O valor médio de pressão arterial sistólica (PAS) foi de 140 mmHg e pressão arterial diastólica (PAD) de 80 mmHg. A glicemia capilar de jejum média foi de 149 mg/dL.

Do total dos entrevistados, 62,8% apresentaram HA, 34,4% HA associada ao DM e 2,8% apresentaram somente DM. Além de HA e DM, 70% dos pacientes apresentaram outras patologias como ansiedade (48%), problemas na coluna (20%), hipercolesterolemia (18%), dentre outros.

Para a análise de interações medicamentosas foram levadas em consideração apenas a prescrição de pacientes que possuíam dois ou mais medicamentos prescritos e/ou apresentavam medicamentos não encontrados na base de dados no total de 132 pacientes. Nos 132 regimes terapêuticos pesquisados foram encontrados no total de 528 medicamentos, apresentando uma média de (4,01) medicamentos por idoso neste estudo a média aproximada encontrada (3,9) no estudo em Santa Cruz do Sul-RS (GARSKE *et al.*, 2016) em prescrições da atenção primária, e em um estudo realizado em Vitória da Conquista-BA onde a média de medicamentos utilizados foi (2,8). Com o grande número de medicamentos prescritos o risco de interação medicamentosa é muito maior (GARSKE *et al.*, 2016).

O número de medicamentos utilizados pelos idosos variou de 2 a 10 medicamentos, sendo que 38,6% faziam uso de cinco ou mais medicamentos, caracterizando como polifarmácia. Resultados inferiores aos achados realizados com idosos institucionalizados em uma cidade de Minas Gerais, onde a prevalência de polifarmácia foi de 67,2% (FOCHAT *et al.*, 2012). Em um estudo realizado com idosos internados no serviço de emergência de um hospital universitário em São Paulo o número de medicamentos das prescrições variou de 2 a 14 e a média de prescrições foi 5,8 medicamentos (ANTUNES *et al.*, 2015).

Uma das causas da maior prevalência de enfermidades crônicas degenerativas nos idosos é proveniente da prática da polifarmácia, que impacta na segurança e qualidade de vida dessas pessoas, suscitando reações adversas a medicamentos e proporcionando impactos na capacidade funcional do idoso em virtude das interações medicamentosas (MIBIELLI *et al.*, 2014).

Os principais objetivos da associação medicamentosa são os de reforçar os efeitos terapêuticos, diminuir efeitos colaterais, minimizar doses terapêuticas, prevenir resistência, obter ações múltiplas e amplas, e propiciar maior comodidade para o paciente. Contudo, a maioria das associações ocorre inadequadamente, em situação de politerapia, sendo prejudicial ao organismo (MUNIZ, 2018).

Tabela 1 - Relação entre o número de medicamentos prescritos e presença de interações.

Número de medicamentos por prescrição	Número de idosos	Número de prescrições médicas com interação	% de interações medicamentosas
Até 5	107	42	39,2
De 6 a 10	23	17	73,9
Mais de 10	2	2	100
Total	132	61	

Neste estudo, os medicamentos mais utilizados pelos idosos foram os relacionados a hipertensão (96,2%) seguido dos que atuavam no sistema nervoso central (28,0%). Constatou-se que 43,21% das prescrições médicas (n=61) continham pelo menos uma interação medicamentosa potencial (Tabela 2). Os anti-hipertensivos mais utilizados foram o losartana (73,5%) e a hidroclorotiazida (HCTZ) (48,8%), e a maioria dos pacientes entrevistados utilizavam em associação. Em um estudo realizado entre os anti-hipertensivos e antidiabéticos em participantes do Grupo HIPERDIA de Parobé, RS os anti-hipertensivos mais utilizados foram o captopril e a HCTZ (AMARAL; PERASSOLO, 2012). Já os antidiabéticos mais utilizados foram a metformina (70%) e a gliclazida (40%) o que confirma outros estudos já realizados (AMARAL; PERASSOLO, 2012; GARKE *et al.*, 2016).

Tabela 2 - Medicamentos utilizados pelos indivíduos entrevistados cadastrados na ESF do município de Montes Claros, MG no período de setembro a outubro de 2010.

MEDICAMENTOS	N(132)
Anti-hipertensivos	127
Ansiolíticos	37
Antidiabéticos	25
Inibidor bomba protônica	18
Antiinflamatórios	12
Hipercolesterolemia	7
Antiagregante plaquetário	6
Hormônio tireoidiano	4

No Quadro 1 estão descritas as interações medicamentosas potenciais encontradas, prevalência e classificação de acordo com a sua gravidade e os efeitos que podem causar no paciente.

Quadro 1 - Interações medicamentosas potenciais de acordo com a sua gravidade e os efeitos.

Interação medicamentosa	Prevalência	Mecanismo/Efeito
Interação Secundária (Menor)		
Losartana + Hidroclorotiazida	27	Redução PA
Atenolol + Carbonato de Cálcio	22	Pode reduzir a eficácia do Atenolol.
Captopril + Gliclazida	13	Aumento do efeito hipoglicemiante da gliclazida
Alendronato de Sódio + Carbonato de Cálcio	9	Pode reduzir a absorção do Alendronato de Sódio.
Interação Moderada		
Captopril + Hidroclorotiazida	18	Hipotensão postural (primeira dose)
Hidroclorotiazida + Metformina	15	Redução do efeito anti hiperglicemiante da metformina.
Enalapril + Hidroclorotiazida	15	Pode resultar em hipotensão postural (primeira dose).
Fluoxetina + Gliclazida	6	Aumento do efeito hipoglicemiante da gliclazida.
Levotiroxina + Sinvastatina	1	Pode diminuir a eficácia de Levotiroxina.
Interação Importante (Maior)		
Acido acetilsalicílico + Fluoxetina	9	Risco de hemorragia.
Anlodipino + Sinvastatina	7	Pode resultar em aumento da exposição sinvastatina e risco aumentado de miopatia, incluindo rabdomiólise.

Enalapril + Espironolactona	6	Pode resultar em hipercalcemia.
Fluoxetina + Propranolol	6	Pode resultar em aumento do risco de toxicidade por propranolol, incluindo bloqueio cardíaco completo.
Hidroclorotiazida furosemida + Levotiroxina	1	Hipocalcemia e intoxicação digitalica.

As interações medicamentosas potenciais são classificadas de acordo com a gravidade como: Interação importante ou maior, quando a interação pode representar perigo à vida e/ou requerer intervenção médica para evitar ou diminuir efeitos adversos graves; moderada, quando a interação pode resultar em um acentuado problema de saúde do paciente e/ou solicita uma alteração no tratamento; secundária ou menor, quando a interação sucederia em efeitos clínicos limitados (MICROMEDEX R, 2018).

No estudo as interações medicamentosas em potencial com gravidade moderada apresentaram maior prevalência, estando em conformidade com o estudo realizado em uma farmacia básica de Santa Cruz do Sul- RS. Destaca-se nesse estudo a associação hidroclorotiazida com o captopril podendo resultar em hipotensão postural, identificada como uma queda na pressão sistólica ou diastólica após o indivíduo se levantar, ocasionando uma fragilidade física nos idosos (MILLER *et al.*, 2013). Em relação as IMs graves, a mais comum foi entre ácido acetilsalicílico e fluoxetina, numa frequência de 13% das prescrições. Assim como evidenciado em outro estudo, a IM entre ácido acetilsalicílico e fluoxetina também foi uma das mais frequentes, cerca de 10% das prescrições (ANTUNES *et al.*, 2015), ocasionando risco de hemorragia, dor de cabeça, tonturas ou fraqueza e até sangue na urina e fezes durante o tratamento de acordo com o *site* Drugs. No caso das IMs moderadas em associação de anti-hipertensivo e antidiabéticos, a maioria relacionou-se ao uso de Hidroclorotiazida + Metformina, essa associação pode Redução do efeito anti-hiperglicemiante da metformina corroborado com o estudo de Lima *et al.*, (2015). Quanto as IMs leves, não costumam causar danos ou exigir alguma mudança na terapia medicamentosa. Observou-se que a mais

frequente associação entre anti-hipertensivo e antidiabéticos foi Captopril + Gliclazida semelhante à encontrada por Amaral; Perassolo (2012) com o estudo de Lima *et al.*, (2015).

A inserção do farmacêutico na equipe multiprofissional de saúde pode contribuir muito para identificar potenciais riscos de interações medicamentosas, auxiliando no ajuste terapêutico, desempenhando papel fundamental para a promoção do uso racional de medicamentos e o controle da doença, aumentando a qualidade de vida dos pacientes (TAVARES; MACEDO; GUIMARÃES, 2013; MILLER; PATER; CORMAN, 2015). Nesse contexto, são essenciais ações da atenção farmacêutica no ato de dispensação dos medicamentos com a devida orientação ao usuário.

CONCLUSÕES

Pode averiguar nesse estudo que os portadores de diabéticos e hipertensão arterial fazem uso de polifarmácia, e a uma ocorrência de interações medicamentosa entre eles, refletindo assim no aumento ou diminuição dos efeitos clínicos e adversos. Portanto a atenção Farmacêutica é uma ferramenta importante para rastrear, investigar e reduzir interações medicamentosas. Sendo assim o farmacêutico exerce um papel importante para garantir a adesão terapêutica aumentando a qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, D. M. D. DO; PERASSOLO, S. Possíveis interações medicamentosas entre os anti-hipertensivos e antidiabéticos em participantes do Grupo HIPERDIA de Parobé, RS (Uma análise teórica). *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v. 33, n. 1, p. 99-105, 2012.
- ANTUNES, J. D. F. S.; OKUNO, M. F. P.; LOPES, M. C. B. T.; CAMPANHARO, C. R. V.; BATISTA, R. E. A Interação medicamentosa em idosos internados no serviço de emergência de um hospital universitário. *REME rev. min. enferm*, v. 19, n. 4, p. 907-918, 2015.
- BAXTER, K. Interações medicamentosas de Stockley. *Editora Artmed*. Porto Alegre, 2010.
- CHECKER, Drug Interactions Checker. Drug Information Online. [cited 2014]. Available from: <http://www.drugs.com>

SOUZA, J. M. E.; DO CARMO J. O. N.; ALMEIDA, K. K. P.; KUSHIDA, A.; VAZ, A. E. Z.; SÓRIO, V.; OSHIRO, M. DE L. Atenção farmacêutica a hipertensos e diabéticos na Farmácia Escola UCDB. **Multitemas**, n. 32, 2016.

DE OLIVEIRA, M. J. A.; AZEVEDO, M. L. G.; DOS SANTOS, S. L. F.; FERREIRA, S. C. H.; DE MACEDO ARRAES, M. L. B. Automedicação e prescrição farmacêutica: o conhecimento do perfil de utilização de medicamentos pela população geriátrica. **Mostra Científica da Farmácia**, v. 3, n. 1, 2017.

Drug Interactions Checker. Drug Information Online. [Citado em 2018 Out 26]. Disponível em: http://www.drugs.com/drug_interactions.php

FOCHAT, R. C.; HORSTH, R. B. D. O.; SETTE, M. S.; RAPOSO, N. R. B.; CHICOUREL, E. L. Perfil de utilização de medicamentos por idosos frágeis institucionalizados na Zona da Mata Mineira, Brasil. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 33, n. 3, p. 447-454, 2012.

GARSKE, C. C. D.; DE ASSIS, M. P.; SCHNEIDER, A. P. H.; DE OLIVEIRA MACHADO, E.; MORSCH, L. M. Interações medicamentosas potenciais na farmacoterapia de idosos atendidos em farmácia básica do sul do Brasil. **Saúde (Santa Maria)**, v. 42, n. 2, p. 97-105, 2016.

GONTIJO, M. DE F.; RIBEIRO, A. Q.; KLEIN, C. H.; ROZENFELD, S.; ACURCIO, F. DE A. Uso de anti-hipertensivos e antidiabéticos por idosos: inquérito em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 1337-1346, 2012.

LEÃO, D. F. L.; MOURA, C. S.; MEDEIROS, D. S. Avaliação de interações medicamentosas potenciais em prescrições da atenção primária de Vitória da Conquista (BA), Brasil. **Ciência&Saúde Coletiva**. 2014;19(1):311-18.

LIMA, R. F.; MACHADO, A. V.; REBELO, F. M.; NAVES, J. D. O. S.; LAVICH, T. R.; DULLIUS, J. Interações medicamentosas potenciais em diabéticos tipo 2 participantes de um programa de educação em saúde. **Infarma-Ciências Farmacêuticas**, v. 27, n. 3, p. 160-167, 2015.

MIBIELLI, P.; ROZENFELD, S.; MATOS, G. C. D.; ACURCIO, F. D. A Interações medicamentosas potenciais entre idosos em uso dos anti-hipertensivos da Relação Nacional de Medicamentos

Essenciais do Ministério da Saúde do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 1947-1956, 2014.

MICROMEDEX® Solutions. [Internet]. Acessado: 2018 outubro 20. Disponível em: <http://www-micromedexsolutions.com.ez127.periodicos.capes.gov.br/micromedex2/librarian>.

MILLER, L.; PATER, K. S.; CORMAN, S. The role of clinical decision support in pharmacist response to drug-interaction alerts. **Research in Social and Administrative Pharmacy**. v. 11, n. 3, p.480-6, 2015.

MONTEIRO, S. C. M.; BELFORT, I. K. P.; SOUTAL, W. R.; BARROS, C. S.; CAMPOS, K.V. S. Estudo de potenciais interações medicamentosas em pacientes hipertensos. **Infarma Ciências Farmacêuticas**. 2015;27(2):117-25.

MOREIRA, P. C.; SILVA, L. B.; PETITO, G. Comorbidade entre diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica em clientes de esf de ceres-goia's. **REFACER-Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres**, v. 4, n. 2, 2015.

MUNIZ, J. J. Avaliação de interações medicamentosas e reações adversas no uso de medicamentos por idosos com neoplasia mamária da oncologia do Hospital das Clinicas Samuel Libânio de Pouso Alegre-MG. **Revista de Ciências da saúde Basica e Aplicada**, v. 1, n. 1, 2018.

OIGMAN, W.; NEVES, M. F.; GISMONDI, R. A. O. C. Hipertensão arterial sistêmica. **Arterial hypertension. Rev Bras Med**, v. 72, n. 1/2, p. 5-17, 2015.

OMS. Organização Mundial da Saúde. WHO Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology. 2012. [Citado 2014 Maio 10]. Disponível em: http://www.whocc.no/atc_ddd_index/.

PRADO, M. A. M. B. D.; FRANCISCO, P. M. S. B.; BARROS, M. B. D. A. Diabetes em idosos: uso de medicamentos e risco de interação medicamentosa. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3447-3458, 2016. IÁTRICA. Mostra Científica da Farmácia, v. 3, n. 1, 2016

REMPEL, C.; GOETTERT, M. I.; STROHSCHOEN, A. A. G.; CARRENO, I.; MANFROI, M.; MORESCHI, C. Análise da medicação utilizada por diabéticos e hipertensos. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 1, 2015.

SOARES, W. D., ROCHA, P. S., BARBOSA, J. P., SOARES, P. K. D., e FREITAS, D. A. (2016). Estado Nutricional em Idosos com Doenças Crônicas não Transmissíveis. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, 1(2), 146-155.

TAVARES, M. de S.; MACEDO, T. C.; GUIMARÃES, M. D. R. Possíveis interações medicamentosas em um grupo de hipertenso e diabético da estratégia saúde da família. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 1, n. 2, p. 119-125, 2013.

ANÁLISE DA HIDRATAÇÃO NA PRÁTICA DA MODALIDADE DE GINÁSTICA LOCALIZADA PUMP EM INDIVÍDUOS NORMOTENSOS

ANALYSIS OF HYDRATATION IN PRACTICE OF PUMP LOCATED GYMNASTICS IN NORMOTHESE INDIVIDUALS

Ana Caroline Fróis Boas¹; Claudia Christine Silva Jesus¹; Thalita Cardoso Souza²; Mariana Rocha Alves³; Vinícius Dias Rodrigues⁴

¹Acadêmica de nutrição da Faculdade Integradas do Norte de Minas (Funorte).

²Acadêmica de educação física da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

³Professora da Faculdade Verde Norte (FAVENORTE).

⁴Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar a hidratação na prática da modalidade de ginástica localizada Pump em indivíduos normotensos. O trabalho é classificado com descritivo e analítico, onde foram analisadas 10 mulheres normotensas durante uma sessão de ginástica localizada Pump. Todas foram hidratadas de acordo com o preconizado pelo o Consenso sobre hidratação e exercício físico do ano de 2001. Para o tratamento dos dados foi utilizada a estatística descritiva com a utilização de média e desvio padrão para as variáveis somáticas simples e compostas. Os instrumentos para avaliação foram: Balança Filizolla com precisão de 0,1 kg (Suporte de carga de 0 até 150 kg) e com estadiômetro acoplado e a Bioimpedância da Bodystat 1500. Após verificar normalidade dos dados, foi o teste “t” de Student ($p < 0,05$) para amostra pareada. Todos os procedimentos estatísticos foram feitos no programa SPSS 19.0 for Windows. Todos os procedimentos foram aprovados pelo Comitê de ética em pesquisa pelo parecer de número 275.243. Os resultados encontrados nas variáveis idade, PC, % H₂O, MM e % MG, na pré-sessão foram 22,5 anos, 62,27 kg; 43,74%; 39,88Kg e 35,24 % respectivamente e na pós-sessão 63,18 kg, 44,35%, 40,77Kg e 34,43 % respectivamente. A estratégia de hidratação adotada durante a sessão de treinamento promoveu com sucesso a reposição dos líquidos corporais como foi apresentado. Assim, sugerimos novos estudos para elucidar as dúvidas advinda dessa pesquisa, assim é importante a produção de novas pesquisas com outros públicos e diferentes formas de hidratação para enriquecer a literatura que trata dessa temática.

Palavras-chave: Ginástica localizada Pump. Água. Reposição. Suor.

ABSTRACT

One of the major precursors for the great interest in this area is the hydration used to improve the performance of physical exercise practitioners and professional athletes, as the lack of attention to the practices appropriate fluid replacement on endurance exercise lasting longer than one hour are determinants of reduced performance. During physical activity, your body loses too much fluid through sweat, after all is the way he is to keep the temperature at 37 degrees water is evaporating through the skin. Therefore, during intense exercise, ninety percent of the water that you spend is eliminated through sweat. The seat is one of the ways to control the intake of water in the body. The seat is stimulated when the amount of water in the extracellular medium decreases or when water or blood become too concentrated. Water can also be ingested as part of the food, since the oxidation thereof after the release of water occurs. If there is a physical activity, increases the need for water to replace losses through sweating and breathing. Much water is lost from the blood, leading to a decrease in blood flow could adversely affect cardiovascular function. Therefore it is important to drink plenty of water. If the exercise is intense, fluid replacement should be frequent. With the increased body temperature, perspiration enters the scene to dissipate the heat and maintain body temperature. The best nutrient to replace fluids into the body. There is no comparison with any other drink. Water always. Thus this proposal is to analyze moisture in practice the sport of gymnastics Pump located in normotensive individuals.

Key words: Physical Activity. Water. Replenishment. Sweat

INTRODUÇÃO

De acordo com Souza *et al* (2016), a intensidade e duração de um evento e a temperatura ambiente determinam a necessidade de reposição hídrica e de nutrientes. Os humanos não repõem líquidos na mesma proporção que perdem, por isso é necessário corrigir hábitos e realizar um melhor planejamento de estratégias para o consumo de líquidos antes, durante e depois de atividades físicas de alta intensidade.

Segundo Alves, Soares e Medeiros (2017), a alta taxa de sudorese faz com o que o corpo elimine vários minerais, podendo ocasionar distúrbios hidroeletrolíticos e conseqüentemente prejuízos ao bom funcionamento do organismo. A ingestão de líquidos é importante durante o esforço uma vez que estimula a perda de calor através da manutenção da taxa de suor. Além disso, há formas distintas de reposição hídrica que podem ser utilizadas para evitar a desidratação (CHAGAS *et al*, 2017).

O grau de desidratação pode ser determinado pela variação de massa corporal antes e depois da atividade física, sendo que a perda de 1g de massa corresponde a 1ml de líquido perdido. Em uma desidratação com variação de apenas 2% da massa corporal a capacidade de realizar trabalho é comprometida, o que pode afetar o desempenho durante o exercício e prejudicar a saúde. Contudo a desidratação e suas conseqüências podem ser minimizadas ou evita-

das através de uma adequada reposição hídrica e fluídos corporais (SEPEDA; MENDES; LOUREIRO, 2016, pg).

Durante o exercício aeróbio, principalmente em ambiente quente, muitos dos efeitos deletérios da desidratação ocorrem por alteração na função cardiovascular. A desidratação reduz o volume plasmático total, aumentando a frequência cardíaca submáxima e reduzindo o débito cardíaco máximo. Além disso, as alterações no fluxo sanguíneo devido a perda hídrica podem diminuir a entrega de nutrientes para a musculatura ativa e diminuir a remoção de metabólitos, alternando o metabolismo celular. Entretanto, a magnitude em que essas alterações afetam a força e a potência não está bem definida na literatura. Sessões de força e potência ocorrem com maior predominância do metabolismo anaeróbico. Esses exercícios dependem principalmente do adenosina trifosfato antes da abreviação - (ATP) e creatina fosfato (CP) estocados no músculo para energia (MELO-MARINS *et al*, 2017, pg 174).

Se, por um lado, a perda hídrica durante o exercício vai gerar um estado de desidratação, com diminuição do rendimento e prejuízos no mecanismo de termoregulação, por outro lado, um estado de hiperhidratação também é prejudicial, já que pode causar desconforto gástrico e hiponatremia (INSTITUTE OF MEDICINE, 2004; MEYER; PERRONE, 2004; BRITO; MARINS, 2005). Assim, a prevenção da desidratação pela inges-

tão regular de fluidos é uma medida importante para assegurar o bem-estar físico e mental, não somente em atletas como em todas as pessoas. Embora esse fato seja amplamente divulgado, dezenas de pessoas continuam a sofrer os efeitos da desidratação (MURRAY, 1997; MACHADO-MOREIRA et al., 2006).

Como já mencionado acima, a reposição hídrica utilizando apenas água não é a única solução para manter a hidratação corporal. Existem bebidas esportivas que apresentam melhor fluido para hidratação por se constituir em líquido mais completo com carboidratos e eletrólitos além de apresentarem maior palatabilidade. Dentre as bebidas mais apropriadas estão a água de coco, que possui sódio, potássio, sais minerais e magnésio; suco natural, rico em vitaminas e minerais e, para que se aproveite o máximo de seus benefícios é recomendado consumi-lo sem adição de açúcar e logo após seu preparo para que não se perca os nutrientes com o decorrer do tempo; e isotônicos que tem o poder de hidratar e repor carboidratos.

Devido a isso as perguntas mais freqüentes por praticantes de exercício físico são: quais seriam as melhores formas de hidratação? Quais são as mais adequadas e recomendadas pelos profissionais e a forma melhor de se hidratar durante o exercício físico?

A água na maioria das vezes supre realmente todas as nossas necessidades para ter a hidratação correta durante a atividade física, porém não devemos esquecer que determinados exercícios com maior intensidade e duração podem exigir outras adequações nutricionais para o nosso corpo.

Dessa forma o objetivo desse trabalho foi analisar a hidratação na pratica da modalidade de ginástica localizada Pump em indivíduos normotensos. Assim verificado como o formato da hidratação durante a ginástica pump pode manter as quantidades hídricas necessárias para a manutenção da homeostasia pós-exercício físico e podem colaborar com a formatação de protocolo adequado para praticantes dessa modalidade.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo descritivo, analítico e análise comparativa dos dados.

A população do estudo foi composta por conveniência 10 indivíduos, com idade entre 18 e 30 anos, do sexo feminino.

Para serem incluídos na amostra do estudo,

os indivíduos são praticantes da modalidade de ginástica localizada Pump, com no mínimo três meses de treinamento, praticam por no mínimo duas vezes por semana, têm entre 18 e 30 anos e não possuem nenhum problema relacionado á pressão arterial e qualquer outra doença que o impeça de realizar a atividade.

A avaliação diagnóstica da amostra e a coleta de dados relacionada às variáveis do estudo foram realizadas no Laboratório do Exercício da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Sendo as variáveis dependentes: % MG, MM, %H₂O, IMC e RCQ.

As variáveis intervenientes foram a alimentação, período menstrual, nível de condicionamento físico e período de sono e vigília.

Os instrumentos para avaliação diagnóstica foram: Balança Filizolla com precisão de 0,1 kg (Suporte de carga de 0 até 150 Kg) e com estadiômetro acoplado e a Bioimpedância da Bodystat 1500.

Os indivíduos foram avaliados 60 minutos antes de iniciarem a atividade proposta pelo estudo. Esta fase do estudo ocorreu no período matutino na sala de avaliação física do Laboratório do Exercício da Unimontes, a uma temperatura ambiente de 23°C.

Em relação à bioimpedância foram seguidos os critérios descritos por EMED (2004), onde os indivíduos realizaram os seguintes procedimentos pré avaliação física:

- Suspende o uso de medicamentos diuréticos de 24 horas antes; teste;
- Estar em jejum de pelo menos 4 horas;
- Estar em abstinência alcoólica por 24 horas;
- Estar fora do período pré menstrual;
- Não ter praticado atividade física intensa nas últimas 24 horas;
- Urinar pelo menos 30 minutos antes da medida;
- Não consumir cafeína 24 horas antes do teste;
- Permanecer pelo menos 5 -10 minutos de repouso absoluto em posição de decúbito dorsal antes de efetuar a medida.

As aferições foram executadas do lado direito do corpo, com o indivíduo deitado em decúbito dorsal em uma superfície não-condutora, com assepsia dos pontos de colocação dos eletrodos, sem nenhum acessório metálico no corpo na sala de avaliação física com temperatura

ambiente de 23°C. Os eletrodos Vermelhos (proximais) foram colocados na superfície dorsal da articulação do punho de modo que a borda superior do eletrodo fique entre o rádio e a ulna, e a superfície dorsal do tornozelo, de modo que a borda superior do eletrodo se alinhe aos maléolos medial e lateral. Os eletrodos pretos (distais) foram posicionados na base da segunda ou terceira articulação metacarpo-falangeana da mão e metatarso-falangeana do pé. Foi assegurado de que havia pelo menos cinco centímetros entre os eletrodos proximal e distal. Não houve contato entre as coxas e entre os braços e o tronco, conforme Stolarczyk (2000).

O IMC é um identificador de sobrepeso e obesidade, uma vez que a maioria da população, quando apresenta valores elevados deste índice, raramente apresenta aumento da massa livre de gordura (WHO, 1995). O IMC é a relação peso (kg)/estatura (m)². O RCQ é um índice antropométrico que indica, de forma simplificada, a distribuição da gordura corporal e é representado pela relação da circunferência da cintura (cm)/circunferência do quadril (cm) (WHO, 1995).

A massa corporal deve ser coletada com o mínimo de roupa possível, o indivíduo precisa ficar de pé, no centro da balança, com o peso distribuído sobre os dois pés. A estatura foi coletada com os pés juntos com os calcanhares, nádegas e parte superior das costas tocando a escala. A cabeça foi colocada no Plano de Frankfurt, sem, necessariamente, tocar a escala. Para realizar a medida, o avaliador colocou as mãos próximas aos processos dos mastóides para ajustar a cabeça do avaliado fazendo uma pressão para cima, enquanto o avaliado faz uma inspiração profunda e sustentada. Logo após foi realizada a mensuração.

Na medição das circunferências, a trena foi mantida em ângulo reto com o seguimento a ser medido e exercer pressão constante, sem folgas ou deformação dos tecidos. A circunferência da cintura foi medida no ponto mais estreito entre a última costela e a crista ilíaca. O avaliado fez uma adução dos braços, para o ajuste da trena e retorna os braços à posição relaxada para que seja feita a medida ao final de uma expiração normal. Caso não se identifique um ponto mais estreito, a medida é feita na metade da distância entre a 10ª costela e a crista ilíaca. Na circunferência do quadril o avaliado manteve os pés unidos e os glúteos relaxados. A medida foi feita na maior protuberância posterior das nádegas. Lembrando que a padronização dessas medidas foram propostas segundo a ISAK (2001).

Antes de iniciar essa fase do estudo os indivíduos foram convidados a assinar o termo de consentimento livre esclarecido, onde foram esclarecidas as possíveis dúvidas e questões sobre a pesquisa. Caso ocorra alguma desistência será solicitado outro indivíduo para compor o grupo que ficará em desfalque.

Os voluntários participaram de uma sessão da modalidade de ginástica localizada Pump orientada por um profissional capacitado e em uma temperatura ambiente de 23°C. Além disso, receberam instruções sobre a técnica ajuste da fita de monitorização do Freqüencímetro durante a atividade.

Posteriormente à atividade, os indivíduos foram submetidos à monitorização do peso, altura e bioimpedância de imediato.

Esta sessão foi constituída pelos seguintes exercícios, apresentados em ordem de execução: Aquecimento, Agachamento paralelo, Supino Reto, Stiff e arremessos com a barra, Tríceps, Rosca bíceps, Afundos, Flexão, desenvolvimentos e elevações, abdominais, e relaxamento ou volta à calma, sendo o intervalo entre os exercícios de no máximo 2 minutos para ajuste da carga e instruções do professor.

Pesquisas científicas recentes têm demonstrado os benefícios fisiológicos e as vantagens no desempenho quando o indivíduo é bem hidratado, antes, durante e após a atividade física. Ingerir líquidos momentos antes dos exercícios, também melhora as funções cardiovasculares e a termorregulação.

Segundo o Consenso sobre hidratação e exercício físico (2001) é indicado beber suficientemente antes, durante e após a atividade física. Bebendo cerca de 1 ou 2 copos (250 a 500 ml) de líquidos pelo menos duas horas antes do exercício, permitirá que eliminemos pela urina qualquer excesso de líquido, garantindo um nível de hidratação. Durante o exercício, devemos beber em torno de 1 a 2 copos a cada 15 minutos para compensar as perdas pelo suor ou o mais próximo que nós possamos tolerar sem se sentir desconfortável. Após a atividade física, teremos que beber mais do que achamos necessário, porque a sede não é um bom indicador nestas condições. Devemos beber mais do que 1 litro (4 copos) de líquido para cada kg de peso corporal perdido.

A ingestão de líquidos foi feita da seguinte forma: Após a seqüência de Aquecimento, Agachamento paralelo, Supino Reto, houve a ingestão de um copo de água mineral de 250 ml, em seguida teve continuidade com os exercícios de

Stiff e arremessos com a barra, Tríceps, Rosca bíceps, logo após nova ingestão de um copo de água mineral de 250ml, após a serie de Afundos, Flexão, desenvolvimentos e elevações haverá outra ingestão de um copo de água mineral de 250ml, ao fim da serie de abdominais, e relaxamento ou volta à calma, foi a última ingestão de um copo de água mineral de 250ml, sendo o intervalo entre os exercícios de no máximo 2 minutos para ajuste da carga e instruções do professor.

A água ingerida pelos praticantes foi a água mineral natural Crystal sem gás, onde em sua composição química possui os seguintes componentes: Bário 0,096; Cloreto 1,06; Magnésio 0,735; Bicarbonato 91,63; Estrôncio 0,035; Potássio 1,632; Borato 0,040; Fluoreto 0,93; Sódio 30,460; Brometo 0,01; Fosfato 0,58; Sulfato 1,36; Cálcio 3,858 e Nitrato 0,01. Em suas características Físico-Químicas possui o pH a 25°C - 7,00; Temperatura da água na fonte 23,2°C, as informações foram retiradas do rótulo da embalagem do produto, o Boletim LAMIN/CPRM nº 662 de 21/07/2009.

Nesse sentido os indivíduos foram solicitados a manter suas atividades diárias habituais durante o período de coletas, com exceção do preparo que foi realizado para coleta da bioimpedância.

Este artigo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes com parecer número 275.243. A data da relatoria foi dia 17/05/2013. Lembramos também que esse projeto segue as normas do Comitê e da resolução do Conselho Nacional da Saúde/ Ministério da Saúde.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a estatística descritiva com a utilização de média e desvio padrão para as variáveis somáticas simples e compostas. Após verificar normalidade dos dados, foi o teste "t" de Student ($p < 0,05$) para amostra pareada. Todos os procedimentos estatísticos foram feitos no programa SPSS 19.0 for Windows.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra do estudo constitui-se de 10 pessoas do sexo feminino, entre 18 e 30 anos de idade. Neste capítulo serão apresentados os dados relevantes à pesquisa.

A tabela 01 apresenta os valores mínimo, máximo, média e desvio padrão das características da composição corporal e hídrica das mulheres em pré - sessão.

Tabela 01 - Valores descritivos das variáveis da amostra pré - sessão.

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	10	20,00	30,00	22,50	3,27
Peso (kg)	10	47,00	91,50	62,27	13,34
IMC (kg/m ²)	10	18,30	29,90	23,12	3,75
%H ₂ O	10	36,60	49,90	43,74	5,34
H ₂ O (l)	10	22,30	34,80	26,73	3,65
MM (kg)	10	31,90	54,10	39,88	6,58
MG (kg)	10	13,50	37,40	22,32	7,59
% MG	10	25,20	42,10	35,24	5,44

As variáveis que caracterizaram a amostra, como idade, PC, % H₂O, MM e % MG, obtiveram as seguintes médias pré-sessão 22,5 anos, 62,27 kg; 43,74%; 39,88Kg e 35,24 % respectivamente. Já a variável somática composta como o IMC apresentaram a seguinte média de 23,12 kg/m². Segundo a Organização Mundial de Saúde (1998), esse valor é classificado como eutrófico e a amostra se encontra dentro do estabelecido, o ideal é 18,5 - 24,9 kg/m².

A tabela 02 apresenta os valores mínimo, máximo, média e desvio padrão da composição corporal e hídrica das mulheres pós-sessão.

Tabela 02 - Valores descritivos das variáveis da amostra pós - sessão.

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	10	20,00	30,00	22,50	3,27
Peso (kg)	10	48,00	92,30	63,18	13,32
IMC(kg/m ²)	10	18,60	30,10	23,38	3,704
%H ₂ O	10	37,00	56,80	44,35	7,02
H ₂ O (l)	10	22,90	36,20	27,39	3,70
MM (kg)	10	34,20	55,80	40,77	6,16
MG (kg)	10	11,60	36,50	22,32	8,28
% MG	10	25,20	42,10	35,24	5,44

As variáveis relevantes, como, PC, % H₂O, MM e % MG, obtiveram as seguintes médias pós-sessão 63,18 kg, 44,35%, 40,77Kg e 34,43 % respectivamente. Já as variáveis somáticas compostas como o IMC apresentaram a seguinte média de 23,38 kg/m².

A tabela 03 apresenta a comparação das médias das variáveis dependentes no pré e pós-sessão.

Tabela 03 - Comparação das médias das variáveis dependentes no pré e pós-sessão.

Variáveis	Média		Desvio Padrão		Significância
	Pré-teste	Pós-teste	Pré-teste	Pós-teste	
Peso (kg)	62,27	63,18	13,34	13,32	0,00
% H2O	43,74	44,35	5,34	7,02	0,50
H2O (l)	26,73	27,39	3,65	3,70	0,22
IMC (kg/m ²)	23,12	23,38	3,75	3,70	0,00
MM (kg)	39,88	40,77	6,58	6,16	0,15
% MG	35,24	34,43	5,44	7,03	0,44

* p < 0,05

De acordo com a tabela 3 podemos verificar que, após a sessão de exercício, observou-se que houve mudança no PC e no IMC. Mas mesmo com as mudanças ocorridas todas as mulheres permaneceram enquadradas no valor de peso normal da tabela de acordo com a OMS (1995).

Os componentes da composição corporal não apresentaram alterações, o que mostrou que a hidratação foi suficiente, assim evitando a desidratação durante as sessões da prática de modalidade Pump nos indivíduos pesquisados.

A hidratação é essencial para garantir a manutenção da saúde e o desempenho físico. Devido à maior perda de água e eletrólitos, através da sudorese, é indicado que esportistas ingiram fluidos antes, durante e após os períodos de treinamento (ADA, 1996). De acordo com as diretrizes da Sociedade Brasileira de Medicina Esportiva (2002) a respeito de modificações dietéticas e reposição hidroeletrólítica, recomendam de forma geral que o indivíduo inicie a hidratação com 250 a 500 ml de água duas horas antes do exercício e mantenha a ingestão de líquido a cada 15 a 20 minutos durante o exercício. O volume a ser ingerido varia conforme a taxa de sudorese, que pode variar de 500 a 2.000ml/h.

Durante a realização de esforços físicos prolongados, o indivíduo apresenta de maneira geral uma redução ponderal, imposta por uma perda hídrica, sendo os exercícios físicos com maior componente aeróbico os que induzem a um maior déficit hídrico (WEINECK, 1991).

Considera-se que a melhor forma de se combater o déficit hídrico gerado pela atividade muscular, seja feita através da reposição hídrica.

Em um estudo feito por VIMIEIRO-GOMEZ; RODRIGUES (2001), que procurou calcular simultaneamente o custo calórico, o estresse térmico ambiental e o estado de hidratação em situações reais de prática esportiva, durante sessões de treinamento de um grupo de 12 jogadores de voleibol da categoria juvenil, do sexo masculino, de uma equipe de alto nível nacional. Os atletas foram divididos aleatoriamente em quatro grupos de três indivíduos. Cada grupo foi acompanhado em uma sessão de treinamento onde foram controlados: a) o volume de água ingerida, a massa corporal antes e após o treinamento e o volume urinário para a determinação da taxa de sudorese; b) a frequência cardíaca ao longo do treinamento para a estimativa do custo calórico e; c) o estresse térmico ambiental. Duas horas antes da sessão de treinamento, recomendou-se aos atletas a ingestão de 500 mL de água, para que estes iniciassem as sessões eu-hidratados (ACSM, 1996). Durante o treinamento a hidratação foi *ad libitum*. O volume de água (H₂O) foi medido pelo número de copos, com capacidade de 148 ml ou 250 ml, que cada indivíduo ingeriu. Os resultados analisados mostram que o custo calórico médio das sessões de treinamento correspondeu a 650 kcal.h⁻¹, o que seria equivalente a cerca de 7,5 MET, coerente com o valor da classificação para o voleibol, do compêndio das atividades físicas (8 MET) e semelhante a outros esportes predominantemente aeróbios (AINSWORTH, HASKELL, LEON, JACOBS JUNIOR, MONTROYE, SALLIS & PAFFENBARGER JUNIOR, 2000). A ingestão de água *ad libitum* foi de 8,9 ml.min⁻¹, (total de 0,9 litros) o que significou a reposição de 60% das perdas hídricas causadas pela sudorese, diurese e vaporização do ar ventilado nos pulmões.

Desta forma, os indivíduos terminaram as sessões de treinamento com um percentual de desidratação médio de 0,9%. Esta variação em percentual da massa corporal indica que os jogadores terminaram as sessões de treinamento abaixo dos limites de desidratação considerados como prejudiciais para o desempenho (CASA et al., 2000). As sessões de treinamento foram conduzidas em um ambiente classificado como risco moderado para hipertermia. A ingestão de água *ad libitum* permitiu aos atletas concluírem as sessões de treinamento com uma variação negativa de 0,9% na massa corporal.

Segundo estudos desenvolvidos por Pitts durante a década de 40 citado por COYLE; MONTAIN (1992), foi possível observar a diferença de comportamento da temperatura retal em três situações diferentes: (a) sem a ingestão de líquidos; (b) com a ingestão de líquidos a critério do avaliado; e (c) através da ingestão de líquidos com um período e volumes controlados. Ao analisarmos os resultados do estudo de Pitts, é fácil identificar a acentuada elevação da temperatura retal quando o indivíduo não foi hidratado, atingindo valores próximos a 39,3°C. Entretanto, quando o sujeito foi submetido à ingestão a critério do avaliado, a temperatura máxima registrada atingiu 38,7°C, enquanto com a hidratação controlada o resultado máximo registrado correspondeu a 37,7°C, permitindo assim o mesmo trabalho realizado de forma mais confortável e menos perigosa, evitando-se o risco de hipertermia. A hidratação neste estudo demonstrou contribuir na manutenção da temperatura interna em valores ideais.

Assim os estudos apresentados nesse trabalho mostra que toda a hidratação é de fato importante durante a sessão de exercício físico, mas a falta de estudos de hidratação e sessões de ginástica com características de localizada, demonstra que as estratégias de hidratação adotadas nesse trabalho ofereceram sucesso quanto sua função na prática do exercício físico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou investigar o efeito da hidratação na prática da modalidade de ginástica localizada Pump em indivíduos normotensos. A estratégia de hidratação adotada durante a sessão de treinamento promoveu com sucesso a reposição dos líquidos corporais como foi apresentado.

Não se pretende neste estudo, afirma que essa estratégia de hidratação é a adequada para essa modalidade, mas que nesse estudo obteve sucesso na sua utilização.

Portanto, sugerimos novos estudos para elucidar as dúvidas advinda dessa pesquisa, assim é importante a produção de novas pesquisas com outros públicos e diferentes formas de hidratação para enriquecer a literatura que trata dessa temática.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION (ADA). Time-ly Statement of the American Dietetic Association: **Nutrition Guidance for Adolescent Athletes in Organized Sports**. J Am Diet Assoc 1996;96:611-2.
- BRITO, C.J.; MARINS, J.C.B. **Caracterização das práticas sobre hidratação em atletas da modalidade de judô no estado de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. v.13, n.2, p. 59-74, 2005.
- CARVALHO T. Diretriz da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: **Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde**. RevBrasMed Esporte 2003;9:57-68.
- COSTILL, DAVID L & WILMORE, JACK H. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2001.
- CHEUVRONT, S.N., E.M. HAYMES, AND M.N. SAWKA (2002). **Comparison of sweat loss estimates for women during prolonged high-intensity running**. Med. Sci. Sports. Exerc. 34: 1344-1350.
- CHEUVRONT S.N., R. CARTER III, S.J. MONTAIN, AND M.N. SAWKA (2005). **Daily body mass variability and stability in active men undergoing exercise-heat stress**. Int. J. Sport Nutr. Exerc. Metab. 14: 532-540.
- GUERRA, I.; CHAVES, R.; BARROS, T.; TIRAPÉGUI, J. **The influence of fluid ingestion on performance of soccer players during a match**. Journal of Sport Science and Medicine. v. 3, p. 198-202, 2004.

GUYTON, ARTHUR C.; HALL, JOHN E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1997.

INSTITUTE OF MEDICINE (2004). **Dietary Reference Intakes for water, potassium, sodium, chloride, and sulfate**. Washington, DC: The National Academies Press, in press. Disponível em: <http://www.iom.edu/Reports/2004/Dietary-Reference-Intakes-Water-Potassium-Sodium-Chloride-and-Sulfate.aspx> acessado em maio de 2013.

ISAK. **International standars for anthropometric assessment**. The international society for the advancement of kinanthropometry, 2001, Underdale, p. 57 - 107.

JOÃO CARLOS BOUZAS MARINS. **Execício Físico E Calor - Implicações Fisiológicas E Procedimentos De Hidratação**. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde V. 1, N. 3, pág. 26-38, 1996.

MACHADO-MOREIRA, C.A.; VIMEIRO-GOMES, A.C.; SILAMI-GARCIA, E.; RODRIGUES, L.O.C. **Hidratação durante o exercício: a sede é suficiente?** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 12 (6): 405-409, 2006.

MAUGHAN, R.J.; LEIPER, J.B. **Fluid replacement requirements in soccer**. Journal of Sports Science, n. 12, p. 29-34, 1994.

MARINS, JOÃO C.B.; DANTAS, ESTÉLIO H.M.; NAVARRO, SALVADOR Z. - **Diferentes tipos de hidratação durante o exercício prolongado e sua influência sobre o sódio plasmático**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. v.11, n.1, p. 13-22, 2003.

MARTIN, L; LAMBETH, A.; SCOTT, D. **Nutritional practices of national female soccer players: analysis and recommendations**. Journal of Sport Science and Medicine. v. 5, p. 130-137, 2006.

MARQUEZI, MARCELO L & LANCHA JUNIOR, ANTONIO H. **Estratégias de Reposição Hídrica: Revisão e Recomendações Aplicadas**. Revista Paulista de Educação Física. v.12, n. 2, p. 219-227, 1998.

MEYER, FLÁVIA; PERRONE, CLÁUDIA A. **Hidratação pós-exercício -Recomendações e Fundamentação científica**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Porto Alegre, v 12, n. 2, p.87-90, 2004.

MOUNTAIN, S. J.; CHEUVRONT, S.N., SAWKA, M.N. **Exercise associated hyponatraemia: quantitative analysis to understand the aetiology**. British Journal of Sports Medical. v. 40, p. 98-106, 2006.

MURRAY, B. **Reposição de Fluidos**. Sports Science Exchange. 13: 1-6, 1997.

MACHADO-MOREIRA, C.A.; VIMEIRO-GOMES, A.C.; SILAMI-GARCIA, E.; RODRIGUES, L.O.C. **Hidratação durante o exercício: a sede é suficiente?** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 12 (6): 405-409, 2006.

NASSIS, GEORGE P; WILLIAMS, CLYDE; CHISNALL, PENÉLOPE. - **Effect of a carbohydrate-electrolyte drink on endurance capacity prolonged intermittent high Intensity running**. British Journal of Sports Medical. v. 32, p. 248-252, 1998.

OSTOJIC, M. S.; MAZIC, S. **Effects of a carbohydrate-electrolyte drink on specific soccer tests and performance**. Journal of Sport Science and Medicine. v. 1, p. 47-53, 2002.

POWERS, S.K.; HOWLEY E.T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e desempenho**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.

SHIRREFFS, SUSAN M; et al. **Rehydration after exercise in the heat: a comparison of 4 commonly used drinks**. International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism. v. 17, 244-258, 2007.

VIMEIRO-GOMES; RODRIGUES. **Avaliação Do Estado De Hidratação Dos Atletas, Estresse Térmico Do Ambiente E Custo Calórico Do Exercício Durante Sessões De Treinamento Em Voleibol De Alto Nível: Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais**. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 15(2): 201-11, jul./dez. 2001.

WILLIAMS, MELVIN H. **Nutrição para saúde, condicionamento físico & desempenho esportivo**. 5. ed Barueri, SP: Manole, 2002. 500 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Phisycal status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: Technical Report Series 854; 1995.

PERCEPÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

PERCEPTION OF PHARMACEUTICAL ASSISTANCE IN THE PRIMARY ATTENTION OF THE SINGLE HEALTH SYSTEM

Eurislene Moreira Antunes Damasceno¹; Armando Alves Mineiro²; Deval Barbosa Junior²; Bianca Montalvão Santana³; Thalita Pimentel Nunes⁴

¹Mestre em Cuidados Primários em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

²Acadêmicas do Curso de Graduação em Farmácia das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

³Farmacêutica-Bioquímica pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Coordenadora da Assistência Farmacêutica da Rede Municipal de Saúde de Montes Claros/MG.

⁴Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos em Administração - FEAD. Diretora das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise da assistência farmacêutica como parte integrante do sistema de atenção primária à saúde, no qual a qualidade do uso de medicamentos está diretamente relacionada à qualidade do serviço de saúde e aos elementos para a avaliação desta. As Unidades Básicas de Saúde constituem a principal porta de entrada do sistema de assistência à saúde estatal em nosso país. Entretanto, o vínculo do serviço farmacêutico está relacionado com o modelo curativo, centrado na consulta médica e pronto atendimento, com a farmácia apenas atendendo a essas demandas. O presente trabalho tem como objetivo avaliar a percepção da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, transversal, exploratória de natureza avaliativa. A amostra foi constituída por vinte e sete farmacêuticos que fazem parte do quadro de funcionário do Município de Montes Claros-MG. A inserção do farmacêutico às equipes de saúde que prestam assistência aos usuários do SUS no Brasil é inevitável. O acolhimento farmacêutico é uma prática que contribui para o uso apropriado dos medicamentos e para a melhora de parâmetros clínicos de doenças crônicas. Logo, ressalta-se a necessidade de ações que possibilitem o aprimoramento contínuo do farmacêutico, possibilitando a compreensão do seu papel junto à equipe multidisciplinar para que este profissional esteja apto à prática clínica voltada aos pacientes.

Palavras-chave: Assistência farmacêutica, SUS, Atenção primária.

ABSTRACT

This study presents an analysis of pharmaceutical care as an integral part of the primary health care system, in which the quality of drug use is directly related to the quality of the health service and the elements for its evaluation. The Basic Health Units are the main gateway to the state health care system in our country. However, the link of the pharmaceutical service is related to the curative model, centered on the medical consultation and prompt service, with the pharmacy only meeting these demands. This study aims to evaluate the perception of pharmaceutical care in the primary care of the Unified Health System. This is a qualitative, cross-sectional, exploratory research of an evaluative nature. The sample consisted of twenty-seven pharmacists who are part of the staff of the Municipality of Montes Claros-MG. The insertion of the pharmacist to the health teams that provide assistance to SUS users in Brazil is inevitable. Pharmaceutical host is a practice that contributes to the appropriate use of medications and improves the clinical parameters of chronic diseases. Therefore, the need for actions that enable the continuous improvement of the pharmacist is emphasized, allowing the understanding of their role with the multidisciplinary team so that this professional is able to practice clinical practice for patients.

Keywords: Pharmaceutical care, SUS, Primary care

INTRODUÇÃO

A análise da assistência farmacêutica faz parte integrante do sistema de atenção primária à saúde, no qual a qualidade do uso de medicamentos está diretamente relacionada à qualidade do serviço de saúde e aos elementos para a avaliação. De modo geral, entende-se que um serviço de boa qualidade é aquele que cumpre os requisitos estabelecidos de acordo com os recursos disponíveis, satisfazendo as aspirações de obter o máximo benefício com um mínimo risco para a saúde, proporcionando o bem-estar dos usuários (KERMAN; FREITAS, 2017). A qualidade da atenção à saúde pode ser caracterizada pelo grau de competência profissional, pela eficiência na utilização dos recursos, pelo risco proporcionado aos pacientes, pela satisfação dos usuários e pelo efeito favorável na saúde (GOMES, 2017).

A análise da assistência farmacêutica como parte integrante do sistema de atenção primária à saúde, no qual a qualidade do uso de medicamentos está diretamente relacionada à qualidade do serviço de saúde e aos elementos para a avaliação desta. De modo geral, entende-se que um serviço de boa qualidade é aquele que cumpre os requisitos estabelecidos de acordo com os recursos disponíveis, satisfazendo as aspirações de obter o máximo benefício com um mínimo risco para a saúde, proporcionando o bem-estar dos usuários (DINIZ, *et al.*, 2015; LOPES, 2011).

A qualidade da atenção à saúde pode ser caracterizada pelo grau de competência profissional, pela eficiência na utilização dos recursos, pelo risco proporcionado aos pacientes, pela satisfação dos usuários e pelo efeito favorável na saúde. Um dos referenciais mais conhecidos nesse assunto relata que estes elementos só podem ser obtidos se existir conhecimento sobre eles e se forem usados de forma construtiva (PIANETTI, 2016).

Situações como esta demonstra a importância da atuação do farmacêutico nesses locais para realizar a intervenção farmacêutica quando necessário, auxiliando no controle e monitoramento dos fármacos para que não ocorram perdas e desvios destes. Com isso, realiza também a farmacovigilância evitando danos a saúde pública e contribuindo para a segurança e os benefícios em relação ao uso dos medicamentos (JUNIOR *et al.*, 2016; DIAS, 2014).

O farmacêutico atua em aproximadamente 40% das equipes de assistência à saúde da família, o que requer um conhecimento adequado

das atividades a serem desenvolvidas por ele e pelos demais profissionais envolvidos, para que não haja um desvio de funções que venha a prejudicar a população (NAKAMURA, 2016).

O papel do farmacêutico evoluiu com o passar do tempo e não se restringe apenas em dispensar medicamentos dentro de uma farmácia ou drogaria. Esse profissional passa a ter como foco o paciente, realizando práticas que tem como ponto central ações educativas em saúde com base no uso racional medicamentos, na dispensação correta de acordo com a prescrição médica e fornecendo informações claras quanto ao uso adequado dos destes na terapia farmacológica, desempenhando a missão farmacêutica (ANGONESI, 2011).

O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. Trata-se de um método para detectar e corrigir possíveis fragilidades, engrandecendo os serviços já existentes e apresentando soluções que possam contribuir para uma Assistência Farmacêutica mais eficaz no Sistema Único de Saúde.

MATERIAIS E METODO

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de campo, transversal, descritivo, com abordagem quali-quantitativa entre agosto e setembro de 2018. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil, sob o parecer de nº 2.824.426/2018, e foram seguidas todas as normas estabelecidas pela Resolução nº 466 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, da qual se nomeia parâmetros a serem adotados diante de pesquisas envolvendo seres humanos. Desta forma, será garantido aos sujeitos envolvidos na amostra o direito à informação, preservação dos dados exclusivamente para fins científicos e a confidencialidade pela participação na pesquisa.

O estudo foi realizado com os 27 profissionais farmacêuticos que pertencem o quadro de funcionário do município de Montes Claros-MG, que foram convidados a participar por meio do endereço oficial de e-mail da Assistência Farmacêutica cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-MG. No e-mail explicava sobre o projeto de pesquisa. Diante da assertiva em participar, ele assinava um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), iniciando-se assim a aplicação do questionário.

A coleta de dados foi realizada no período de setembro e outubro de 2018 por meio da aplicação de questionário, adaptado de Barreto; Guimarães, (2010), no local onde exerce a sua atividade farmacêutica.

Antes de iniciar a coleta de dados foi realizado um teste piloto a fim de corrigir possíveis problemas na elaboração do questionário, contribuindo para perguntas mais precisas. Para a aplicação do teste piloto foi aplicado um questionário com uma interlocutora-chave, tal teste foi importante para melhorar e clarificar algumas questões que seriam aplicadas durante o trabalho de campo, essas correções foram incluídas no questionário que serviu de base do estudo. A entrevista foi aplicada explicando passo a passo cada pergunta, para total entendimento do pesquisado e para as respostas serem as mais condizentes com a realidade vivenciada.

Foram avaliadas as variáveis: Informações sobre ações farmacêuticas no processo de promoção do uso correto dos medicamentos e identificando os mais utilizados, enfocando o impacto da atenção farmacêutica na melhoria da qualidade de vida de pacientes.

Os dados coletados foram tabulados e analisados por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (PASW, versão 20.0).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra dos farmacêuticos, segundo sexo, tempo de formação, tempo na atividade farmacêutica na ESF e titulação.

Tabela 1 - Distribuição da amostra dos farmacêuticos, segundo sexo, tempo de formação, tempo na atividade farmacêutica na ESF e titulação.

Variáveis	Categorias	N	%
Gênero	Feminino	18	66,7
	Masculino	9	33,3
Tempo de Formação	1 a 3 anos	2	7,4
	4 a 7 anos	4	14,8
	8 a 12 anos	8	29,6
	Maior que 12 anos	13	48,1
Tempo que exerce suas atividades na ESF	1 a 3 anos	8	29,6
	4 a 7 anos	14	51,9
	8 a 12 anos	5	18,5
Titulação	Graduação	7	25,9
	Pós- Graduação	19	70,4
	Mestrado	01	3,7
Total		27	100,0

Autoria própria

Dentre os 27 farmacêuticos que responderam à pesquisa 66,7% eram do gênero feminino. A predominância feminina corrobora com outros estudos, o qual indica a predominância por mulheres DOS SANTOS (2018).

Em relação ao tempo de formação houve uma predominância de acima de 12 anos de formação, enquanto que ao tempo de exercer a profissão na unidade predominou de 4 a 7 anos e a pós graduação foi a maior titulação (Tabela1). Os avanços na atenção farmacêutica, o profissional farmacêutico deve está cada vez mais preparado para prestar assistência traduzida em responsabilidade e em compromisso com a resolução de problemas complexos no que diz respeito ao cuidado farmacêutico (CORTEZ; CORTEZ; LEITE, 2014).

Ainda segundo Cortez; Cortez; Leite, (2014), nos últimos quinze anos a prática farmacêutica tem passado por uma transformação conhecida por muitos de revolucionária, onde estabeleceram que a prática farmacêutica deve possuir uma filosofia apropriada e uma estrutura organizada dentro da qual se exerça essa prática, propondo o conceito do cuidado Farmacêutico, muito se têm discutido e realizado no âmbito da profissão farmacêutica.

A figura 1 representa os medicamentos mais utilizados pelos usuários que frequentam as ESF, a losartana foi o mais usado (88,9%). Estudo realizado por Vieira; Cassiani, (2014), entre os medicamentos mais utilizados pelos participantes do estudo estavam o enalapril, presente em 50,0 % das prescrições, a losartana (37,5 %) e a clonidina (34,4 %). Isso comprova a prevalência de prescrição de anti-hipertensivo em unidades públicas de saúde devido à sua relevância terapêutica para o tratamento de doenças crônicas (SANTOS et al., 2013).

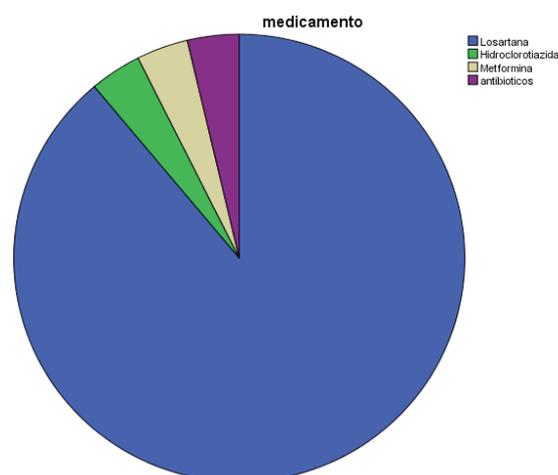


Figura 1 - Medicamentos mais utilizados pelos usuários da ESF

A tabela 2 representa atividades dos profissionais farmacêuticos na ESF em relação a conhecimento, capacitação, reconhecimento,

qualidade de vida do paciente, aptidão e satisfação.

Tabela 2 - Distribuição das atividades dos profissionais farmacêuticos na ESF.

Variáveis	Categorias	N	%
É permitido o FÁrmacêutico modificar as prescrições dos outros profissionais da ESF	Não	27	100,0
Indicação de medicamento na ESF	Sim	3	11,1
	Não	24	88,9
Já presenciou pacientes com reação adversa	Sim	20	74,1
	Não	7	25,9
Atenção FÁrmacêutica melhora a qualidade de vida dos pacientes	Sim	27	100,0
Aproximação do FÁrmacêutico com o paciente é aceitável	Sim	26	96,3
	Não	1	3,7
Atribuições na ESF são reconhecidas e valorizadas	Sim	21	77,8
	Não	6	22,2
O seu papel como profissional FÁrmacêutico é considerado importante na sustentação do corpo clínico	Sim	25	92,6
	Não	2	7,4
Desempenho funções e atribuições são reconhecidas e aceitáveis junto a equipe de saúde	Sim	26	96,3
	Não	1	3,7
Possui capacitação junto com a assistência FÁrmacêutica	Não possui	1	3,7
	Uma vez no ano	8	29,6
	Duas vezes no ano	17	63,0
	Não respondeu	1	3,7
Avaliação geral quanto a assistência FÁrmacêutica na ESF	Excelente	2	7,4
	Bom	20	74,1
	Regular	5	18,5
Como profissional FÁrmacêutico presta as informações adequadas aos pacientes que fazem a utilização de medicamentos prescritos	Sim	27	100,0
Como profissional FÁrmacêutico você se considera apto para esclarecer possíveis questionamentos sobre o tratamento do paciente e interações medicamentosas	Sim	26	96,3
	Não	1	3,7
Como FÁrmacêutico você demonstra aptidão para ouvir atentamente os motivos da não adesão dos pacientes ao tratamento proposto pelo prescritor	Sim	27	100,0
Total		27	100,0

Para que haja efetiva mudança da prática profissional em direção ao cuidado da população, a formação e a capacitação dos profissionais farmacêuticos são essenciais. Esta necessidade de aprimoramento foi destacada por um dos participantes, a qual afirmou que melhores orientações sobre o cuidado farmacêutico se-

riam necessárias para promover a melhoria da qualidade de atendimento nas unidades. Contudo, levando-se em consideração que para a formação do farmacêutico com perfil requerido para esta prática é essencial a mudança de comportamentos e de entendimentos sobre as abordagens clínica no ato da dispensação dos

medicamentos por parte dos farmacêuticos. Os resultados deste estudo indicam que todos os farmacêuticos estão cientes e seguros quanto à sua atribuição e importância junto à equipe de saúde.

No estudo de Silva; Souza (2017) realizado com pacientes portadores de diabetes atendidos na Unidade de Saúde em um bairro de Santarém no Pará reforça a necessidade do profissional farmacêutico, no reconhecimento das necessidades farmacoterapêuticas dos pacientes, levando a adesão à farmacoterapia e à promoção do uso racional de medicamentos, que se revela positivamente na segurança qualidade da vida de um ser humano.

As atividades das ESF é o alicerce, para se comunicar, trocar experiências e conhecimentos entre os membros da equipe, bem como entre estes e outros trabalhadores da saúde. No estudo pode observar o interesse dos farmacêuticos em atuarem na farmácia clínica, demonstrando aptidão em prestar as informações adequadas aos pacientes, esclarecer possíveis questionamentos sobre o tratamento do paciente e interações medicamentosas e prestar assistência ao paciente sobre a não adesão do medicamento. Ao farmacêutico cabe a responsabilidade de partilhar dentro da equipe, expondo sugestões farmacoterapêuticas disponíveis na instituição, proporcionando uma melhor terapêutica farmacológica do paciente e orientar sobre os cuidados quanto ao condicionamento e a utilização correta dos fármacos. Assim, apresentando uma função essencial e diferencial dentro do grupo multiprofissional. (FELÍCIO et al., 2015; JUNIOR et al., 2016;).

CONCLUSÃO

A inserção do farmacêutico às equipes de saúde que prestam assistência aos usuários do SUS no Brasil é inevitável. O acolhimento farmacêutico é uma prática que contribui para o uso apropriado dos medicamentos e para a melhora de parâmetros clínicos de doenças crônicas

Atualmente, a demanda de usuários a procura de assistência farmacêutica nas ESF é constante e crescente, fazendo-se necessário que os profissionais farmacêuticos motivem-se pelo grande desafio de atuar com qualidade e eficácia no seu dia-a-dia.

A maior parte das atribuições destes profissionais ainda está vinculada a práticas técnicas, o que dificulta a sua atuação junto ao paciente

durante a dispensação e afeta a promoção do uso racional de medicamentos. Logo, ressalta-se a necessidade de ações que possibilitem o aprimoramento contínuo do farmacêutico, possibilitando a compreensão do seu papel junto à equipe multidisciplinar para que este profissional esteja apto à prática clínica voltada aos pacientes.

REFERÊNCIAS

- ALANO, M. G.; CÔRREA, T. S.; GALATO, D. Indicadores do serviço de Atenção farmacêutica (saf) da universidade do sul de santa catarina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, 2012.
- ALENCAR, T. O. S.; CAVALCANTE, E. A. B.; ALENCAR, B. R. Assistência farmacêutica e saúde mental no Sistema Único de Saúde. *Rev Ciênc Farm Básica Apl.*, v. 33, n. 4, p. 489-495, 2012.
- ANGONESI, D.; RENNÓ, M. U. P. Dispensação Farmacêutica: proposta de um modelo para a prática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 9, p. 3883-3891, 2011.
- BARRETO, J. L.; GUIMARÃES, M. C. L. Avaliação da gestão da Assistência Farmacêutica básica em municípios baianos, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 26, n. 6, p. 1207-1220, 2010.
- CARVALHO, I. B.; EVANGELISTA, I. C. M. LOPES, J. S. L. et al. Estudo das potenciais interações de medicamentos sujeitos a controle especial em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de Teresina - PI. *Boletim Informativo Geum*, v. 6, n. 1, p. 7-15, 2015.
- CORREIA, G. A. R.; GONDIM, A. P. S. Utilização de benzodiazepínicos e estratégias farmacêuticas em saúde mental. *Saúde Debate*, v. 38, n. 101, p. 393-398, 2014.
- COSTA, M. H. C. T.; TOGEIRO, M. L. P.; RIBEIRO, R. P. O. **Importância da atuação de um profissional farmacêutico na farmácia de um hospital de pequeno porte.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso em Farmácia. Faculdade de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba, 2013.
- COUTINHO, M. B. **Atuação farmacêutica no campo da saúde mental: uma revisão da literatura.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso em Farmácia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

- CORTEZ, D. X.; CORTEZ, F. O. X.; LEITE, R. M. Assistência farmacêutica no SUS. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 2, n. 5, 2014.
- CRUZ, M. T.; CRUZ, E. L. TORRES, J. R. P. Avaliação do uso de medicamentos psicotrópicos pelos pacientes da farmácia municipal de Terra Roxa d' Oeste/PR. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 1, 2015.
- DIAS, I. F. **O contributo da farmacovigilância para o uso racional do medicamento e o papel do farmacêutico**. 2014. Monografia apresentada para obtenção de Grau de Mestre. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde, Lisboa, 2014.
- DINIZ, A. C. I.; ALVES, G. C.; FURLAN, L. C. *et al.* A importância da promoção do uso racional de medicamentos realizada pelo Projeto de Assistência Farmacêutica Estudantil. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8., 2015. Araraquara. PAFE Projeto de Assistência Farmacêutica Estudantil. Araraquara
- DOS SANTOS SANTANA, K.; HORÁCIO, B. O.; SILVA, J. E.; JÚNIOR, C. D. A. C.; GERON, V. L. M. G.; JÚNIOR, A. T. T. O papel do profissional farmacêutico na promoção da saúde e do uso racional de medicamentos. **Revista Científica FAEMA**, v. 9, n. 1, p. 399-412, 2018.
- FERRAZA, D. A.; ROCHA, L. C.; LUZIO, C. A. Medicalização em um serviço público de saúde mental: um estudo sobre a prescrição de psicofármacos. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, V. 6, N. 2, P. 255-265, 2013.
- FELÍCIO, Isabela Motta et al. Atenção farmacêutica para pacientes hipertensos e/ou diabéticos. Importância dessa prática no acompanhamento domiciliar. **Rev. Anais CIEH**, v. 2, n.1, 2015.
- SANTOS, T. R. A.; LIMA, D. M.; NAKATANI, A. Y. K.; PEREIRA, L. V.; LEAL, G. S.; AMARAL, R. G. Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 94-103, 2013.
- GOMES, M. D. F. D. S.. Avaliação da qualidade em serviços públicos de saúde: um estudo no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa-MG. 2017.
- JÚNIOR, O. S. B.; SILVA, B. C. G.; FERNANDES, L. C. S. *et al.* Avaliação de prescrições farmacoterapêuticas em um centro de atendimento psicossocial (caps) de um município situado no sudeste goiano. **Electronic Journal of Pharmacy**, v. 8, n. 1, p. 37-44, 2016.
- KERMAN, M.; DE FREITAS, O. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): avaliação dos serviços de atenção farmacêutica primária. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. suppl. 2, p. 1, 2017.
- LOPES, L. M. B.; GRICOLETO, A. R. L. Uso consciente de psicotrópicos: responsabilidade dos profissionais da saúde. **Brazilian Journal of Health**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2011.
- MARQUES, L. X. F.; FREITAS, R. M. Acompanhamento farmacoterapêutico visando à uma Melhor qualidade de vida em portadores de transtornos Psicossociais. **Revista Saúde & Ciência Online**, v. 3, n. 2, p. 07-32, 2014.
- MARTINS, M. A. C.; HOSLTALÁCIO, A. M.; SILVA, V. L. Q. *et al.* Perfil dos pacientes atendidos em um centro de atenção psicossocial, em Passos - MG. **Revista de Iniciação Científica da Libertas São Sebastião do Paraíso**, v. 4, n. 2, p. 121-134, 2014.
- NAKAMURA, C. A.; LEITE, S. N. A construção do processo de trabalho no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: a experiência dos farmacêuticos em um município do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1565-1572, 2016.
- NETTO, M. U. Q.; FREITAS, O.; PEREIRA, L. R. L. Antidepressivos e benzodiazepínicos: estudo sobre o uso racional entre usuários do sus em Ribeirão Preto - SP. **Rev Ciênc Farm Básica Apl.**, v. 33, n. 1, p. 77-81, 2012.
- PIANETTI, G. A.; CÉSAR, I. C. Uso racional de medicamentos: fundamentação em condutas farmacêuticas e nos macroprocessos da assistência farmacêutica. Registro e autorização: atendimento aos requisitos mínimos de qualidade, eficácia e segurança. BRASILIA.
- OPAS/OMS - Representação Brasil, v. 1, n. 6, 2016. Disponível em: < http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&task=catview&gid=1284&Itemid=423> Acesso em: 01 out. 2016.

QUADROS, L. C. M.; GIGANTE, D. P.; KANTORSKI. *et al.* Transtornos psiquiátricos menores em cuidadores familiares de usuários de Centros de Atenção Psicossocial do Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 28, n. 1, p. 95-103, 2012.

ROCHA, B. S.; WERLANG, M. C. Psicofármacos na Estratégia Saúde da Família: perfil de utilização, acesso e estratégias para a promoção do uso racional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3291-3300, 2013.

SANTOS, E. A.; ALMEIDA, M. L.; ESTÁCIO, S. C. S. A. **Avaliação do perfil dos usuários de psicotrópicos nos municípios de Tremembé e Pindamonhangaba**. 2014. Monografia apresentada para obtenção de Diploma de Bacharel pelo Curso de Farmácia da Fundação Universitária Vida Cristã, Pindamonhangaba, 2014.

SHIRAMA, F. H.; MIASSO, A. I. Consumo de psicofármacos por pacientes de clínicas médica e cirúrgica de um hospital geral. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n. 4, 2013.

SILVA, C.; SOUSA, J. O farmacêutico na unidade básica de saúde: atenção farmacêutica ao portador de Diabetes mellitus em uma unidade de saúde pública, no município de Santarém/PA. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, v. 6, n. 1, p. 38-44, 2017.

VIEIRA, Liliana Batista; CASSIANI, Sílvia H. de B. Avaliação da adesão medicamentosa de pacientes idosos hipertensos em uso de polifarmácia. **Rev Bras Cardiol**, v. 27, n. 3, p. 195-202, 2014.

ZANELLA, C. G.; AGUIAR, P. M.; STORPIRTIS, S. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 325-332, 2015.

PERFIL DOS PACIENTES DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA ATENDIDOS PELOS ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA DE UMA CLÍNICA ESCOLA

PROFILE OF ORTHOPEDIC AND TRAUMATOLOGY PATIENTS ATTENDED BY PHYSIOTHERAPY ACADEMICS OF A SCHOOL CLINIC

Ângela Cristina Pereira da Cruz¹; Viviane Emanuele Soares Aragão¹; Magda Mendes Vieira²; Wellington Danilo Soares³; Mariana Rocha Alves⁴; Vinícius Dias Rodrigues⁵

¹Graduado do curso de Fisioterapia pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE.

²Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

³Professor do Centro de Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE. Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

⁴Docente da Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. Doutoranda em Medicina (Neurologia) pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

⁵Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professor do Centro de Pesquisa das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE. Doutor em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Unimontes.

RESUMO

Atualmente têm se notado alterações no perfil de disfunções que acomete o povo brasileiro, assim como no mundo inteiro. A área de ortopedia e traumatologia tem se sobressaído ao longo do tempo. Pois, sua esfera de atuação envolve medidas preventivas, diagnóstico e tratamento de disfunções do sistema músculo esquelético. Este estudo tem por objetivo identificar o perfil epidemiológico dos pacientes de ortopedia e traumatologia atendidos pelos acadêmicos de fisioterapia na clínica escola de uma instituição privada de ensino superior da cidade de Montes Claros - MG. Foi realizado o levantamento de 227 prontuários de pacientes atendidos no período de 2012 a 2015, deste total, 56 foram excluídos por conterem dados incompletos e por serem de pacientes que só realizaram avaliação, foram incluídos 171 prontuários contendo todos os dados e por terem realizado tratamento na clínica da Funorte. Foram analisados dados como idade, sexo, profissão, diagnóstico clínico, uso de medicamentos, patologias associadas, cirurgias realizadas, a história da moléstia pregressa e atual, tempo e tipo de tratamento, segmentos afetados e história familiar. Observou-se que o sexo masculino foi o mais acometido (59,6%), com uma média de idade do estudo de 37,16 anos. O diagnóstico mais presente foi a fratura seguido de lombalgia, sendo o membro inferior e a coluna lombar os segmentos mais acometidos. Os dados obtidos neste estudo podem contribuir com os serviços traumato-ortopédicos oferecidos nas clínicas-escolas e norteá-los em função dos distúrbios mais comuns.

Palavras-chave: Perfil epidemiológico. Fisioterapia. Ortopedia. Clínica-escola

ABSTRACT

Currently it has been noticed changes in the profile of dysfunctions that affect the Brazilian people, as well as whole world. The area of orthopedics and traumatology has stood over time. Because, the sphere of action involves preventive measures, diagnosis and treatment of dysfunctions of the musculoskeletal system. This study aim to identify the epidemiological profile of orthopedic and traumatology patients that were attended by the physiotherapy academics in a school clinic of a private institution of higher education of the city of Montes Claros- MG. A total 227 medical records of patients that were attended in the period from 2012 to 2015, of this total 56 were excluded because they contained incomplete data and because they were from patients who only performed evaluation. Were include 171 medical records containing all the data and for having performed the treatment at the Funorte Clinic. Data such as age, sex, profession, clinical diagnosis, and use of medications, associated pathologies, and surgeries performed history of previous and current disease, time and type of treatment, affected segments and family history. Were analyzed. It was observed that male were the most affected (59.6%) with average age of the study of 37,16 years. The most frequent diagnosis was fractured followed by low back pain, with the lower limb and the lumbar spine being the most affected segments. The data obtained in this study may contribute to the trauma-orthopedic services offered in the school clinics and guide them in relation to the most common disorders.

Keywords: Epidemiological profile. Physiotherapy. Orthopedics. Clinic school.

INTRODUÇÃO

A epidemiologia é um estudo quantitativo da distribuição de eventos relacionados à saúde/doença, que evidenciam os fatores e agravos que condicionam e definem uma população (SOUZA, *et. al.*, 2012). Familiarizar se com o perfil epidemiológico e a demanda ambulatorial é imprescindível para a adaptação de padrões educacionais e de saúde (COUTO *et. al.*, 2014).

Atualmente têm se notado alterações no perfil de disfunções que acomete o povo brasileiro, assim como no mundo inteiro, por vários motivos, como à diminuição na taxa de natalidade, o crescimento da expectativa de vida e o decorrente aumento do público idoso (SANTOS e GHISLENI, 2012; DA SILVA *et. al.*, 2015). Assim como mudanças significativas nos indicadores de morbidade e mortalidade, bem como no crescimento da prevalência de patologias crônico-degenerativas (DA SILVA *et. al.*, 2015).

As variações no perfil epidemiológico dos agravos no Brasil nos últimos tempos têm delimitado um valoroso efeito sobre a saúde dos habitantes por todo o planeta. Variações essas em virtude às patologias de caráter infeccioso, com o aparecimento de novos patógenos, assim como, o gradativo crescimento dos acidentes e violências. Essas sucessivas modificações na estrutura etária, assim como no perfil epidemiológico da nação brasileira, ocasionam novos desafios nos campos de assistência e promoção da saúde (SOUZA *et. al.*, 2012).

Os progressos trouxeram notáveis vantagens às pessoas, da mesma forma que trouxe malefícios que tem acometido a vida do trabalhador. Posturas viciosas e trabalhos repetitivos e de grande velocidade favorece para sobrecarga do sistema musculoesquelético, causando lesões (DA SILVA *et. al.*, 2015). Existem também, fatores laborais que estariam intimamente ligados à existência de manifestações nos membros superiores, devido, a posturas inadequadas adotadas no trabalho, equipamentos inadequados, inexistência de intervalos durante o trabalho, trabalhadores descontentes e capacitações inapropriadas (OLIVEIRA e BRAGA, 2010).

Sucedese com o crescimento de atividades esportivas, um aumento bastante relevante na ocorrência de lesões. Os motivos são vários como, por exemplo, ausência de preparo físico e de instrução para o esporte. Contudo, não é unicamente na pratica esportiva que encontramos lesões. Na literatura também são descritos fatores não ocupacionais, tais como o escasso período de lazer; particularidades demográficas, como gênero, estado civil e filiação; e hábitos pessoais (OLIVEIRA e BRAGA, 2010).

Assim pode - se ver que a área de ortopedia e traumatologia tem se sobressaído ao longo do tempo. Pois, sua esfera de atuação envolve medidas preventivas, diagnóstico e tratamento de disfunções do sistema músculo esquelético. Essas disfunções manifestam um quadro de dor, deformação e perda de funcionalidade, representando a segunda frequente causa de a popu-

lação procurar assistência médica. Muitas dessas pessoas após clinicamente serem atendidas, são destinadas à tratamento fisioterápico (DA SILVA, LIMA e LEROY, 2013).

É pertinente ressaltar que os traumatismos ortopédicos podem ser resultantes tanto de acidentes de trânsito como por causas domésticas. Esse problema não é atual, verifica-se um progressivo aumento desses traumas na população brasileira, resultante da evolução tecnológica. Segundo estudos, os traumas ortopédicos cresceram à medida que se dava o desenvolvimento tecnológico, gerando uma multiplicação de veículos automotores, trafegando entre nós levando a uma série crescente de acidentes, atropelamentos, colisões, etc. (DOMINGUES e DANAGA, 2014).

Por meio deste quadro, a fisioterapia tem apresentando um papel muito importante na recuperação física de pacientes traumatizados, visto que ela estimula a reabilitação física, favorece o máximo restabelecimento da função, promove analgesia e atua com medidas preventivas possibilitando uma satisfatória qualidade de vida (OLIVEIRA e BRAGA, 2010; DOMINGUES e DANAGA, 2014).

No Brasil, a Fisioterapia passou ser difundido a partir do ano 2000, levando ao aumento da demanda das variadas intervenções de reabilitação nos anos posteriores, principalmente, nas áreas voltadas à traumatologia e ortopedia, episódio averiguado em várias regiões do país (COUTO *et. al.*, 2014)

A fisioterapia é um ramo do conhecimento que aborda os distúrbios cinéticos - funcionais, competindo suas atribuições em todos os campos de atenção em saúde: primária, secundária e terciária, assim sendo, é verificada que o emprego deste serviço é capaz de evitar que outros métodos de tratamento mais caros e desagradáveis sejam oferecidos ao cidadão recuperando e/ou preservando a sua qualidade de vida, contudo existem poucas pesquisas que salientam a importância do seu uso pela população (DA SILVA, LIMA e LEROY, 2013).

Mediante essas transformações, pode-se notar a importância da inclusão do fisioterapeuta nas práticas de saúde, para compreensão do perfil epidemiológico dos pacientes que utilizam os serviços de fisioterapia, possibilitando melhor gerenciamento, organização, disseminação de dados em forma de pesquisas e também auxiliar outros serviços equivalentes a se planejarem (DA SILVA *et. al.*, 2015).

Este estudo tem por objetivo identificar o

perfil epidemiológico dos pacientes de ortopedia e traumatologia atendidos pelos acadêmicos de fisioterapia na clínica escola de uma instituição privada de ensino superior da cidade de Montes Claros - MG.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem retrospectiva e quantitativa, que objetivou identificar a prevalência de lesões ortopédicas delineando o perfil de pacientes através de um levantamento de dados.

Foi realizado o levantamento de dados através de prontuários dos pacientes na clínica de fisioterapia na área de ortopedia e traumatologia das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE, nos meses de março e abril de 2017. Ao total foram analisados 227 prontuários de pacientes avaliados no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015.

Os dados colhidos dos prontuários foram idade, sexo, profissão, diagnóstico clínico, uso de medicamentos, patologias associadas, cirurgias realizadas, a história da moléstia pregressa e atual, tempo e tipo de tratamento, segmentos afetados e história familiar. Foram utilizados como critérios de inclusão os prontuários contendo todos os dados de pacientes que realizaram o tratamento fisioterápico na clínica da FUNORTE na área de ortopedia e traumatologia, formando um total de 171 prontuários. Foram excluídos 56 prontuários sendo que 52 prontuários apresentavam dados incompletos e 04 prontuários correspondiam a pacientes que só fizeram avaliação e não retornaram para o tratamento.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP Soebras) sob o número de parecer 1.807.170, seus aspectos éticos e metodológicos estão de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução n. 466/12 e complementares do Ministério de Saúde, que trata das questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos. Vale lembrar que, no estudo realizado, não houve risco para os participantes, por se tratar de coleta documental, sendo garantido a eles o anonimato.

Logo após a aprovação pelo CEP foi feito uma solicitação de autorização a instituição para realização da pesquisa, permitindo acesso aos prontuários. Posteriormente, foram realizadas visitas a clínica escola, no qual foram analisados todos os prontuários da área de ortopedia e traumatologia atendidas pela fisioterapia.

As análises descritivas das variáveis foram criadas e compreendidas após a inclusão dos dados em planilhas Excel (Microsoft®), analisados através do software SPSS - 22.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*) para windows. Os dados foram exibidos em seus valores inteiros e percentuais, sem a aplicação de testes estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 171 prontuários de pacientes que passaram por atendimentos entre os anos de 2012 e 2015. Dos 171 prontuários que foram analisados, 102 indivíduos do sexo masculino (59,6%) e 69 correspondiam a indivíduos do sexo feminino (40,4%) (Tabela 1).

O sexo masculino foi achado predominante ao contrário da maioria dos estudos, como de Oliveira e Braga (2010), Sacon et al. (2013), e de Watanabe (2012); em que a predominância foi do sexo feminino. Isso pode ser explicado, porque duas das três maiores causas apontadas neste estudo é de predominância masculina; o grande índice de lesões por esporte, que pode ser observado em estudos como Salles-Costa et al. (2003); e também acidentes de trânsito visto em De Mello e Silveira (2009), e Zago, Grasel e Padilha (2009).

Segundo Espindola (2010) com as últimas mudanças nos padrões de saúde/doença houve um aumento gradativo e expressivo na taxa de mortalidade da população masculina, principalmente adultos jovens. Espindola (2010) aponta que a maior porcentagem de óbitos do sexo masculino é por causas externas, como acidentes de trânsito, o que é por De Oliveira et al. (2015) reafirmado. A prevalência de homens neste estudo pode ser um índice de maior preocupação do homem com a própria saúde.

Tabela 1 - Distribuição das lesões por sexo no período 2012 a 2015.

	N	%
Sexo masculino	102	59,6
Sexo feminino	69	40,4
Total	171	100

A média de idade dos pacientes analisados foi de 37,16, com DP de 14,67, sendo que do sexo femininos foi de 41,24 com DP de 13,82, e do sexo masculino média de idade de 34,36 com DP 14,65 (Tabela 2). Essa média de idade também é encontrada em estudos como Zago, Gre-

sel e Padilha (2009); o que evidência um maior envolvimento de população mais jovem na incidência de lesões. Assim como neste estudo, e em estudos recentes como Guimarães (2013) e Nogueira et al. (2016), a média de idade feminina se apresenta mais alta, em torno da meia idade, citando que essa faixa etária busca por serviços de saúde pelo envelhecimento do corpo se tornar mais evidente e ao aparecimento de doenças crônicas.

Tabela 2 - Média de idade dos pacientes analisados.

Idade					
Mulher		Homem		Total	
Media	Desvio padrão	Media	Desvio padrão	Media	Desvio padrão
41,24	13,82	34,46	14,65	37,16	14,67

Referente ao diagnóstico clínico, o mais identificado foi fratura independente do local com 27 casos (15,8%) e em seguida a lombalgia com 18 casos (10,5%), lesão muscular com 12 (7%) e lesão ligamentar 11 (6,4%). Foi verificado 6 pacientes (3,4%) com mais de um diagnóstico clínico (Tabela 3). De acordo com Hurba et al. (2009) a fratura é o principal tipo de lesão encontrada nos serviços de fisioterapia, isso também pôde ser identificado em vários outros estudos, como, em Watanabe (2012) e Prieto et al. (2013). Segundo Nogueira et al. (2016), os tipos de fraturas variam de acordo com o mecanismo de trauma, sendo uma das principais causas de internações ou atendimento a vítimas de causas externas em indivíduos com mais de 60 anos, sendo causadas por quedas ou acidente de trânsito. Apesar de Da Costa, Xavier e Figueiras (2013), relatar em seu estudo maior índice de fraturas no sexo feminino, ele concorda que há maior índice de fraturas expostas em indivíduos do sexo masculino, por eles estarem mais expostos a traumatismos de maiores impactos. Silveira, Duarte e Frasca (2007) também expõe sobre a predominância do sexo masculino em fraturas, sendo acidentes automobilísticos a maior causa neste sexo, e queda da própria altura a maior causa de fratura no sexo feminino. Em Cerdeira et al. (2013), as fraturas foram consideradas umas das principais lesões ortopédicas atendidas, mas não a principal.

Nos estudos de Nogueira et al. (2016) e Watanabe (2012); também foi encontrado lombalgia como a segunda maior causa. Watanabe

(2012) descreve a lombalgia como um sintoma imensamente incapacitante, sendo uma das mais populares afecções musculoesqueléticas, e acarretando elevados níveis de absentismo no trabalho e altos gastos com a saúde.

Tabela 3 - Diagnóstico dos prontuários analisados

Diagnóstico	n	%
Fraturas	27	15,8
Luxação	2	1,2
Lesão meniscal	8	4,7
Tendinite	9	5,2
Hernia	10	5,8
Lesão ligamentar	11	6,4
Escoliose	5	2,9
Pubalgia	7	4,1
Torcicolo	2	1,2
Lesão muscular	12	7,0
Entorse	8	4,7
Artrose	8	4,7
Bursite	7	4,1
Condromalacia	5	2,9
Lombalgia	18	10,5
Cervicalgia	10	5,8
Síndrome túnel do carpo	2	1,2
Traumas	2	1,2
Síndrome da pelve cruzada	1	0,6
Espondilopatia	1	0,6
Epicondilite	5	2,9
Tenossinovite	2	1,2
Instabilidades de joelho	2	1,2
ELA	1	0,6
Pacientes com mais de um diagnóstico	6	3,5
TOTAL	171	100,0

As causas foram expressas na tabela 4, de acordo com tipo de trauma. Na casuística geral, a maioria dos traumas ocorreu por acidentes de trabalho (28,7%), seguidos por lesões por prática esportiva (16,4%), acidentes de trânsito (15,2%), entre outros (Tabela 4). Segundo Rosa (2007); o acidente de trabalho vai muito além que o conceito de qualquer lesão corporal ou distúrbio funcional que cause a morte ou dano ou diminuição, definitiva ou momentânea, da capacidade para o trabalho, no exercício do

trabalho a serviço da empresa. Rosa (2007) cita que acidentes de trabalho envolvem patologias resultantes do trabalho; acidentes ou disfunções multifatoriais, agregando fatores laborais e extralaborais (concausas).

As disfunções músculo-esqueléticas encontram-se, atualmente, como o principal fator de patologias ocupacionais, quando se evidencia distúrbios na saúde do trabalhador. As razões dessas agressões são várias, considerando desde posturas mantidas por longo período (posturas estáticas prolongadas) até aspectos psicossociais e emocionais. (RENNER, 2006).

Conforme Mendes e Lancman (2010), a Lesão por Esforço Repetitivo e o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (LER/DORT) esta dentro das principais causas de desligamento, sendo evidenciado como um dos maiores impactos na saúde do trabalhador decorrentes das mutações do trabalho.

Neste estudo também foi apontado uma grande procura do serviço de fisioterapia por lesões de origem esportiva. De acordo com Dario e Barquilha (2010), é crescente o número de jovens que buscam por alguma modalidade esportiva. A prática de esporte eleva o risco de incidência de lesões, estando os atletas propensos a sofrer traumas desde o treinamento à competições, sendo que esses traumas estão diretamente correlacionadas a fatores pre-determinados intrínsecos e extrínsecos, e à carência de um projeto preventivo. (DARIO E BARQUILHA, 2010)

Tabela 4 - Frequência das variáveis do estudo em relação aos pacientes da clínica Escola.

Itens	n	%
HMA- Causas		
Acidente de trânsito	26	15,2
Prática esportiva	28	16,4
Lazer	18	10,5
Trabalho	49	28,7
Domiciliar	15	8,8
Alterações posturais	9	5,3
Outros	26	15,2
Total	171	100
Histórico familiar		
Não	131	76,6
Sim	40	23,4
TOTAL	171	100,0

Doenças associadas			
Não	139	81,3	
Sim	32	18,7	
TOTAL	171	100,0	
Cirurgias			
Não	107	62,6	
Sim	64	37,4	
Total	171	100,0	
Medicamentos			
Não	98	57,3	
Sim	73	42,7	
Total	171	100,0	
Tratamento			
Cinesioterapia	166	97,1	
Eletroterapia	120	70,2	
Crioterapia	37	21,6	
Terapia manual	26	15,2	
Hidroterapia	7	4,1	
RPG	5	2,9	
TOTAL	171	100,0	

Dos pacientes que realizaram tratamento na clínica 42,7% deles fizeram uso de medicação e 57,3% não fizeram. Quanto a histórico familiar da doença 76,6% não apresentavam e 23,4% apresentavam. Dentro de doenças associadas 18,7% dos pacientes citaram ter alguma doença associada à patologia e 81,3 não. No que diz respeito cirurgias 37,4% realizaram e 62,6% não. (Tabela 4)

No que tange os recursos terapêuticos, o mais utilizado foi a cinesioterapia em 97,1% da amostra avaliada, seguida da eletroterapia com 70,2%, como pode ser visto na tabela. (Tabela 4) Conforme Prieto et al. (2013); a cinesioterapia é de extrema importância para o fisioterapeuta, por se tratar de uma terapia usando o movimento, na qual o exercício é a preparação sistemática e programada de movimentos corporais, posturas ou exercícios físicos, possibilitando tratamentos ou prevenção de comprometimentos, recuperando ou aumentando a função física, evitando ou diminuindo aspectos de risco, melhorando a saúde e o bem estar do paciente. Prieto et al. (2013) também salienta a grande importância da eletroterapia auxiliando na redução do período de recuperação.

De acordo com os prontuários analisados a maioria dos pacientes teve os membros inferiores (48,5%) como segmento mais acometido, seguido dos membros superiores (21,6%) e coluna lombar (15,2%) (Tabela 5).

Tabela 5 - Relação de membros acometidos

Partes do corpo	n	%
Não especificados	4	2,3
Membros superiores	37	21,6
Membros inferiores	83	48,5
Esqueleto axial anterior	1	0,6
Coluna cervical	14	8,2
Coluna torácica	1	0,6
Coluna lombar	26	15,2
Dois locais (MMSS+MMII)	1	0,6
Dois locais (cervical+lombar)	3	1,8
Dois locais (torácica+lombar)	1	0,6
Total	171	100

Apesar de divergências de estudos sobre o principal membro acometido, os membros inferiores, superiores e a coluna lombar são eleitos os predominantes. De acordo com Watanabe (2012); a articulação do joelho se destaca nas afecções de membros inferiores por ser passível à traumatismos, por sua localização ser nas extremidades de dois braços de alavanca extensos: a tíbia e o fêmur.

Cerdeira et.al (2013) e Silva, Lehner e De Oliveira (2012), apontam em seus estudos a coluna vertebral a mais acometida, compreendendo um diagnóstico diferencial muito amplo, abrangendo patologias associadas a posturas e movimentos corporais inapropriadas, assim como questões de segurança e higiene do trabalho, apontado através das atividades laborais não ergonômicas, sendo estas suficientes para gerar dor e deformações biomecânicas na coluna vertebral.

O estudo realizado apresentou limitações importantes quanto aos dados colhidos nos prontuários, pela grande falta de informações contidas nos mesmos, e também pela própria ficha de avaliação adotada pela instituição, onde não aborda outras questões, como fatores socioeconômicos.

CONCLUSÃO

Neste estudo pode-se concluir que o perfil epidemiológico dos pacientes de ortopedia e traumatologia atendidos pela fisioterapia na clínica escola da Funorte é formado em sua maioria por homens, com média de idade dos pacientes de 37,16. Apresentou-se como maiores causas de lesão acidente de trabalho, prática esportiva e acidentes de trânsito. A principal lesão encontrada foi fraturas. O membro mais acometido foi o inferior.

Os dados obtidos neste estudo podem contribuir, com os serviços traumato-ortopédicos oferecidos nas clínicas-escolas, norteá-los em função dos distúrbios mais comuns, ajudando os fisioterapeutas em um tratamento mais direcionado e auxiliando os gestores das clínicas a tomar medidas de forma sistematizada para atender melhor o público, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

REFERÊNCIAS

- CERDEIRA, D. Q. *et al.* Fisioterapia no sertão central do Ceará: a caracterização dos pacientes atendidos em um ambulatório de reabilitação funcional. **Revista Expressão Católica**, 2013; 2(1): 24-40
- COUTO, C. *et al.* Perfil epidemiológico dos atendimentos realizados na clínica escola de fisioterapia da UNIABEU. **Revista Saúde Física & Mental**, v. 4, n. 1, p. 14-22, 2014.
- DA COSTA, A.M.R; XAVIER, E.M.O; FILGUEIRAS, M.C. Perfil epidemiológico de idosos com fraturas atendidos em hospital de emergência. **Revista de Atenção à Saúde** (antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde), v. 10, n. 34, 2013.
- DARIO, G.B.E.S.; BARQUILHA, G.G. Lesões esportivas: um estudo com atletas do basquetebol. **Rev. bras. ciênc. esporte**, v. 31, n. 3, p. 205-215, 2010.
- DA SILVA, K. O. C. *et al.* Perfil dos pacientes atendidos na clínica escola de fisioterapia no setor de ortopedia e traumatologia. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v. 4, n. 1, p. 50-56, 2015.
- DA SILVA, P. H. B.; LIMA, K. A.; LEROY, P. L. A. Perfil epidemiológico dos pacientes assistidos na clínica de Fisioterapia Traumato - ortopédica da Prefeitura de Hidrolândia - Goiás. **Revista Movimenta**, v. 6, n. 3, p. 2013, 2013.
- DE MELLO, M.H.P.; SILVEIRA, E.M. Perfil dos atendimentos a acidentes de transporte terrestre por serviços de emergência em São Paulo, 2005. **Rev Saúde Pública**, v. 43, n. 2, p. 275-82, 2009.
- DE OLIVEIRA, M.M. *et al.* A saúde do homem em questão: busca por atendimento na atenção básica de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 273-278, 2015.
- DOMINGUES, S. V.; DANAGA, A. R. Perfil de Atendimento Fisioterapêutico no Ambulatório de Ortopedia e Traumatologia da Santa Casa de Avaré-SP. **Rev. Eletrônica de Educação e Ciência**, v. 4, n. 1, p. 2237-3462, 2014
- ESPINDOLA, W. P. **Assistência a saúde do homem: uma prática a ser inserida no cotidiano das equipes de saúde da família.** Acervo de Recursos Educacionais em Saúde. 2010.
- GUIMARÃES, R. T. **Análise do perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na Clínica Escola do Centro Universitário de Formiga.** 2013.
- HURBA, M.A.B. *et al.* Prevalência de agravos ortopédicos e de suas causas em uma população da região central da cidade de São Paulo. **Conscientiae Saúde**, v. 8, n. 2, p. 251-257, 2009.
- MENDES, L.F; LANCMAN, S. Reabilitação de pacientes com LER/DORT: contribuições da fisioterapia em grupo. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, 35 (121):23-32, 2010.
- NOGUEIRA, A.F. *et al.* Principais distúrbios traumato-ortopédicos atendidos em clínicas-escola de fisioterapia. **Revista Científica FAEMA**, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2016.
- OLIVEIRA, A. C.; BRAGA, D. L. Perfil epidemiológico dos pacientes atendidos na clínica de ortopedia da Universidade Paulista. **J Health Scilnst**, v. 28, n. 4, p. 356-8, 2010.
- PRIETO, J *et al.* Perfil epidemiológico dos atendimentos da clínica escola de fisioterapia. **Interbio** v.7 n.2 2013 - ISSN 1981-3775

RENNER, J. S. Prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. **Boletim Saude** 11052006.indb 73,2006

ROSA, M.A. **Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais** .2013

SACON, A.B. et al. Perfil de sujeitos atendidos na clínica-escola de fisioterapia na área de ortopedia e traumatologia. **Revista Contexto & Saúde**, v. 11, n. 20, p. 1191-1196, 2013.

SALLES-COSTA, R. et al. Gênero e prática de atividade física de lazer. **Cadernos de Saúde pública**, v. 19, p. S325-S333, 2003.

SANTOS, M. V.; GHISLENI, M. M. Perfil epidemiológico de pacientes da clínica-escola de fisioterapia UNIVATES. **Destaques Acadêmicos**, v. 4, n. 3, 2012.

SILVA, F.L.; LEHNER, G.H.; DE OLIVEIRA, C.R.L. Perfil epidemiológico de pacientes de uma Clínica de Fisioterapia Universitária. **ANAIS SIMPAC**, v. 4, n. 1, 2012.

SILVEIRA, D.C.G; DUARTE, M.S.; FRASCE, **Dermato-funcional. Estudo epidemiológico sobre a incidência e prevalência de lesões do setor de traumatoortopedia de um hospital estadual da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, C. M. *et. al.* Levantamento epidemiológico dos atendimentos fisioterápicos das clínicas integradas Guairacá no município de guarapuava/pr nos períodos de março/2011 a outubro/2011. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**, v. 4, n. 1, 2012

WATANABE, L.A. **Perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia de uma clínica de ortopedia em Goiânia**. Biblioteca virtual CEAFI.2012

ZAGO, A.P. V.; GRASEL, C.E.; PADILHA, J. A. Incidência de atendimentos Fisioterapêuticos em vítimas de Fraturas em um hospital universitário. **Fisioterapia em Movimento**, v. 22, n. 4, p. 565-573, 2009.

Artigos de Revisão

MULTIPARENTALIDADE: COEXISTÊNCIA DAS PATERNIDADES BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA E OS REFELEXOS DO SEU RECONHECIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO

MULTI-PARENTALITY: COEXISTENCE OF BIOLOGICAL AND SOCIO-AFFECTIVE PATERNITIES AND THE REFLECTS OF YOUR LEGAL RECOGNITION

Nara Laís Silva Freitas¹; Ronilson Ferreira Freitas²

¹Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

²Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Docente das Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte.

RESUMO

A multiparentalidade é a possibilidade de coexistência entre as paternidades biológicas e socioafetivas, na hipótese em que houver confronto entre elas. Depois de muitos questionamentos quanto essa possibilidade, foi proferida uma decisão pelo Supremo Tribunal Federal que a possibilitou, porém, não há nenhuma legislação que regule este instituto. Este estudo objetivou discutir o impacto da coexistência das paternidades biológica e socioafetivas e os reflexos do seu reconhecimento no âmbito jurídico. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizado o método de revisão de literatura, sendo as principais fontes: doutrinas, artigos de periódicos, revistas e as legislações pertinentes à matéria. Na ausência de uma legislação própria que verse sobre o assunto, muitas dúvidas surgem a respeito de seus efeitos e seu procedimento, especialmente em relação aos direitos sucessórios, familiares e pessoais, dessa forma a função de superar os desafios que aparecem com o reconhecimento da multiparentalidade fica a cargo da doutrina, jurisprudência e dos aplicadores do Direito. Por mais que tenha havido consideráveis mudanças, ainda há muito que se produzir em termos de conhecimento jurídico acerca da multiparentalidade, as normas jurídicas ainda precisam ser adaptadas, com o intuito de atender os anseios da sociedade, que vive em constante transformação.

Palavras-chave: Direito de Família. Paternidade Socioafetiva. Paternidade Biológica. Multiparentalidade. Efeitos Jurídicos.

ABSTRACT

Multiparenting is the possibility of coexistence between biological and socio-affective paternities, in the hypothesis in which there is a confrontation between them. After many questions about this possibility, a decision was issued by the Federal Supreme Court that made it possible, but there is no legislation regulating this institute. This study aimed to discuss the impact of the coexistence of biological and socio-affective paternities and the consequences of their recognition in the legal field. To achieve the proposed objective, the literature review method was used, being the main sources: doctrines, journal articles, journals and the relevant legislation. In the absence of its own legislation on the subject, many doubts arise regarding its effects and its procedure, especially regarding inheritance, family and personal rights, thus the function of overcoming the challenges that arise with the recognition of multiparenting. It is left to the doctrine, jurisprudence and law enforcers. Although there have been considerable changes, there is still much to be done in terms of legal knowledge about multiparenting, the legal rules still need to be adapted in order to meet the wishes of society, which is constantly changing.

Key-words: Family-Law. Socio-affective Paternity .Biological Paternity. Multiple Parenthood. Juridical Effects.

INTRODUÇÃO

Muitas são as transformações que a sociedade sofre continuamente, o que reflete no comportamento social e, conseqüentemente, causa efeitos significativos no mundo jurídico. Os operadores do Direito por sua vez precisam estar atentos a essas mudanças tão significativas, que na maior parte das vezes necessitam de que normas sejam formalizadas para regular a evolução da sociedade (PENNA; ARAUJO, 2017).

No que diz respeito aos moldes familiares, eles passaram por muitas transformações, sobretudo, quanto à instituição família, que teve os rótulos desconstruídos, de forma que esta deixou de ser um núcleo de poder masculino, no qual o pai era o centro e ditava todas as regras e passou a ser então “[...] um ambiente de desenvolvimento humano, detentora de particularidade das pessoas, vivências comuns e conflitos socioafetivos” (PENNA; ARAUJO, 2017, p. 29).

Nessa perspectiva, Oliveira (2002, p. 242) trouxe o entendimento de que “a família só tem sentido enquanto unida pelos laços de respeito, consideração, amor e afetividade”, ou seja, o afeto é um aspecto fundamental na formação da estrutura familiar.

O Código Civil de 2002, em seu artigo 1.593, dispõe que: “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou de outra origem” (BRASIL, 2002). O entendimento doutrinário possibilita a extensão na interpretação da expressão “outra origem”, que enquadra os novos arranjos familiares, incluindo, por exemplo, a multiparentalidade (CASSETARI, 2015).

Sobre esse aspecto, Cassetari (2015) salienta que a multiparentalidade é a probabilidade de uma pessoa natural ter juridicamente o reconhecimento de duas mães e um pai, ou de dois pais e uma mãe. Ainda que não reconhecido juridicamente como filho, e não havendo o vínculo biológico, perante a sociedade, essa pessoa é vista como filho de alguém, pelo fato de existir afeto, atenção, amor, carinho, cuidado, o que torna possível configurar a posse do estado de filho, sem que seja necessária a exclusão do nome dos pais biológicos.

Após muita divergência nos julgados acerca da possibilidade do registro do pai biológico e do pai socioafetivo conjuntamente, foi julgado o recurso extraordinário 898.060/SC, pelo Supremo Tribunal Federal, que esclareceu os

questionamentos em relação a este tema, uma vez que é um julgado de repercussão geral (TARTUCE, 2017).

O Recurso extraordinário julgado no dia 22/09/2016 fixou a seguinte tese: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas conseqüências patrimoniais e extrapatrimoniais” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, p. 5).

A regra então, de acordo com o recurso, passa a ser a multiparentalidade nos casos em que houver confronto entre as paternidades socioafetivas e biológicas. Nessas situações, elas devem coexistir em uniformidade, sendo que uma não anula a outra, devendo conviver de forma harmoniosa (TARTUCE, 2017).

Na ausência de uma legislação própria que regulamenta a multiparentalidade, surgem assim alguns problemas jurídicos, que precisarão ser solucionados de acordo com o surgimento de novos casos concretos. Envolvem por sua vez, não apenas o direito de família, mas também o direito previdenciário e o direito sucessório (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016).

Sobre esses questionamentos, Schreiber (2016) destaca que muitos deles ainda surgirão acerca das conseqüências do reconhecimento da multiparentalidade. Desta forma, fica a cargo da doutrina e jurisprudência a solução desses conflitos, de acordo com cada caso concreto.

Ainda que não haja previsão legal para a multiparentalidade, já existem alguns julgados tratando do reconhecimento desse instituto, inclusive a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que a reconhece. Neste sentido, o que se percebe é que muitas são as mudanças sociais que a sociedade enfrenta, sendo assim, o direito tem por obrigação acompanhar essas transformações (MATA; FREITAS, 2017).

Diante desse pressuposto, este estudo busca discutir o impacto da coexistência das paternidades socioafetiva e biológica e os reflexos do seu reconhecimento no mundo jurídico, através do método de revisão de literatura. O estudo foi desenvolvido levando em consideração que na ausência de uma legislação própria que verse sobre a multiparentalidade, muitas dúvidas surgem a respeito de seus efeitos e seu procedimento, especialmente em relação aos direitos sucessórios, familiares e pessoais.

DESENVOLVIMENTO

Evolução dos institutos familiares

A multiparentalidade é a possibilidade da coexistência das paternidades biológica e socioafetiva. Antes de iniciar as discussões acerca da multiparentalidade, é necessário traçar alguns conceitos básicos que são fundamentais para compreensão deste instituto.

O termo filiação passou por muitas transformações no decorrer da história do direito de família, evoluindo consideravelmente até chegar aos moldes atuais. O código anterior possuía um modelo patriarcal e trazia distinção no tratamento dos filhos, sobretudo, no que se tratava de filhos legítimos e ilegítimos. Entretanto, o que se observava é que existia uma discriminação quanto a isso, visto que estes não possuíam os mesmos direitos que aqueles (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017).

Quanto à diferença entre os filhos, eram considerados legítimos aqueles advindos de casal unido pelo laço matrimonial e ilegítimos os que não resultassem de casamento, sendo os nascidos de homem e mulher que fossem impossibilitados de casar, os filhos extraconjugais (MONTEIRO; SILVA, 2011).

O Código Civil de 1916 trazia expressa em seus artigos a discriminação, especialmente no artigo 358, que determinava que os filhos espúrios e adulterinos não poderiam ser reconhecidos (BRASIL, 1916). Para este Código, só poderiam ser consideradas famílias aquelas unidas pelo casamento, e as que fossem contrárias a essa regra, eram desprotegidas juridicamente.

Com a chegada da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), essa visão de família foi sendo desconstruída, houve então a equiparação dos filhos e a consideração deles independentemente da forma como foram concebidos, garantindo a eles direitos e obrigações. A partir de então, não existia mais espaço para tratar de forma discriminada as filiações (PEREIRA, 2017). O artigo 227, § 6º da CRFB/88, com o intuito de proibir a hierarquização dos descendentes, traz em sua redação que: “Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o doutrinador Venosa analisa:

No direito brasileiro, a partir da metade do século XX, paulatinamente, o legislador foi vencendo barreiras e resistências, atribuindo direitos aos filhos ilegítimos e tornando a mulher plenamente capaz, até o ponto culminante que representou a Constituição de 1988, que não mais distingue a origem da filiação, equiparando os direitos dos filhos, nem mais considera a preponderância do valorão na sociedade conjugal (VENOSA, 2007, p. 15).

Constataram-se então grandes mudanças nas estruturas familiares do direito brasileiro, que recebeu de forma amigável os mais diversos formatos de família. Nesse viés, seguindo a modernização, foi introduzida pelo Código Civil de 2002 uma legislação mais flexível e condizente à nova realidade social, posto que houve uma significativa mudança quanto à visão da família (STOLZE; PAMPLONA FILHO, 2017).

Além disso, o Código Civil de 2002, já em conformidade com as mudanças trazidas pela Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB/88), trouxe de forma expressa em seu artigo 1593, que: “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem” (BRASIL, 2002). A expressão “outra origem” deixa claro o objetivo do legislador em aceitar as novas formas de parentesco, tais como, a socioafetividade (LIMA, 2018).

Maria Berenice Dias define bem as transformações e as mudanças nas estruturas familiares, mostrando que:

Todas essas transformações se refletem na identificação dos vínculos de parentalidade, levando ao surgimento de novos conceitos e de uma nova linguagem que melhor retrata a realidade atual: filiação social, filiação socioafetiva, estado de filho afetivo etc. [...] Tal como aconteceu com a entidade familiar, a filiação começou a ser identificada pela presença de um vínculo paterno-filial. Ampliou-se o conceito de paternidade, compreendendo o parentesco psicológico, que prevalece sobre a verdade biológica e a realidade legal (DIAS, 2016, p.385).

Com o advento dos novos modelos de família, surgiu o entendimento de que a paternidade vai além dos laços sanguíneos. Atualmente o estado de filho afetivo tem ganhado força e reconhecimento, o vínculo entre pai e filho sustenta-se no amor, no carinho, através do cuidado e zelo, a maneira de instruir o filho, a forma como trata em público ou na privacidade do lar. São atitudes assim que configuram a essência da paternidade (PEREIRA, 2017).

Pode-se dizer que o princípio da afetividade é o princípio norteador das entidades familiares contemporâneas, é utilizado para alicerçá-las.

O afeto é a relação de amor, respeito, carinho e zelo existente entre pais e filhos, é o que tem dado sentido as relações sociais. Observa-se então o surgimento da paternidade socioafetiva, baseada na posse do estado de filho. Ela traz o entendimento de que a relação entre pais e filhos não é somente fundada nos fatores biológicos, mas, sobretudo, através da convivência afetiva, uma realidade que não mais pode ser desprezada. É o elo existente entre as pessoas que não tem o vínculo biológico, mas que vivem como se parentes fossem, por causa da forte relação afetiva existente entre elas (CASSETARI, 2015).

Surgiram-se então muitas discussões pela doutrina e jurisprudência sobre qual paternidade deveria prevalecer, a paternidade biológica sobre a paternidade socioafetiva ou vice versa. Fato é que chegou-se a conclusão que, para solucionar esses conflitos, dever-se-iam utilizar da multiparentalidade (TARTUCE, 2017).

A multiparentalidade por sua vez é a possibilidade de convivência entre as paternidades biológicas e socioafetivas, no cenário em que houver confronto entre elas. Falar em paternidade biológica é o mesmo que dizer, verdade genética, são os parentescos advindos da consanguinidade. Por outro lado, falar em paternidade socioafetiva, remete-se à posse do estado de filho baseada na afetividade. A multiparentalidade então é uma medida utilizada para acabar de vez com a ideia de existir prevalência entre uma paternidade e outra (DIAS, 2016).

Com relação à multiparentalidade, Rodrigo da Cunha Pereira ainda afirma:

Multiparentalidade [...] É o parentesco constituído por múltiplos pais, isto é, quando o filho estabelece uma relação paternidade/maternidade com mais de um pai e/ou com mais de uma mãe. Os casos mais comuns são os padrastos e madrastas que também se tornam pais e mães pelo exercício das funções paternas e maternas ou em substituição a eles. [...] A multiparentalidade, ou seja, a dupla maternidade/paternidade tornou-se uma realidade dinâmica jurídica impulsionada pela dinâmica da vida e pela compreensão de que a paternidade e maternidade são funções exercidas. É a força dos fatos e dos costumes como uma das mais importantes fontes do Direito que autoriza esta nova categoria jurídica. Daí o desenvolvimento da teoria da paternidade socioafetiva que, se não coincide com a paternidade biológica e registral, pode se somar a ela (PEREIRA, 2015, pp. 470-471).

Neste sentido, têm surgido mudanças no conceito e na estruturação dos moldes familiares, tornando assim mais ampla sua defini-

ção. A afetividade começou a ganhar força e passou a ser utilizada para reconhecer esses novos moldes, recebendo por sua vez, valor jurídico nos tribunais. Desse modo, a finalidade foi trazer para o mundo jurídico uma verdade já existente no mundo social e garantir igualdade de tratamento no que diz respeito às relações afetivas.

Perspectiva legal da multiparentalidade

Por se tratar de um tema ainda novo no ordenamento jurídico brasileiro, a multiparentalidade é alvo de muitas discussões. A multiparentalidade busca atribuir legalidade e segurança jurídica a uma condição já estabelecida no mundo dos fatos, a fim de achar uma solução para as eventuais controvérsias. Na verdade, o que se constata inicialmente é a formação do vínculo afetivo, que faz surgir entre os envolvidos o sentimento da filiação e posteriormente, leva a obter o reconhecimento jurídico (MIRANDA, 2015).

Por muito tempo, pairou a ideia de que quando o indivíduo se deparasse com a existência das paternidades biológica e socioafetiva, a solução desse conflito seria optar entre uma ou outra paternidade. Esse era o entendimento uniforme entre a maioria dos doutrinadores, aplicado quando houvesse esse atrito entre as paternidades, reconhecendo apenas uma delas para fins de registro civil e seus efeitos jurídicos. Nesse contexto, observou que quanto ao critério da escolha, eles optavam pela paternidade socioafetiva em detrimento da biológica (SCHWERZ, 2015).

Entretanto, percebeu-se que escolher entre uma e outra paternidade não é a medida mais eficaz perante a realidade que a sociedade contemporânea vive. Não seria sensato atribuir à criança, ou seja, ao filho, a responsabilidade da escolha entre uma das paternidades, quando esse não for o seu desejo. Desse modo, começou a discutir-se a possibilidade de colocar em prática a coexistência das múltiplas parentalidades, hipótese em que os critérios socioafetivos e biológicos não se eliminam e sim coexistem (VARGAS, 2017).

Diante dessa situação de não haver prevalência entre uma e outra, nasce uma alternativa, a multiparentalidade, isto é, a possibilidade do reconhecimento de mais de um pai ou mais de uma mãe juridicamente. Logo, um filho po-

derá ter na linha reta ascendente de primeiro grau ao menos três pessoas (PEREIRA, 2015).

Nesse sentido, Vanessa Paula Schwerz esclarece:

Nesse ponto, tem-se que, se a filiação socioafetiva deve ser aceita, tendo em vista o princípio da afetividade, e que o filho biológico é igual ao afetivo, pelo princípio da igualdade das filiações, não pode haver prevalência de um critério de determinação da parentalidade sobre o outro quando constatado que, ao mesmo tempo, uma pessoa se sinta filho de duas pessoas (uma pelo critério afetivo e outra pelo critério biológico, por exemplo). Se não for assim, também se estaria negando que as estruturas familiares atuais são plúrimas, com diferentes características e formações, e se arranjam de formas inimagináveis (SCHWERZ, 2015, p.12).

Depois de muitos questionamentos divergentes quanto à questão da prevalência de uma paternidade sobre a outra, e a chegada de inúmeros processos ao judiciário, que buscavam a solução desse conflito, o Superior Tribunal Federal proferiu uma decisão com a finalidade de sanar as divergências ora existentes. Esta decisão trata-se do Recurso Extraordinário 898.060, ajuizado originalmente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com Repercussão Geral 622, que reconheceu a possibilidade jurídica da multiparentalidade (TARTUCE, 2017).

A minuta do voto do Recurso Extraordinário 898.060/SC julgado pelo Supremo Tribunal Federal trouxe o entendimento de que:

A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, p. 4).

O ministro Luiz Fux, relator do recurso extraordinário em questão, ainda no seu voto relata:

Da mesma forma, nos tempos atuais, descabe pretender decidir entre a filiação afetiva e a biológica quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento jurídico de ambos os vínculos. Do contrário, estar-se-ia transformando o ser humano em mero instrumento de aplicação dos esquadros determinados pelos legisladores. É o direito que deve servir à pessoa, não o contrário (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, p. 17).

Por conseguinte, os novos institutos familiares que se sustentam na pluriparentalidade não podem ficar desprotegidos, muito menos sem uma regulamentação estatal que os ampare. Dessa forma, em observância aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, afetividade e paternidade responsável, foi que o recurso firmou o entendimento de que tal fato merecia tutela jurídica concomitante (CASSETARI, 2015).

Foi então que, ao final do voto, firmou-se a seguinte tese pelos ministros:

A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, p. 5).

Sobre essa decisão o Doutrinador Flávio Tartuce conclui:

Ao final, nota-se claramente que o julgamento do Supremo Tribunal Federal não estabeleceu a hierarquia entre a paternidade socioafetiva ou a biológica, devendo-se reconhecer a multiparentalidade como regra. Como sempre defendemos, não cabe um modelo fechado, uma monossolução para resolver os conflitos familiares (TARTUCE, 2017, p. 267).

A partir de então, ainda que haja o registro da paternidade/maternidade socioafetiva e somente depois se descubra a paternidade/maternidade biológica, admitem-se o reconhecimento simultâneo e a existência jurídica de dois pais e/ou duas mães (NOGUEIRA, 2017).

A tese aprovada foi sem dúvidas um enorme avanço, as duas categorias de paternidade foram reconhecidas igualmente, sem nenhuma hierarquia. Já que não se podem padronizar os modelos familiares e nem haver hierarquia entre as paternidades, admite-se então a proteção de todas elas, além de ampará-las juridicamente (NOGUEIRA, 2017). Interpretando o que determina o princípio da responsabilidade responsável, tanto as relações advindas do afeto quanto as pautadas pelo fator biológico devem ser acolhidas pela legislação. A multiparentalidade configura-se como a pluralidade das paternidades, na medida em que o papel materno/paterno é exercido por mais de uma pessoa (CASSETARI, 2017).

Apesar de haver uma decisão com repercussão geral tratando da multiparentalidade e firmando sua existência, não há, porém, nenhuma

ma legislação que regula este instituto. Assim, por se tratar de um tema novo, muitas dúvidas surgem a respeito de seus efeitos e seu procedimento. Logo, é preciso ter muita cautela, pois, na ausência de uma legislação própria que verse sobre o assunto, essas dúvidas serão sanadas a partir da análise dos casos concretos, enquanto não houver norma jurídica que aborde essa questão.

Efeitos jurídicos provocados pelo reconhecimento da multiparentalidade

A pluralidade de pais promove também a pluralidade de parentescos, não havendo limite de grau. O fato de a multiparentalidade ter sido reconhecida, não traz prejuízos, pelo contrário, é um grande avanço para as relações familiares, uma vez que permite aos filhos partilhar do afeto de ambos os pais (PENNA; ARAUJO, 2017).

Nesse cenário, as crianças visualizam não apenas em seus pais a figura da paternidade, mas enxergam também em terceiros, visto que eles recebem amor, cuidado, educação da pessoa, que diante dessas condições também assume a figura da paternidade responsável, de modo a configurar assim a multiparentalidade (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2010).

No entanto, a preocupação existente é em relação aos seus efeitos. A função de superar os desafios que surgem a partir do reconhecimento da multiparentalidade fica a cargo da doutrina, jurisprudência e dos aplicadores do direito, sobretudo, quanto aos direitos familiares e pessoais, e as questões patrimoniais e sucessórias (PENNA; ARAUJO, 2017).

Nesta abordagem, tratando sobre esses efeitos, Bunazar, afirma que

a partir do momento em que a sociedade passa a encarar como pais e/ou mães aqueles perante os quais se exerce a posse do estado de filho, juridiciza-se tal situação, gerando, de maneira inevitável, entre os participantes da relação filial direitos e deveres; obrigações e pretensões; ações e exceções, sem que haja nada que justifique a ruptura da relação filial primeva (BUNAZAR, 2010, p.12-13).

A partir do reconhecimento da multiparentalidade, há a formação dos vínculos entre pai e filho, ocorrendo à ampliação dos efeitos por todas as linhas de parentesco. Uma vez que em se tratando da filiação socioafetiva, há a ligação do filho com toda a família dos pais afeti-

vos, na qual se cria relação tanto com o parentesco em linha reta quanto com o parentesco em linha colateral (NOGUEIRA, 2017). Nesse viés, ambos os envolvidos precisam conviver de forma harmoniosa e devem deste modo ser protegidos pela ordem jurídica (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2010).

Ainda no mesmo raciocínio, Teixeira e Rodrigues trazem mais detalhes ao mostrarem que

[...] não podemos perder de vista que inúmeros problemas podem ser criados a partir de então, como, por exemplo, a divergência entre os genitores acerca dos aspectos ligados ao conteúdo familiar. Não vislumbramos que as decisões dos pais biológicos tenham alguma preferência em relação aos pais socioafetivos, vez que inexistente hierarquia entre os dois tipos de parentesco. Em situações de divergência, portanto, deve-se invocar o art. 1631, parágrafo único, Código Civil, que prevê o suprimento judicial como solução para as divergências entre pais. (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2010, p. 206).

Inúmeras dificuldades surgem com o reconhecimento da multiparentalidade, especialmente em relação aos direitos sucessórios, familiares e pessoais. Ocorre que o legislador editou as normas levando em conta apenas as relações biparentais, desse modo, o desafio consiste na análise jurídica das relações que reconhecem três ou mais vínculos parentais a um filho, ou seja, a multiparentalidade. Todos os efeitos jurídicos decorrentes da biparentalidade aproveitam à esses novos vínculos de filiação, porém deve haver ajustes. A partir disso, o objetivo é analisar alguns desses efeitos, visto que são muitos e por vezes surgem a partir da análise de cada caso concreto.

Quanto ao registro civil da Multiparentalidade

Observa-se que, após o reconhecimento da multiparentalidade, foi necessário estabelecer as atitudes que os envolvidos nessa relação precisam realizar. Para oficializar este instituto, devem-se proceder com o averbamento dessa relação de forma obrigatória no registro civil, a fim de produzir efeitos de emissão e alteração nos registros de nascimento, casamento e óbito. Dessa maneira, garante a publicidade e, de forma mais efetiva, permite a produção de seus efeitos na vida dos envolvidos. O registro atua como meio de operacionalização do instituto da multiparentalidade (CASSETARI, 2017).

Para que houvesse o reconhecimento da multiparentalidade, era necessário propor uma ação judicial, com o intuito de reconhecer o vínculo. Posteriormente, deveria haver o averbamento no cartório, que servia para garantir no mundo jurídico, o que já estava estabelecido no mundo dos fatos. Uma vez que, para que as sentenças produzam efeitos contra terceiros, elas precisam ser averbadas em cartório. Ocasão em que, reconhecendo a paternidade socioafetiva, o juiz deverá remeter uma ordem judicial ao cartório, para que se proceda à averbação (CASSETARI, 2017).

Todavia, recentemente foi proferido o provimento nº 63 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que estabeleceu novas regras para serem utilizadas nos cartórios quanto à emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito. Dentre as inovações, está à possibilidade do reconhecimento voluntário da maternidade e paternidade socioafetiva, sem que haja necessidade de um processo judicial que a reconheça (INSTITUTO BRASILEIRO DIREITO DE FAMÍLIA, 2017). Esse provimento foi outro avanço para o direito de família, pois veio com a intenção de validar essa relação fruto do afeto, que poderá ser feita de forma administrativa (ALBUQUERQUE; MELO; MESQUITA, 2018).

Antes dessa decisão do CNJ, algumas Corregedorias dos Tribunais de Justiça de alguns estados a partir Recurso Extraordinário 898.060/SC julgado pelo Supremo Tribunal Federal, foram incentivadas a editarem provimentos que autorizavam o estabelecimento do vínculo socioafetivo de forma administrativa, contudo, cada estado tratava desse reconhecimento de variadas formas. Como intuito de igualar o procedimento para todo o território nacional, o Instituto Brasileiro de Direito das Famílias-IBDFAM solicitou ao CNJ que ele editasse um ato normativo que regulasse toda essa matéria (LIMA, 2018).

Em razão disso, no dia 14 de novembro de 2017, o CNJ editou o provimento nº 63, o qual definiu as regras e o procedimento para o reconhecimento da maternidade/paternidade socioafetiva, via cartório. Esse provimento admite a multiparentalidade, sendo limitada a dois pais e duas mães, ou seja, quatro pessoas campo da filiação do registro. O ato deverá ser feito na presença do registrador civil, e bastará a declaração do pai ou da mãe socioafetivos, ressalvados alguns requisitos para a anuência. Não é necessário, porém, exigir a comprovação da existência do vínculo de filiação socioafetiva, visto que, da mesma forma que ocorre com o parentesco

biológico, pressupõe-se que sejam verdadeiras as informações prestadas perante o registrador (ALBUQUERQUE; MELO; MESQUITA, 2018).

Para o reconhecimento da paternidade/maternidade, é necessária a anuência obrigatória da pessoa envolvida no parentesco. A anuência será feita da seguinte forma: se a criança for menor e tiver idade enquadrada entre 0 a 12 anos incompletos, é necessária a anuência dos pais registrais; se tiver de 12 a 18 anos incompletos, a anuência ficará a cargo tanto dos pais registrais quanto do próprio registrador civil; e por fim quando o filho for maior de 18 anos, é necessária apenas a sua anuência. Contudo, se qualquer das pessoas obrigadas recusarem ou forem impedidas de assinar o requerimento, esse reconhecimento terá que ser feito pela via judicial (LIMA, 2017).

Ainda quanto ao caso em que anuência que deve ser feita pelos pais registrais, existem situações que a falta de um deles não acarreta a impossibilidade do reconhecimento. Quando o filho tiver apenas a maternidade reconhecida, não há que se falar em anuência pelo pai (genitor biológico), uma vez que se trata de uma pessoa não identificável. Outro exemplo refere-se quando um dos genitores tiver falecido, não há como depender da anuência dele, nesse caso basta a anuência apenas do pai/mãe sobrevivente, até mesmo porque o poder familiar está concentrado em suas mãos (LIMA, 2017).

O ato do reconhecimento da paternidade via cartório é irrevogável, salvo se ficar comprovado que houve fraude, simulação ou má-fé, hipóteses em que deverá ser encaminhado ao poder judiciário, para que ele apure essas questões. Além disso, na falta de algum dos requisitos necessários, para o reconhecimento através do meio administrativo, quais sejam: ter no mínimo 18 anos; ser 16 anos mais velho que o reconhecendo; comprovar as devidas anuências; não ser irmão, nem descendente do reconhecendo; comparecer presencialmente perante o registrador civil; o caso deverá ser solucionado através de ação judicial, proposta no juízo da família. Conquanto deva ser garantido aos parentescos baseados na socioafetividade, todas as prerrogativas relacionadas aos pais e filhos biológicos (LIMA, 2017).

Após o reconhecimento e estabelecimento da multiparentalidade, surgem outros efeitos jurídicos que merecem atenção, tais como, direito a nome, direito a alimentos, direito a herança, que devem ser discutidos frente a essa coexistência das paternidades (CASSETARI, 2017).

Direito ao nome e os laços de parentesco

O doutrinador Povoas (2012), em sua obra, esclarece que não aceitar uma relação parental, sob o argumento de que não há relação biológica entre eles, é ferir completamente o princípio da afetividade e, ainda mais, ferir a dignidade do pai afetivo. A multiparentalidade é uma realidade, a partir do seu reconhecimento, os efeitos decorrentes da paternidade biológica, passam a atingir também a paternidade socioafetiva.

O nome não só reflete a identidade pessoal, mas também reconhece a pessoa como sujeito, identificando-a juridicamente e socialmente (DIAS, 2016). Usar o nome dos pais configura um direito fundamental, que não pode ser suprimido a ninguém, por violar princípios (SOUZA, FERNANDES, 2015).

Os doutrinadores e a jurisprudência pátria têm entendido que é possível acrescentar o nome dos pais socioafetivos no registro dos filhos, uma vez que a medida não viola o ordenamento jurídico. As novas famílias devem receber o mesmo tratamento dado às famílias consanguíneas, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da afetividade, um dos princípios que conduzem o direito de família contemporâneo (BORGES, 2018).

Os efeitos do reconhecimento da multiparentalidade estendem-se para todas as pessoas que integram a relação, estabelecendo parentesco com a família socioafetiva, tanto na linha reta, como também na linha colateral, modificando toda a árvore genealógica, vez que o filho ganhará novos irmãos, avós, tios, sobrinhos (VARGAS, 2017).

Direito a alimentos

Da mesma forma como ocorre com as relações resultantes do parentesco natural, a verba alimentar estende-se também para os pais e mães socioafetivos, de modo que se estabelece a obrigação alimentar entre eles. Se uma pessoa possui pluralidade de pais, o entendimento é que a verba alimentar é devida por qualquer um deles, não havendo qualquer ordem de preferência, claro, desde que se observe o binômio necessidade/possibilidade, com respaldo na razoabilidade, conforme o disposto no artigo 1694 do Código Civil (VARGAS, 2017).

Quanto a pensão alimentícia Cassetari, faz algumas considerações importantes:

A pensão alimentícia está embasada, dentre outros, no princípio da solidariedade familiar. Assim, se a pessoa possuir mais de um pai ou mais de uma mãe, natural que o posicionamento alimentar seja estendido a todos. E esta obrigação ao se limitará aos pais, mais incluirá também todos os avós. De se ver que o menor poderá ser muito melhor assistido, tendo em vista o número de pessoas que estarão obrigadas com seu sustento e cuidado (CASSETARI, 2017, p. 129).

Na hipótese de um filho ter reconhecido no registro civil uma mãe e dois pais, ele poderá optar por qualquer um deles para honrar com o pagamento do valor dos alimentos, o qual deverá arcar integralmente com o valor, desde que não prejudique seu sustento. Uma vez que fracionar os alimentos aumentaria o risco de inadimplimento. Para que o pai escolhido chame o outro para o pagamento, deverá este provar sua impossibilidade em arcar sozinho com todo o valor, sendo possível assim, haver a divisão (CASSETARI, 2017).

A obrigação se estenderá ainda a todos os avós, não se limitando apenas aos pais. Conforme disposto no artigo 1696 do Código Civil, “o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros” (BRASIL, 2002). Tal dispositivo tem aplicação extensiva às relações multiparentais. Quando o neto precisar dos alimentos e os pais não puderem suportar, poderão ser chamados a pagá-los qualquer um dos avós, sejam eles paternos ou maternos, da relação biológica ou socioafetiva (CASSETARI, 2017).

Direito a guarda e visitas

Outro efeito jurídico resultante do reconhecimento da multiparentalidade é a possibilidade de haver a dissolução familiar. Nesse caso deve-se analisar a fixação da guarda dos filhos. O entendimento existente entre a doutrina e a jurisprudência é que o melhor interesse para os menores seria a guarda compartilhada, contanto que haja uma relação harmônica entre os envolvidos (SOUZA; FERNANDES, 2015).

Porém, em algumas situações a guarda deverá ser analisada de acordo com o caso concreto. Se, por exemplo, um dos pais morar longe da residência do menor, em localidade distinta, ou se algum deles não tiver interesse em compartilhar a guarda, o Superior Tribunal de Justiça opta nessas situações pela relativização dessa guarda, ou seja, a guarda unilateral. Nessa hi-

pótese, a definição das visitas deverá ser feita do mesmo modo em que ocorre com as relações biparentais, em que se deve optar na escolha, por aquele que possui maior afinidade com o menor e ainda boas condições para criá-lo (PENNA; ARAUJO, 2017).

Portanto, o melhor interesse para o menor é a convivência saudável com todos os envolvidos na relação, observando ainda os princípios da afetividade e da convivência familiar, de modo que não haja preferência entre as paternidades socioafetivas ou biológicas (VARGAS, 2017).

Direitos sucessórios

A sucessão independe do vínculo de parentesco, segundo Povoas (2012), independente de quantos fossem os genitores, tornar-se-iam estabelecidas às linhas sucessórias entre eles. Diante das relações multiparentais reconhecidas, ocorre o compartilhamento de direitos, deveres e obrigações.

Sobre o assunto, Povoas reforça a ideia, trazendo exemplos:

Se morresse o pai/mãe afetivo, o menor seria herdeiro, em concorrência com os irmãos, mesmo que unilaterais. Se morresse o pai/mãe biológico também o menor seria sucessor. Se morresse o menor, seus genitores seriam herdeiros (POVOAS, 2012, p. 98).

Ainda nesta abordagem, Schreiber e Lutosa afirmam que:

Ter direitos sucessórios em relação aos pais biológicos e, ao mesmo tempo, em relação aos pais socioafetivos não ofende qualquer norma jurídica, ao contrário, apenas realiza a plena igualdade entre os filhos assegurada pela Constituição. Ter um, dois, três ou até mais vínculos parentais decorre de contingências da vida, de modo que não há problema em haver irmãos legitimados a suceder em heranças distintas de seus respectivos ascendentes. (SCHREIBER; LUTOSA, 2016, p. 859).

A partir do reconhecimento da multiparentalidade o filho socioafetivo torna-se herdeiro, ele passa a concorrer com todos os irmãos no direito a herança dos pais, de forma que as regras que são estabelecidas aos filhos biológicos, incidem também sobre os filhos multiparentais, havendo ainda igualdade de todas as condições (DIAS, 2016).

O artigo 1596 do Código Civil dispõe que: “Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos

e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias, relativas à filiação” (BRASIL, 2002). Sobre esse aspecto é possível constatar que, ainda que não haja determinação expressa que garanta os direitos sucessórios aos filhos advindos das relações multiparentais, em conformidade com o artigo e, sobretudo ao princípio da igualdade das filiações, a interpretação é estendida, aplicando a eles o direito sucessório, assim como ocorre com os filhos biológicos. Ademais, há a formação das linhas sucessórias, cujo filho passa a ser herdeiro dos pais, na medida em que os pais passam a ser herdeiros dos filhos (BORGES, 2018).

Na hipótese do filho falecer antes dos pais e não deixar descendentes, como ficaria a divisão da herança entre eles. O doutrinador Shikicima problematiza essa situação demonstrando da seguinte forma:

Ocorre que, se houver pais multiparentais, como por exemplo dois pais e uma mãe, significa que a linha materna ficaria com a metade e a linha paterna (que neste caso são dois) ficaria com a outra metade, dividindo essa metade entre os dois pais. Não seria injusto? (SHIKICIMA, 2014, p. 75).

Os novos moldes familiares trouxeram um grande obstáculo para o direito de família, já que o Código Civil de 2002 não prognosticou essas novas possibilidades de filiação. Não há normas que regulamentam essas situações, assim, Borges (2018) apontou que a melhor solução seria que houvesse a divisão da herança de forma igualitária entre todos os pais envolvidos na relação, a fim de evitar discrepância na divisão e a ideia de diminuição das funções de pai e mãe.

Outro exemplo que exige muita atenção é a hipótese de filhos que possuam apenas a relação socioafetiva e buscam posteriormente o reconhecimento da sua filiação biológica. Existe uma grande preocupação, pois essa busca por esse reconhecimento pode ocorrer apenas com o intuito de atender os interesses patrimoniais, visto que nunca houve vínculo afetivo com o genitor biológico (VARGAS, 2017). Dessa forma, o judiciário estaria abrindo as portas para que os filhos procurassem o reconhecimento da paternidade biológica, apenas pelo fato de terem descoberto ser “potenciais herdeiros de fortunas” (SCHREIBER, 2016).

Contudo, para Ghilardi (2013) esse pensamento é fruto de uma ideologia patrimonialista que não mais se sustenta. A multiparentalidade é uma realidade incontestável, é possível comportar a presença de mais de um pai ou mais de

uma mãe. E ainda que haja essa preocupação com essas questões tendo em vista unicamente o cunho patrimonial, Cassetari (2017) entende que caberá ao judiciário a função de reprimir essas questões, que violam o direito e infringem a boa-fé objetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições familiares passaram por inúmeras transformações no decorrer de todos esses anos, saindo de um modelo estritamente patriarcal até chegar aos moldes pluralistas. A aceitação desses novos modelos familiares trouxe avanços para o direito de família, revelando que o princípio da afetividade é o grande norteador dessas relações contemporâneas.

A partir de então, houve o entendimento de que a paternidade vai além dos laços biológicos, fundando também nos laços afetivos. A convivência afetiva é algo que não pode mais ser desprezada, o amor, carinho, zelo, constituem a demonstração do afeto, que é o que tem unido as pessoas, o que leva ao surgimento das relações socioafetivas.

Nesse contexto, surgiu a multiparentalidade, caracterizada pelo parentesco constituído por múltiplos pais. É a possibilidade de um filho ter o reconhecimento tanto da paternidade biológica, quanto da paternidade socioafetiva, de maneira que elas convivam harmoniosamente, sem que seja necessário excluir uma das paternidades, na hipótese de haver confronto entre elas. A multiparentalidade então é uma medida utilizada para acabar com a ideia de existir prevalência entre uma paternidade e outra.

O reconhecimento da multiparentalidade trouxe inúmeros benefícios para o direito de família, sobretudo, por permitir que os filhos desfrutem do afeto de ambos os pais. Apesar de ser possível o reconhecimento dessa relação multiparental, não existe no ordenamento jurídico brasileiro nenhuma legislação que regule esse instituto. Assim, por se tratar de um tema novo, muitas dúvidas surgem a respeito de seus efeitos e seu procedimento, especialmente em relação aos direitos sucessórios, familiares e pessoais.

Em algumas situações, por não haver nenhuma legislação específica que regule essa relação, é necessário que o juiz decida essas questões de acordo com os casos concretos. Observa-se então, que por mais que tenha havido consideráveis transformações nos moldes

familiares, por meio da adequação a realidade vivida pela sociedade, ainda é necessário haver avanços no mundo jurídico, a fim de regular esses novos institutos.

Diante do que foi exposto, pode-se observar que ainda há muito que se produzir em termos de conhecimento jurídico acerca da multiparentalidade. Por mais que o Supremo Tribunal Federal tenha se mostrado atento a essas novas modificações familiares, ao atualizar-se e adequar-se às novas realidades familiares, ainda é preciso que as normas jurídicas adaptem-se ainda mais, com o intuito de atender os anseios da sociedade, que vive em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Fabíola Freire de; MELO, Gerlane Luiza de; MESQUITA, Ivonaldo da Silva. **Opinião: Conselho Federal da OAB precisa manifestar sobre o provimento 63 do CNJ.** Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2018-mar-04/opiniao-oab-manifestar-provimento-63-cnj>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- BORGES, Lucas de Melo. O reconhecimento da Multiparentalidade perante a repersonalização do direito das famílias-impactos patrimoniais. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, v. 25, Belo Horizonte, p. 95-112, jan./fev. 2018
- BRASIL. **Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil 1916. Artigo 358. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- BRASIL. **Constituição, 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.
- BRASIL. Código civil, 2002. **Código civil. VadeMecum Saraiva.** 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BUNAZAR, Maurício. **Pelas portas de Villela: um ensaio sobre a pluriparentalidade como realidade sociojurídica.** Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2458/1802>>. Acesso em: 21 de abr. 2018
- CASSETARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidadesocioafetiva: efeitos jurídicos.** São Paulo: Atlas, 2015.

CASSETARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidades socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3.ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11 ed. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GHILARDI, Dóris. A possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade: vínculo biológico X vínculo socioafetivo, uma análise a partir do julgado da AC n. 2011.027498-4 do TjSC. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, v. 36, p. 74, out./nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, Acessoria de comunicação do; **Provimento nº 63 da CNJ auxilia trâmites de multiparentalidade**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6526/Provimento+n%C2%BA+63+da+CNJ+auxilia+tr%C3%A2mitas+de+multiparentalidade>> Acesso em: 19 de abr. 2018

LIMA, Márcia Fidelis. O registro civil da Parentalidade Socioafetiva e da Multiparentalidade **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, v. 25, Belo Horizonte, p. 31-54, jan./fev. 2018

MATA, July Anne Mendes Lima da; FREITAS, Ronilson Ferreira. Multiparentalidade: Consequências jurídicas do seu reconhecimento no direto de família e sucessório. **Revista Desenvolvimento Social**. v. 1. n. 21. p. 157-172, 2017.

MIRANDA, Maylton Rodrigues de. **A multiparentalidade como nova espécie de entidade familiar**. ConteudoJuridico, Brasilia-DF: 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudo-juridico.com.br/?artigos&ver=2.54128&seo=1>>. Acesso em: 01 maio 2018.

MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de Direito Civil: Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOGUEIRA, Gabriela Ortiga Pedrosa de Lima. **MULTIPARENTALIDADE: possibilidade de cumulação da paternidade socioafetiva e da paternidade biológica no registro civil**. 2017. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais em parceria com o Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, José Sebastião de. **Fundamentos Constitucionais do Direito de Família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 242.

PENNA, Saulo Versiani; ARAÚJO, Deborah Naya-ra dos Reis. Multiparentalidade e herança: alguns apontamentos. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, v. 21, Belo Horizonte, p. 27-43, mai./jun. 2017

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões: Ilustrado**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 470-471.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 25 ed., 2017.

PÔVOAS, Mauricio Cavallazzi. **Multiparentalidade: a possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos**. 22. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012, p. 98.

SCHREIBER, Anderson; LUSTOSA, Paulo Franco. Efeitos jurídicos da multiparentalidade. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 13, p. 847-873, set./dez. 2013.

SCHREIBER, Anderson. **STF, repercussão geral 622: a multiparentalidade e seus efeitos**. Disponível em: <<http://professorflavioartuce.blogspot.com.br/2016/09/artigo-de-anderson-schreiber-sobre-o.html>> Acesso em: 14 set. 2017.

SCHWERZ, Vanessa Paula. **Multiparentalidade: possibilidade e critérios para o seu reconhecimento**. Disponível em: <<https://revistado-cejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/98/70>>. Acesso em: 19 de set. 2017.

SHIKIMA, Nelson Sussumu. Sucessão dos ascendentes na multiparentalidade. **Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP**, São Paulo, n. 18, ano V, p.74, 2014.

SOUZA, Katyana Guasth Queiroz de; FERNANDES, Dilson Bastos. MULTIPARENTALIDADE: a possibilidade de coexistência da filiação biológica e socioafetiva e seus efeitos jurídicos. **Revista Online FADIVALE**, Governador Valadares, ano VIII, nº 11, 2015. Disponível em: <<http://www.fadivale.com.br/portal/revista-online/revistas/2015/Artigo%20Katyana%20e%20Dilson.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2018

STF. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário 898.060. São Paulo. Relator: Ministro Luz Fux.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

STF. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário 898.060. São Paulo. Relator: Ministro Luz Fux. **Paternidade socioafetiva e pluriparentalidade.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017

STOLZE, Pablo Gagliano; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil- Direito de Família.** 15ª ed. São Paulo: Revista e atualizada de acordo com o novo CPC, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família.** v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 12 ed., 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **O direito das famílias entre a norma e a realidade.** São Paulo: Atlas, 2010.

VARGAS, Hilda Ledoux. Efeito sucessório da multiparentalidade nas famílias neoconfiguradas: uma breve análise da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 898060. **Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões**, v. 24, Belo Horizonte, p. 93-109, nov./dez. 2017

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família.** Vol. 6. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS DA PROTEÍNA LACTASE: UMA REVISÃO

IMPORTANCE AND PROSPECTS OF PROTEIN LACTASE: A REVIEW

Juliana Kátia Lopes Araújo Rodrigues¹, Geziella Aurea Aparecida Damasceno Souza², Larissa Bicalho Pimenta³, Cláudia de Aguiar Menezes Fonseca⁴, Danielle Soares Malveira⁵, Ronilson Ferreira Freitas⁶

¹Graduada em Engenharia Química pela Faculdade de Ciência e Tecnologia - FACIT. Mestranda em Biotecnologia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros/MG.

²Graduada em Biomedicina pela Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna - FASI. Mestranda em Produção Animal pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Montes Claros/MG.

³Graduada em Engenharia Química pela Faculdade de Ciência e Tecnologia - FACIT, Montes Claros MG.

⁴Especialista em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde, Montes Claros MG.

⁵Mestre em Produção Animal Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Docente nas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte, Montes Claros/MG.

⁶Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela UFVJM. Docente nas Faculdades Integradas do Norte de Minas e Professor Pesquisador do Centro de Educação a Distância da Unimontes. Montes Claros/ MG.

RESUMO

A lactase, também conhecida como β -galactosidase, é uma proteína com função enzimática, naturalmente produzida no intestino delgado de mamíferos. Tem como função a quebra da molécula de lactose em moléculas menores de glicose e galactose. A lactose também pode ser produzida de forma industrial, sendo que apresenta ação muito similar a lactase de origem biológica. A obtenção de lactase por microrganismos é a mais utilizada industrialmente, devido à alta taxa de rendimento e reprodução comparada as outras fontes. O gene responsável por sua produção em microrganismos lácticos é clonado, recombinado em plasmídeo e inserido em células como *Escherichia coli* para expressão da enzima. Já as bactérias como *Lactobacillus* sp. são naturalmente produtoras dessa enzima e podem ser utilizadas em probióticos. A lactase apresenta diversas aplicações para indústria alimentícia e farmacêutica, sendo ainda necessário realizar novos estudos para produção de uma lactase mais termoestável, devido vários processos envolver altas temperaturas.

Palavras-chave: Enzimas. Lactase. Lactose. β galactosidase. Laticínios.

IMPORTANCE AND PROSPECTS OF PROTEIN LACTASE: A REVIEW

ABSTRACT

Lactase, also called β -galactosidase, is a protein with enzymatic function naturally produced in the small intestine of mammals. Its function is to break the lactose molecule into smaller molecules of glucose and galactose. Lactose also can be obtained by industrial production and its action is very similar to lactase of biological origin. The lactase obtained by microorganisms is the most used industrially, due to the high yield and reproduction rate compared to other sources. The gene responsible for its production in lactic microorganisms is cloned, recombinated in plasmid and inserted into cells such as *Escherichia coli* for express enzymes. Bacterias such as *Lactobacillus* sp. are naturally producing this enzyme and can be used in probiotics. Lactase has several applications for the food and pharmaceutical industry, and more studies are necessary to produce a more thermostable lactase, due to various processes involving high temperatures.

Keywords: Enzymes Lactase. Lactose. β galactosidase. Dairy products.

INTRODUÇÃO

A β galactosidase é proteína com função enzimática, que degrada a lactose e apresenta a capacidade de catalisar oligossacarídeos. Quando ocorre a quebra da lactose ocorre a geração de dois produtos, a glicose e a galactose (ZYCHAR E OLIVEIRA, 2017). As lactases são geralmente encontradas na natureza, distribuídas entre vegetais como: amêndoas, pêssego, damasco, maçã, em órgãos de animais, por exemplo intestino, cérebro, testículos, placenta e também são produzidas por grande quantidade de microrganismos, tais como fungos filamentosos, bactérias e leveduras (SANTIAGO, *et al* 2004).

Existem estudos que comprovam não haver a necessidade da utilização de leite e derivados na dieta dos seres humanos adultos, pois o organismo com o passar dos anos tende a parar de produzir essa enzima, gerando a intolerância a lactose. Para solucionar esse problema, a indústria biotecnológica sintetizou a lactase em capsulas para digerir a lactose, sendo essa enzima atualmente comercializada em farmácias (TORREGROSA *et al.*, 2015).

Na indústria biotecnológica utiliza-se microrganismos para obtenção da lactase, devido à alta taxa de rendimento e reprodução comparada as outras fontes. A produção é dividida em 4 etapas, a primeira é a escolha do melhor microrganismo, a segunda determinar o meio de cultura e sua composição, na terceira a formação e condução do processo e na última a fase, conhecida *downstream* consiste em purificar e obter a recuperação do microrganismo (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

A lactase industrial, de origem biotecnológica tem ação muito similar a lactase de origem biológica (FRANCESCONI *et al.*, 2016; BARROS *et al*, 2019). O gene responsável por sua produção em microrganismos lácticos é clonado, recombinado em plasmídeo e inserido em células como *Escherichia coli* para expressão da enzima (XU *et al.*, 2019). Já as bactérias como *Lactobacillus sp.* são naturalmente produtoras dessa enzima e podem ser utilizadas em probióticos ou culturas starters (NAWAL *et al.*, 2018).

Atualmente diversas indústrias utilizam a lactase nos seus processos, sendo principal consumidora a indústria de laticínios, que a utiliza para produção de alimentos com baixo teor de lactose (MATIOLI, 2001). Apesar do grande consumo, a lactase apresenta a desvantagem de ser pouco estável, e quando utilizada em processos

com variações térmicas e mecânicas tem sua eficácia reduzida.

Assim, esse trabalho objetivou-se realizar uma revisão de literatura sobre a enzima β -galactosidase, abordando sua estrutura química, sua função biológica, a forma como é produzida industrialmente e suas principais aplicações.

REVISÃO DE LITERATURA

Estrutura química da lactase

Conforme Lopes & Silva (2015), a β galactosidase popularmente conhecida como lactase, classificadas como hidrolases, é uma proteína com função enzimática que degrada o resíduo terminal β -galactopiranosil, lactose (C₁₂H₂₂O₁₁), arabinoses, sendo capaz ainda de catalisar alguns oligossacarídeo. Vale salientar, que essa enzima é um dissacarídeo, são produzidas pelos enterócitos e secretadas pelas células da mucosa do intestino delgado (ZYCHAR E OLIVEIRA, 2017)

A enzima lactase é responsável por liberar os componentes monossacarídeos da glicose e galactose, obtendo assim, alimentos com baixos teores de lactose, melhorando a solubilidade e digestibilidade do leite e derivados lácteos, ideais para consumidores intolerantes à lactose (SANTIAGO *et al.*, 2004). Estes monossacarídeos sofrem uma absorção sanguínea e dessa forma estes componentes passam pelo sistema e são transportados pelo fígado onde a galactose é convertida em glicose (Santos *et al* 2014).

Diante do exposto, a enzima lactase é produzida pelo intestino, mais específico no o intestino delgado e que por sua vez, possui função de quebrar as ligações entre a glicose e galactose e então após esses açúcares serem reduzidos são digeridos normalmente. A partir disso, vale salientar, a importância da lactase no processo de decomposição do açúcar do leite que é a lactose tornando-as moléculas menores para então serem absorvidas. Porém, quando não absorvida a lactose é fermentada pela microbiota do cólon e com isto, resulta-se em aumento do peristaltismo da parede intestinal, ácidos orgânicos, gases bem como outros problemas causados pelo fluxo anormal do intestino (WOLF SEGAL, 2015).

De acordo com Mattar (2010), em sua forma maturada possui dois sítios ativos, um é a β galactosidase capaz de hidrolisar a lactose, o

ntito-fenil- β glicopiranosida, o nitro-fenil- β -galactopiranosida e celobiose já a porção florizina hidrolase (LPH) é capaz de hidrolisar a m-nitro-fenil- β glicopiranosida e florizina.

Função Biológica e Importância da Lactase

A lactase apresenta a função de digerir/quebrar a molécula de lactose proveniente da alimentação em moléculas menores de glicose e galactose. Essa quebra acontece na ligação glicosídica e os monômeros de glicose e galactose resultantes dessa reação são absorvidos no intestino, caindo na corrente sanguínea (COLUCCIA *et al.*, 2019). A glicose será utilizada como fonte de energia pelas células e a galactose com ação de outras enzimas, além do fornecimento de energia, poderá ser utilizada para múltiplas funções incluindo estruturação de moléculas usadas nas comunicações intercelulares, no sistema imune e nos epitélios (SZILAGYI; ISHAYEK, 2018).

Em recém-nascidos, cuja alimentação é exclusiva do leite materno, a lactase é primordial. O leite humano apresenta lactose como o principal carboidrato, aproximadamente 6,7% (SHI *et al.*, 2011). No leite do bovino esse percentual está em torno de 4,5% (CZARNOBAY *et al.*, 2017). Na fase adulta, quando o ser humano está apto a manter uma dieta variada, a produção de lactase é reduzida, somente em indivíduos com genótipo persistente mantém sua produção elevada semelhante a infância (TORREGROSA *et al.*, 2015).

Há uma controvérsia quanto ao consumo de leite e laticínios - as maiores fontes de lactose, de diferentes espécies animais por seres humanos adultos, uma vez que, como os demais mamíferos, seria esperado o consumo de leite da mesma espécie e somente nas fases iniciais do desenvolvimento. É possível uma dieta balanceada sem ingestão de leite para algumas pessoas, mas não seria viável para toda a população (SANTOS; ROCHA; SANTANA, 2019). A fome e a subnutrição ainda existem, o leite e derivados constitui fonte de nutrientes essenciais de baixo custo. Por outro lado, alternativas para amenizar o impacto ambiental e o desconforto animal na agropecuária vem sendo cada dia desenvolvidas. Embora muitas delas também prometem maior lucratividade e impacto positivo na produção, requerem investimento e ainda não são uma realidade para todos os animais de produção.

Deficiências na Produção de Lactase Intestinal

Aproximadamente 65% da população mundial é afetada por algum tipo de deficiência na produção da lactase (TORREGROSA *et al.*, 2014), sendo este percentual variável de uma região para outra e também entre etnias (TORRES *et al.*, 2014). Essas deficiências podem ser congênita, primária ou secundária. A deficiência primária pode acontecer com o envelhecimento, a diminuição ou incapacidade de produção da enzima levando a intolerância a lactose; secundária quando por alguma doença, infecção na mucosa intestinal, cirurgia ou injúria, o intestino perde a capacidade de produção dessa enzima; e congênita quando o indivíduo já nasce com essa incapacidade, na maioria das vezes por problemas genéticos. Alactasia se refere a deficiência total na produção da lactase (TORREGROSA *et al.*, 2015).

Na falta da enzima lactase, a lactose não é digerida, nem absorvida no intestino delgado. Isso provoca a drenagem de água para o lúmen intestinal, resultando em diarreia. No intestino grosso, a lactose é fermentada por bactérias lácticas da própria microbiota que produzem gases gerando dor, distensão abdominal (TORREGROSA *et al.*, 2015; COLUCCIA *et al.*, 2019). Entre os sintomas também está incluído vômito (MATTAR; MAZO, 2010) e enxaqueca (COLUCCIA *et al.*, 2019).

Algumas pessoas podem sentir mal-estar ao tomar leite, mas não apresentarem sintomas aparentes ao ingerir laticínios como queijos maturados e iogurtes processados (SANTOS; ROCHA; SANTANA, 2019). Torregrosa e colaboradores (2015) diferem o termo “má digestão da lactose” de “hipolactasia primária tipo adulto”. O primeiro caso se trata de uma condição independente e permanente, já o segundo, circunstancial e dependente da quantidade de lactose ingerida. Ambos os termos também são abordados nos estudos de Szilagyi e Ishayek (2018).

Existem testes genéticos para identificar mutações no gene LCT responsável pela produção da lactase e também dosagens respirométricas (COLUCCIA *et al.*, 2019). Sinais e sintomas devem ser levados em consideração (TORREGROSA *et al.*, 2015). Além da administração da enzima, outras alternativas de tratamento incluem dieta restrita, uso de probióticos e antibióticos (SANTOS; ROCHA; SANTANA, 2019). O acompanhamento clínico é fundamental.

Produção de lactase

A β -galactosidase pode ser produzida de forma endocelular, no interior das células de animais e plantas ou exocelular quando são secretadas de células de microrganismos (SPIER, 2005). A obtenção de lactase por microrganismos é a mais utilizada industrialmente, devido à alta taxa de rendimento e reprodução comparada as outras fontes (RINGS *et al.*, 1994). A sua produção é influenciada por vários fatores, como o tipo de microrganismos, o meio fermentativo, as condições de pH, temperatura, tempo de incubação e velocidade de agitação (JURADO, *et al.*, 2004).

A lactase é produzida atualmente por diferentes fontes de microrganismos, como bactéria, fungos filamentosos e leveduras. Comercialmente lactases são produzidas a partir de leveduras, como *Kluyveromyces fragilis* e *Kluyveromyces lactis*, bolores, como *Aspergillus oryzae* e *Aspergillus niger* (SEYIS, AKSOZ, 2004) e bactérias como *Lactobacillus* e *Bifidobacterium* (TRUISE *et al.*, 2017). Este maior índice de utilização se deve ao maior rendimento do processo. Além disso, estes microrganismos não geram subprodutos tóxicos para os seres humanos (OLIVEIRA; GUIMARÃES; DOMINGUES, 2011).

A produção da β -galactosidase ou mais conhecida como lactase depende de 4 etapas sequenciais. Na primeira etapa ocorre à seleção do microrganismo a ser utilizado. A etapa seguinte envolve o meio de cultura e sua composição nutricional, como fonte de carbono, nitrogênio, aminoácidos, sais minerais e vitaminas. Como fonte de carbono, visando à produção da lactase, a lactose é frequentemente empregada. A quantidade deste substrato no meio é variada, e esta variação acarreta em diferentes quantidades de produção da enzima (OLIVEIRA *et al.*, 2011). A terceira etapa compreende a forma de condução do processo, sendo necessário definir temperatura, pH, tempo de fermentação, aeração e agitação do processo, bem como o tipo de reator a ser utilizado. A última etapa é a fase downstream do processo, ao qual, será definido as estratégias de purificação do produto e recuperação do microrganismo para reutilização (SCHMIDELL *et al.*, 2001).

Atualmente é de grande interesse econômico descobrir novos microrganismos produtores de lactases, com características de processamento da enzima aprimoradas, apresentando maior estabilidade de temperatura, pH. Sabe-se que apenas 0,1-1% das espécies bacterianas

são cultiváveis usando métodos convencionais (ERICH *et al.*, 2015). Portanto, uma fonte alternativa para encontrar novas lactases com propriedades industrialmente desejáveis é o metagenoma, que irá isolar apenas o DNA das amostras ambientais, em seguida irá utilizar a técnica do DNA recombinante, ao qual, irá cortar o DNA e clonar em vetores permitindo a expressão de enzimas de organismos não cultiváveis. Essa abordagem é eficiente para descobertas de novos biocatalisadores que produzam enzimas com alta estabilidade (GANS; WOLINSKY; DUNBAR, 2005; ERICH *et al.*, 2015).

Aplicações da lactase na indústria e perspectivas para o futuro industrial

Nos últimos tempos tem-se observado um aumento significativo na oferta de produtos lácteos e derivados que contenham quantidade reduzida ou não contenham o carboidrato lactose. Sendo esse um dissacarídeo formado por glicose e galactose, é de muita importância para a indústria de alimentos, em especial, a de laticínios. A partir da fermentação da lactose, por microrganismos específicos, torna-se possível a obtenção do ácido láctico, subproduto para seguimento de processos de produção de iogurtes, leite fermentado, queijos, bebidas lácteas, dentre outros (MATHIÚS *et al.*, 2016).

Face à alta incidência de pessoas que por diversos razões não podem consumir ou ter contato com produtos que contenham esse dissacarídeo, a indústria química, farmacêutica e alimentícia precisaram buscar alternativas para conquistar mercados com necessidades específicas e com um público que, por essas motivações, se torna fiel à produtos que atendem suas prementes necessidades (PEREIRA *et al.*, 2012).

A lactose é um carboidrato encontrado naturalmente em leites e derivados, mas pode ser encontrada isolada, onde é muito utilizada para fins industriais (MATTAR E MAZO, 2010). A lactose é adicionada a formulações alimentícias de leite após processos de pasteurização ou qualquer outro processo que atinja uma temperatura de ruptura do dissacarídeo. Essa adição é importante para evitar que a glicose e sacarose que são adicionadas nos produtos de derivados de leite não cristalizem e concebam aspecto grumoso ao produto (JUSTINA; JUSTINA; SKORONSKY, 2018). A lactose é utilizada ainda pela indústria alimentícia e farmacêutica como um edulcorante,

componente que confere sabor adocicado a formulações. Dentre os medicamentos que utiliza a lactose está a dipirona sódica, medicamento largamente usado pela população brasileira como analgésico e antitérmico. É considerado pela ANVISA, um medicamento de venda livre, ou seja, não é necessário a prescrição médica para ser vendida ao consumidor final (SILVA; FONSECA; ARRAIS; FRANCELINO, 2008).

A indústria de laticínios, principal consumidor direto da enzima lactase (β -galactosidase) tem um benefício interessante em seus produtos com baixo teor de lactose ou sem lactose, tais produtos possuem um sabor mais adocicado, conferido pelo alto teor de açúcares mais simples como a glicose e galactose. Outrossim, indústrias de sorvetes, iogurtes e sobremesas congeladas adicionam a lactase em suas formulações para melhorar aspectos de cremosidade, poder edulcorante e digestibilidade desses produtos. Um outro benefício da aplicação de leite hidrolisado (sem lactose) é que queijos feitos com essa matéria-prima passam pelo processo de maturação mais rápido, fazendo com que cheguem mais rápido ao consumidor final e dinamize o processo industrial desse alimento (NEELAKANTAN; MOHANTY; KAUSHIK, 1999).

Mesmo sendo de grande importância para a indústria, em sua maior parte, para a alimentação, a lactase é uma enzima de baixa estabilidade quando utilizada em processos com variações térmicas e mecânicas, conferindo aos processos e produtos uma eficiência reduzida. Com o intuito de tornar essa enzima mais estável aos processos industriais, um recente estudo propôs o encapsulamento da lactase em gotículas de alginato de cálcio. Sendo esse particulado um polímero barato, alta biocompatibilidade e resistência à contaminação, mas que em tratamentos físicos não obteve muito sucesso. Outros excipientes utilizados como encapsulamento da lactase são a goma Guar, goma arábica, que são matérias-primas de extenso uso na indústria alimentícia, farmacêutica e cosmética (TRAFFANO-SCHIFFO et al., 2017).

Os desafios atuais da indústria de alimentos, fármacos e correlatos é estabelecer uma maior estabilidade para a utilização de biomacromoléculas como a lactase em seus produtos. Dessa forma, a médio e longo prazo, esforços serão necessários para desenvolvimento de mecanismos que fomentem a utilização de modo mais abrangente da lactase nos processos industriais como um todo e que garantam que a aplicação de forma segura e eficaz, desde sua

manipulação até sua eficácia na formulação (TRAFFANO-SCHIFFO et al., 2017).

É indubitável que o uso da lactase na indústria seja de grande cupidez e até mesmo necessidade, haja vista a grande parcela da população mundial que seja acometida de alguma deficiência dessa enzima no organismo. Durante esse estudo, verificou-se uma incipiente bibliografia acerca dos processos e produtos que possam utilizar a enzima lactase, e além disso, pesquisas mais aprofundadas sobre o tratamento dessa enzima para conferir maior estabilidade também são limitados e insuficientes, portanto, é preciso considerar novos estudos e aprofundamento científico para tais questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos percebeu-se um crescente aumento na demanda de alimentos que combinem necessidades específicas, mas que mantenham as características organolépticas iguais ou parecidas, esse é o caso de produtos alimentícios sem lactose.

A lactose é um dissacarídeo muito comum em produtos laticínios e seus derivados. O homem possui em seu organismo uma proteína com ação enzimática, a lactase ou β galactosidase, que funciona como um agente que auxilia no catabolismo do dissacarídeo em dois monossacarídeos, glicose e a galactose, forma de açúcar que são mais facilmente utilizadas em ciclos metabólicos e geração de energia celular.

A deficiência em produção dessa enzima, leva o indivíduo a ter distúrbios orgânicos, pois não consegue degradar a lactose. Dada à essa necessidade, a indústria biotecnológica desenvolveu métodos de obtenção e isolamento da enzima β galactosidase. O processo de recombinação gênica gerou uma proteína com ação muito similar e que vem sendo utilizada em forma de capsulas, comprimidos e pós para uso comercial ou industrial.

Esse processo industrial foi aprimorado dada à grande incidência de pessoas portadoras de alguma dificuldade em digerir a lactose, estima-se que 65% da população mundial é acometida por alguma deficiência em produzir a lactase. Tendo esse percentual, investimentos na obtenção, sintetização e comercialização de alimentos, medicamentos e insumos que suprem essa necessidade tem aumentado muito nos últimos anos.

Para o processo de obtenção da lactase, utiliza-se microorganismos, bactérias, fungos ou leveduras e tem-se 4 etapas sequenciais. O primeiro passo é a seleção do microrganismo, em seguida a escolha do meio de cultura e sua composição nutricional. A terceira etapa compreende a forma de condução do processo, sendo necessário definir temperatura, pH, tempo de fermentação, aeração e agitação do processo, bem como o tipo de reator a ser utilizado. A última etapa é a fase downstream do processo, ao qual, será definido as estratégias de purificação do produto e recuperação do microrganismo para reutilização. Esse processo biotecnológico é muito usado hoje devido ao seu alto rendimento processual, o que é um ganho em termos industriais e comerciais.

Contudo, o grande desafio da indústria biotecnológica hoje é descobrir novos microrganismos que conduzam processos mais estáveis sem oscilações ou oscilações mínimas de temperatura e pH, aumentando ainda mais seu rendimento e reduzindo as variáveis que podem interferir na obtenção de uma enzima eficaz. Tem-se nesse viés, um grande desafio para a pesquisa e desenvolvimento das indústrias biotecnológicas. Dessa forma, a médio e longo prazo, esforços serão necessários para desenvolvimento de mecanismos que fomentem a utilização de modo mais abrangente da lactase nos processos industriais como um todo e que garantam que a aplicação de forma segura e eficaz, desde sua manipulação até sua eficácia na formulação.

Tendo em vista todo o estudo conduzido nessa revisão, vê-se ainda uma incipiente bibliografia acerca dos processos e produtos que possam utilizar a enzima lactase, e além disso, pesquisas mais aprofundadas sobre o tratamento dessa enzima para conferir maior estabilidade também são limitados e insuficientes, portanto, sugere-se considerar novos estudos e aprofundamento científico para tais questões.

REFERÊNCIAS

BARROS, R.F.; *et al.* Lactose hydrolysis and organic acids production in yogurt prepared with different onset temperatures of enzymatic action and fermentation. **Ciênc. anim. bras.**, Goiânia, v. 20, e43549, 2019. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68912019000100600&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2019. Epub Mar 18, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-6891v20e-43549>.

COLUCCIA, E.; IARDINO, P.; PAPPALARDO, D.; *et al.* Congruency of Genetic Predisposition to Lactase Persistence and Lactose Breath Test. **Nutrients** 2019, 11(6), 1383; <https://doi.org/10.3390/nu11061383>.

CZARNOBAY, M.; Vandré B.; Rodrigues, V M; MILANI, A; castoldi, v. Cinética de hidrólise de lactose em leite de ovelha e leite de vaca. **Revista CIATEC - UPF**. vol.9 (1), p.p.15-24, 2017.

ERICH, S., *et al.* Novel high-performance metagenome -galactosidases for lactose hydrolysis in the dairy industry. **Journal of Biotechnology**. Zwingenberg, Germany. v. 210, p. 27-37, 2015.

FRANCESCONI, C.F.M.; *et al.* Oral administration of exogenous lactase in tablets for patients diagnosed with lactose intolerance due to primary hypolactasia. **Arq. Gastroenterol.**, São Paulo, v. 53,n. 4,p. 228-234, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000428032016000400228&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2019.

GANS, J., WOLINSKY, M., DUNBAR, J., 2005. Computational improvements reveal great bacterial diversity and high metal toxicity in soil. **Science**, Los Alamos, EUA, v. 309, p. 1387-1390, 2005.

ISIL SEYIS, NILUFER AKSOZ. Production of Lactase by *Trichoderma* sp. **Beytepe Food Technol. Biotechnol.** Ankara, Turquia v. 42, p. 121-124, 2004.

JURADO, E. *et al.* Kinetic models of activity for β -galactosidases influence of pH, ionic concentration and temperature. **Enzyme and Microbial Technology**, Uberlândia, Brasil. v. 34, p. 33- 40, 2004.

JUSTINA, Maciel Dela; JUSTINA, Mariléia Buss Dela; SKORONSKI, Everton. Uso das enzimas na indústria de laticínios: uma breve revisão. **Rev. Inst. Laticínios Cândido Tostes**. Juiz de Fora, v. 73, nº 3, p. 172-184. Jul/Set 2018.

MATHIÚS, Lais Adrielli; MONTANHOLI, Cássia Helena dos Santos; OLIVEIRA, Luis Carlos Nobre de; BERNARDES, Daniele Navarro D'Almeida; PIRES, Ariadine; HERNANDEZ, Fabiana Maciel de Oliveira. Aspectos atuais da intolerância à lactose. **Revista Odontológica de Araçatuba**, v. 37, n. 1, p. 46-52. Janeiro/Abril, 2016.

Mattar R, Mazo DFC. Intolerância a Lactose: mudança de paradigma com a biologia molecular. **Revista da Associação Médica Brasileira**. Vol. 56, n. 2, p. 230-236, 2010.

Nawal, B; Abdelmalek, C; Choukri, T.; Aurélia, B.; Philippe, G; Nabil, B; Yassine, N; Elisabeth, G-N; Ali, R; **South Asian Journal of Experimental Biology**, 2018, Vol.8 (4), p.154-162

NEELAKANTAN, S; MOHANTY, AK; KAUSHIK, Jai K. Production and use of microbial enzymes for dairy processing. **Current Science**. v. 77, n. 1. India, 1999.

OLIVEIRA, C.; GUIMARÃES, P. M. R.; DOMINGUES, L. Recombinant microbial systems for improves β -galactosidase production and biotechnological applications. **Biotechnology Advances**. Braga, Portugal, v. 29, p. 600-609, 2011.

PEREIRA, MCS; BRUMANO, LP; KAMIYAMA, CM; PEREIRA, JPF; RODARTE, MP; PINTO, MAO. Lacteos com baixo teor de lactose: uma necessidade para portadores de má digestão da lactose e um nicho de mercado. **Rev. Inst. Latic."Cândido Tostes"**. 2012; 389 (67): 57-65.

RINGS, E. *et al.* Lactase: Origin, gene expression, localization, and function. **Nutrition Research**. v. 14, n. 5, p. 775-797, 1994.

SANTIAGO, Patrícia; *et al.* Estudo da produção de β -galactosidase por fermentação de soro de queijo com *Kluyveromyces marxianus*. **Ciênc. Tecnol. Aliment.** Campinas, 2004. P. 567- 572

SANTOS, Geisa J.; ROCHA, Raquel; SANTA-NA, Genoile O. Lactose intolerance: what is a correct management?. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 270-275, Feb. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302019000200270&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9282.65.2.270>.

SCHMIDELL, W. Microrganismos e meios de cultura para utilização industrial. **Biotecnologia Industrial**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, cap. 2, v. 2, p. 5-18, 2001.

SHI, Yu-dong; SUN, Guo-qing; Zhang, Zhi-guo, *et al.* The chemical composition of human milk from Inner Mongolia of China. **Food Chemistry** 127 (2011), 1193-1198.

SILVA, Antônio Vinícios Alves da Silva; FONSECA, Said Gonçalves da Cruz; ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; FRANCELINO, Eudiana Vale. Presença de excipientes com potencial para indução de reações adversas em medicamentos comercializados no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, vol. 44, n. 3. Jul/Set, 2008.

SILVA, Gustavo Gonçalves, LOPES, LEONARDO DE ARAÚJO. INTOLERÂNCIA A LACTOSE E GALACTOSEMIA: IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS METABÓLICOS. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research - BJSCR**. Vol.11, n.4, p.57-62. 2015.

SPIER, M. **Produção de enzimas amilolíticas fúngicas α -amilase e amiloglicosidase por fermentação no estado sólido**, 2005, 178f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos). Universidade Federal do Pará, Curitiba, 2005.

SZILAGYI, Andrew; ISHAYEK, Norma. Lactose Intolerance, Dairy Avoidance, and Treatment Options. **Nutrients**. v. 10, 1994; doi:10.3390/nu10121994

TORREGROSA, Daniel Villanueva *et al.* Bases conceptuales del diagnóstico de intolerancia a lactosa, hipolactasia y mala digestión de lactosa. **Salud, Barranquilla**, v. 31, n. 1, p. 101-117, Jan. 2015. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55522015000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2019.

TORRES, Evelyn Mendonza *et al.* Análisis de los polimorfismos europeos en el gen Lactasa entre grupos étnicos del Caribe Colombiano. **Acta bioquím. clín. latinoam.**, La Plata, v. 48, n. 4, p. 457-463, dic. 2014. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-29572014000400008&lng=es&nrm=iso>. accedido en 20 agosto 2019.

TRAFFANO-SCHIFFO, Maria Victória; CALVO, Tatiana Rocio Aguirre, GIRALDEZ, Marta Castro; FITO, Pedro José; SANTAGAPITA, Patricio R. Alginate beads containing lactase: stability and microstructure. **Biomacromolecules**, vol. 18, n. 6, p. 1785-1792, 2017.

TROISE A. *et al.* The quality of low lactose milk is affected by the side proteolytic activity of the lactase used in the production process. **Food Research International**. Portici, NA, Italy. v. 89, p. 514-525, 2017.

WOLFF, Cláudio H.; SEGAL, Fábio; WOLFF, Fernando. Intolerância à lactose. In: **Equipe ABC da Saúde**. 2008. Disponível em < <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?269>>. Acesso em setembro. 2019.

XU, Xinxin; FAN, Xiaohu; FAN, Chao, et al. Production Optimization of an Active β -Galactosidase of *Bifidobacterium animalis* in Heterologous Expression Systems. **BioMed Research International**. Volume 2019, Article ID 8010635, 10 pages <https://doi.org/10.1155/2019/8010635>

Zychar, Cestari Bianca. Oliveira, Araújo Beatriz. Fatores Desencadeantes da intolerância a lactose: Metabolismo Enzimático, Diagnóstico e Tratamento. Vol. 5, n.1, p. 35-46. 2017

SOBRE O QUE É FALADO E O QUE É SILENCIADO: UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

WHAT IS SPOKEN AND WHAT IS SILENCED: ANALYSIS ABOUT THE INCLUSION OF GENDER AND SEXUALITY DEBATE IN THE CURRICULUM OF BRAZILIAN BASIC EDUCATION

Cassianne Campos Diniz¹; Daniel Mende Fernandes²

¹Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB. Tutora do Centro de Educação a Distância do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - CEAD/IFNMG, Montes Claros/MG

²Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o processo histórico e social que acompanha a inclusão do debate sobre diversidade de gênero e sexual no currículo escolar no ensino básico. Para isso, analisou-se documentos, como o tema transversal denominado “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e o livro de conteúdo de um curso de formação de professores de “Gênero e Diversidade na Escola” (2009). A partir dessa análise, evidenciamos quais são os temas incluídos nos referidos documentos, lançando luz sobre o que é silenciado. Além do mais, revisitamos a repercussão do material produzido pelo Projeto Escola Sem Homofobia em 2011, o que nos possibilitou acrescentar à discussão do texto perspectivas morais que, muitas vezes, limitam a temática. Ao refletir sobre os processos histórico-sociais acerca do tema diversidade de gênero e sexual em contexto escolar apontou-se os desafios para uma educação que crie estratégias para falar com crianças e adolescentes sobre pensamentos diversos, sentimentos e desejos situados, e ações que nem sempre são identificadas como homogêneas em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Gênero. Sexualidade. Contexto Escolar. Educação Brasileira.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the historical and social process that accompanies the inclusion of the debate about gender and sexual diversity in the school curriculum in basic education. For this, documents were analyzed, such as the cross-sectional theme entitled “Sexual Orientation” of the National Curriculum Parameters (1998) and the content book “Gender and Diversity at School” for the teacher training course (2009). From this analysis, we highlight what are the themes included in these documents, shedding light on what is silenced. In addition, we revisited the repercussion of the material produced by the School Without Homophobia Project in 2011, which allowed us to add to the discussion of the text moral perspectives that often limit the theme. Reflecting on the historical-social processes about the theme of gender and sexual diversity in the school context, we pointed out the challenges for an education that creates strategies to talk with children and adolescents about diverse thoughts, feelings and desires situated, and actions that are not always identified as homogeneous in our society.

KEYWORDS: Diversity. Gender. Sexuality. School Context. Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

É comum para a mulher grávida ouvir perguntas de diferentes pessoas sobre qual é o sexo do bebê. Em alguns casos, a resposta da mãe determinará o tipo e a cor de um presente para a criança que está por vir. A naturalização com que esse tipo de fato ocorre é problematizada por várias teóricas feministas, entre elas Simone de Beauvoir, Margaret Mead, Joan Scott, Judith Butler e Guacira Lopes Louro. A partir de reflexões como *não se nasce mulher, torna-se* e a pluralização dos polos feminino e masculino, antes pensados apenas como dicotômicos, evidenciou-se a necessidade de repensar a maneira com que as crianças no Brasil estavam sendo ensinadas sobre ser menino e ser menina.

A educação de gênero e sexual foi, ordinariamente, imputada a família da criança. No entanto, mesmo que essa temática não compo- nha a grade curricular regular de uma escola, ela atravessa os ensinamentos e os diálogos rea- lizados dentro desta. Destarte, a educação de gênero e sexual é pensada como parte do *currículo oculto*¹ da escola.

Desde a consolidação da Constituição Fede- ral de 1988 é possível identificar vários esforços a fim de realizar reformas na educação básica brasileira. Entre várias iniciativas tais reformas buscavam contemplar a emergente interseção das relações de gênero e educação, que apon- tava a necessidade do desenvolvimento de po- líticas públicas de educação para a redução da desigualdade de gênero no sistema público de ensino brasileiro.

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1996 e, na seqüência, com a elaboração do Pla- no Nacional de Educação e dos Parâmetros Cur- riculares Nacionais a temática de educação de gênero e sexual começa a fazer parte do siste- ma educacional brasileiro. Nos Parâmetros Cur- riculares Nacionais (1997) o tema “orientação sexual” é elaborado como um tema transversal, isto é, um tema que deve perpassar os saberes regulares da escola, como português, história, artes e ciências, por exemplo. Os temas trans- versais são temas que devem ser desenvolvidos (com níveis de aprofundamento diferenciados) desde o ensino fundamental (séries iniciais) até o ensino médio.

A formação específica dos professores e das professoras visando os chamados temas trans- versais é algo evidenciado nos PCNs como de extrema importância. Por isso, é possível ter acesso a materiais didáticos e informativos dis- poníveis aos professores do ensino básico bra- sileiro contemplando esses temas. Sugere-se continuamente que, estando qualificados e ca- pacitados, é possível aos professores e às pro- fessoras realizarem as transformações necessá- rias na educação brasileira.

O texto do tema transversal “Orientação Sexual” dos PCNs e os materiais didáticos e in- formativos produzidos para os profissionais da educação fazem parte do processo histórico- social decorrente das lutas pela igualdade de gênero. Esse processo se forma na busca por respeito e valorização da diversidade sexual e de gênero, com o foco em políticas públicas que se ocupam com questões referentes, principal- mente, à direitos humanos e saúde pública.

Tendo isso em vista, para pensar o proces- so histórico-social que acompanha a inclusão do debate da diversidade de gênero e sexual no currículo escolar do ensino básico brasilei- ro, é preciso analisar como o tema transversal “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curricula- res Nacionais (1997) é inserido na formação dos profissionais da educação, análise esta que fa- remos a partir do livro de conteúdo de um curso de formação de professores em “Gênero e Di- versidade na Escola” (2009). Na mesma linha de análise, focaremos a repercussão sobre o mate- rial produzido pelo Projeto Escola Sem Homo- fobia em 2011. Não obstante, não deixaremos de destacar os atuais embates na elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a inesperada Reforma do Ensino Médio. Preten- demos, assim, expor com a nossa análise como se configuram os processos histórico-sociais e a instituição de valores por meio da escolariza- ção. Nesse sentido, se tornará evidente o pri- vilegiar de alguns temas e o silenciamento de outros no processo de formação e nas diretrizes dos profissionais de educação.

ENSINO BRASILEIRO: REFAZIMENTOS

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi pensada como uma maneira de reformular a educação brasileira. Na fala de Darcy Ribeiro, na ocasião Senador, pode- mos perceber a expectativa em torno da aprova- ção da Lei. Darcy Ribeiro (1999) nos diz que:

¹ É chamado de currículo oculto os aspectos sociais que são tratados na escola sem que estejam previstos na grade curricular das séries.

A nossa lei (LDB) é uma lei avançada. E é uma lei ampla. É uma lei - o que é muito lindo - é uma lei descontente com a educação tal qual é. O terror que eu tinha de fazermos uma lei ingenuamente contente, que achasse que iria continuar com o ensino primário como está e ele teria solução. Não! Não teria solução nunca. A lei abre a oportunidade para refazê-lo (Grifo dos autores).

Refazer o ensino básico, capacitar professoras e professores, e fazer com que o Brasil se desenvolva não só economicamente, mas também educacionalmente, são os focos da fala de Darcy Ribeiro. A educação seria, nesse caso, um meio de fazer o Brasil avançar. Trazer para a atualidade reflexões sobre o texto pensado e escrito há mais de duas décadas só é possível se entendermos o contexto histórico e social em que o fato ocorreu.

Os arquivos que expomos e analisamos aqui fazem parte de um momento histórico que ainda está em processo. Esse momento projeta mudanças, reformas educacionais e uma expectativa de que a educação - e a escolarização - é capaz de possibilitar crescimento para o Brasil.

A reforma educacional brasileira que foi materializada na nova LDB/96 aconteceu concomitante à diversas outras situações sociais que demandavam atenção. Como, por exemplo, o crescimento e a força de movimentos sociais feministas no Brasil, que lutavam por políticas sociais que transformassem o quadro discriminatório e violento pelo qual passavam as mulheres brasileiras. Outro exemplo foi a visibilidade do vírus HIV/AIDS, com casos emblemáticos como o do cantor Cazuza, que sucumbiu à doença em 1990. Com essas temáticas na agenda brasileira é fácil imaginar que a confecção de Parâmetros Curriculares Nacionais não negligenciaria esses temas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos publicados em 1997 e foram produzidos pelas Secretarias de Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os textos desses documentos são apresentados como um “referencial de qualidade para a educação no Brasil”. As diretrizes apontadas pelos PCNs não se pretendem impositivas, mas uma sugestão do Estado. Haja vista, “é papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social” (Brasil, 1997A, p. 27). No entanto, é importante elucidar que mesmo que as diretrizes curriculares não tenham cará-

ter impositivo, o processo de escolarização das crianças e dos jovens o tem. A obrigatoriedade da escolaridade está prevista na LDB de 1996 para todo o ensino básico.

As propostas curriculares para o ensino fundamental dos PCNs estão organizadas por disciplinas e/ou áreas que são abordadas de modos distintos em cada um dos quatro ciclos em que se divide. As questões sociais relevantes, como o próprio texto dos PCNs diz, estão contempladas também. Essas questões são incorporadas às propostas curriculares como temas transversais. Isto é, os saberes desses temas devem ser cruzados com os saberes das áreas centrais do currículo. Os temas transversais são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

De acordo com o texto dos PCNs, muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais, uma vez que o objetivo da inclusão desses temas no currículo é dar conta do máximo possível de questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, houve uma eleição desses temas baseada nos seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

No que diz respeito ao tema transversal *Orientação Sexual* o documento nos diz que:

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 1997B, p. 28).

O acesso crescente às novas tecnologias como a internet amplia a circulação de informações que auxiliam os profissionais da educação na tarefa de trazer para a escola os debates sugeridos pelos temas transversais. Em uma busca pelos portais do governo no ciberespaço, principalmente no portal do Ministério da Educação, encontramos uma diversidade de materiais informativos e um material didático de formação de professoras e professores referentes aos assuntos incluídos no tema transversal *Orientação Sexual*. Os materiais foram produzidos entre

2006 e 2010, majoritariamente, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD) e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal.

Os textos disponibilizados no portal do MEC têm caráter formativo e informativo. São cadernos temáticos e coleções denominadas *educação em direitos humanos e educação para todos*. O único material que localizamos que visa formação docente é o material didático do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Este foi um curso oferecido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) para docentes, preferencialmente, do Ensino Fundamental - séries finais. Ele foi formatado através da parceria entre as Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação a Distância (SED) do Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); British Council.

No referido material didático há uma recorrente expectativa - como há no texto dos PCNs - de que a professora (ou professor) seja um canal de mudança na escola. Entende-se que é “importante investir na sua (dos professores) qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos” (Brasil, 1998, p. 38). O material do curso Gênero e Diversidade na Escola trabalha sobre a idéia da formação de docentes em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O conteúdo do livro é dividido em quatro módulos, a saber: (1) Diversidade, (2) Gênero, (3) Sexualidade e Orientação Sexual e (4) Raça e Etnia. A parte que será analisada aqui exclui o módulo Raça e Etnia.

O Livro de Conteúdo busca oferecer uma iniciação às professoras e aos professores aos debates acerca das categorias em questão. Contém, além da bibliografia e a webbibliografia utilizada em seu conteúdo, sugestões de filmes, vídeos e sites que possibilitem ampliar o conhecimento e o debate acerca da formação desses profissionais. Ao desenvolver as categorias que dão nome aos módulos as autoras e autores do material didático trazem ao debate outras categorias importantes que contemplam os temas sugeridos nos PCNs, entre elas, etnocentrismo, discriminação, igualdade, identidade, feminismo, violência de gênero, homoafetividade, direitos reprodutivos e sexuais, homofobia e DST/AIDS.

Categorias ditas polêmicas nos PCNs são tratadas com parcimônia no livro, a sexualidade homoafetiva, por exemplo, é silenciada - trataremos mais detidamente desse assunto mais adiante. A atualização e tratamento dos assuntos “polêmicos” no currículo escolar do ensino básico são, em determinados casos, vistos como uma afronta aos valores da sociedade brasileira.

O processo social pelo qual passa a educação brasileira voltada para uma orientação sobre gênero e sexualidade evidencia um empenho por transformação, o lidar com “polêmicas” e os limites ou intolerâncias com os quais essa temática opera. As análises apontadas a seguir pretendem lançar luz sobre esse processo social, proporcionando reflexões e questionamentos sobre a instituição de valores referentes a gênero e sexualidade possíveis por meio da escolarização.

Quais são os valores que se pretende transmitir às crianças e aos jovens por meio da escolarização? O que é silenciado e o que é dito sobre gênero e sexualidade? No que diz respeito ao processo de escolarização previsto nos PCNs encontramos neles um fundamento com forte presença: a escola como espaço de *constituição da cidadania*. Contudo, não há no texto uma definição objetiva do que é cidadania, restando pistas sobre o que deve ser considerado formar estudantes como cidadãos e cidadãs. As pistas que identificamos nos contam sobre uma cidadania democrática em que é esperado que se refute ou reformule as “deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico” (Brasil, 1997A, p. 33).

As condições fundamentais para o exercício da cidadania, nos termos dos PCNs, são: compreender a realidade e participar de relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas. Além do mais, parte-se do pressuposto que exercendo cidadania os estudantes participariam da construção de uma sociedade democrática e não excludente.

A responsabilidade em transmitir esses valores democráticos que possibilitam uma sociedade não excludente é delegada às professoras e professores. Formar esses profissionais para que sejam o canal de um processo de aprendizagem levando os jovens a incluir em seu cotidiano práticas de igualdade e respeito é o que norteia o material didático de formação de docentes em questão.

O material didático do curso de Gênero e Diversidade na Escola é apresentado pelo Estado, através da atribuição de autoria do texto inicial aos ministros envolvidos (a saber: da Educação, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial), com a seguinte expectativa:

(...) esperamos que professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 10).

A valorização da idéia de cidadania que está pontuada na introdução geral dos PCNs se estende aos temas transversais. O que vemos aqui é um destaque a promoção de conceitos como igualdade e respeito, criando, a nosso ver, uma expectativa sobre as práticas (ou comportamentos) dos docentes e discentes. Pensar as práticas comportamentais das pessoas, principalmente quando se espera que estas se modifiquem, remete aos argumentos de Norbert Elias (1993) e Philippe Ariès (1981) sobre o processo histórico-social e dinâmico das categorias sociais.

O que esses autores nos têm a dizer é que os conceitos e práticas não são estáveis, eles se modificam ao longo do tempo, evidenciando um processo contínuo. Elias (1993), no que se refere a “mudanças de atitudes nas relações entre os sexos”, fala sobre o sentimento de vergonha e como o padrão desse sentimento se modificou desde os *Colóquios de Erasmo* no século XVI até o padrão predominante nos séculos XIX e XX. Para Elias (idem) o sentimento de vergonha tem aumentado e mudado muito no processo de civilização; nos séculos XIX e XX, “mesmo entre adultos, tudo o que fosse relativo a vida sexual foi escondido ao máximo e removido para o fundo da cena. Esse o motivo por que foi possível, e também necessário, ocultar este lado da vida das crianças durante longo período” (idem, p. 178).

Nesse processo de mudança apontado por Elias (1993) há, na perspectiva apresentada por Ariès (1981), uma contradição que é fruto de um processo social. No capítulo denominado “Do despudor à inocência”, Ariès (1981) nos alerta para o processo pelo qual a criança passou,

sendo antes o adulto em miniatura e depois o anjo inocente. O processo de escolarização específico para o período da infância desenvolvido no século XVII preserva as crianças dos aspectos da sexualidade. A criança era considerada inocente, todavia era estimulada a continuar a ser racional. De acordo com Ariès (1981) a contradição se daria na noção de que a inocência se opõe a razão. Nesse sentido, o autor sugere que essa contradição só existe para nós, pessoas do século XX, que operamos com essas categorias a partir da história que vivenciamos.

Recorrer à Elias e Ariès intenciona não só apresentar argumentos de autores que apresentam a história como um processo social, mas trazer para a compreensão deste artigo o fato de que os textos aqui analisados são de tempos recentes, o que indica que o processo histórico-social está vigorando, com suas contradições latentes, reformulações, limites e tolerâncias. Portanto, a análise que será exposta a seguir pontuará e problematizará o tratamento dado ao tema transversal em foco - não julgará ou depreciará o esforço empreendido por esses educadores e pensadores de diversas áreas ao formatar um curso que introduza aos profissionais da educação a temática diversidade de gênero e sexual.

“ORIENTAÇÃO SEXUAL” E “GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA”: SOBRE O QUE SE FALA E SOBRE O QUE SE CALA?

Considerando as denominações utilizadas nos textos que pretendem utilizar a educação brasileira como condutora de mudanças nas formas de pensar e agir dos cidadãos brasileiros sobre gênero e sexualidade há de se ponderar os seus usos. Falar de “orientação sexual” atualmente denota outro tipo de discussão que não a proposta pelo uso desse termo nos PCNs, que sugere de maneira mais ampla uma orientação a estudantes acerca de sexualidade e o gênero. A orientação sexual, hoje, ainda é pensada como o termo para se referir a maneira com que as pessoas vivenciam sua sexualidade, podendo ser homossexual, heterossexual, bissexual, entre outras possibilidades. No entanto, na década de 1990, quando os PCNs foram formulados, a discussão em torno da mudança de termos que fizessem referência ao modo com que as pessoas vivenciam sua sexualidade também estava em momento inicial. A homossexualidade, até então homossexualismo, deixa de ter status de doença psiquiátrica e reflexões começam a ser

realizadas sobre se a homossexualidade poderia ou não ser considerada uma opção sexual, o que levou até o termo orientação sexual (ou condição sexual).

O curso de formação de professoras e professores “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) foi configurado na primeira década do século XXI. Contudo, o que essa denominação nos faz pensar, que tipo de discussão a categoria diversidade traz à tona? Na antropologia essa categoria diz respeito à noção de alteridade, isto é, de diferenças que estão pautadas em aspectos sociais e que demandam reflexões sociológicas. A reflexão que encontramos no material didático GDE sobre diversidade é bastante centrada em um exercício incompleto de relativização, em que as diferenças devem ser conhecidas e respeitadas, possibilitando a inclusão da diversidade, estabelecendo um patamar de igualdade entre todos.

Unir os apontamentos das diretrizes ao material de formação de docentes revela as atualizações feitas pelo último em relação ao primeiro, quais os silêncios e quais os pontos fortes que estão no jogo.

As diretrizes dos PCNs do tema transversal “Orientação Sexual”, como já foi mencionado anteriormente, sugere que o corpo seja pensado como matriz da sexualidade, que as diferenças de gênero e questões a respeito de sexismo sejam problematizadas em sala de aula e que a sexualidade seja vivenciada com prazer, de maneira saudável e sem o risco de DST/AIDS. O texto dos PCNs diz que:

A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (Brasil, 1997C, p. 83).

É evidente que o propiciar da escola é realizado através das atividades educativas em que as professoras e os professores devem explicar o conteúdo aos estudantes sem imputar à sua fala os seus próprios valores morais.

Corpo: matriz da sexualidade

O foco dos PCNs para o ensino fundamental (séries finais) está em aprofundar questões acerca do corpo que contemplem as modificações que o corpo passará, principalmente no que se refere ao aparelho reprodutor. Apesar de

sugerir que há desejo, esse desejo é vinculado à hormônios, puberdade e, em certos momentos, às tramas sociais que circundam a “primeira vez” de um adolescente.

Traçando um paralelo com o material didático para docentes verificaremos que o corpo também é apresentado como “mais do que uma coleção de órgãos. Ele é um todo integrado que sente, pensa e age” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 120). O material didático segue a perspectiva construtivista, alertando sempre para o fato de que a conexão entre aspectos como comportamentos sexuais, identidade de gênero e orientação sexual não têm qualquer base “natural”, já fazem parte de uma construção social.

O texto do livro didático para docentes propõe a seguinte questão: “Os livros didáticos falam sobre **sexualidade** e afeto fora as abordagens sobre **DSTs, AIDS** e reprodução?”. De acordo com o levantamento realizado por Lionço e Diniz (2009) a resposta seria não, pois segundo as autoras “nos livros didáticos, a sexualidade só é possível de enunciação quando remete ao coito heterossexual e a compreensão de seus efeitos reprodutivos” (p. 11). A sexualidade não-heterossexual é silenciada, ocultada pelos livros didáticos para adolescentes e nos PCNs. No entanto, o curso GDE busca introduzir novas questões sobre sexualidade e atualizar as diretrizes dos PCNs sobre o mesmo tema.

Nesse sentido, Louro (2000) alerta para o fato de que quando se trata de sexualidade e gênero nas práticas escolares “o silêncio e o segredo significam uma tomada de posição ao lado de quem já detém a autoridade e a legitimidade. Quando se está numa guerra, a omissão sempre favorece o dominante” (idem, p. 57).

No material didático para docentes, casos são utilizados como recursos reflexivos, um desses casos do módulo sexualidade e orientação sexual conta que:

Situação 1 - Em 1999, Paulo, de 14 anos, escreveu para um jornal denunciando uma situação de preconceito na sua escola: estava sendo ameaçado de expulsão por ser gay. O problema foi deflagrado pelo fato de esse adolescente ter declarado seu amor por um colega, Marcelo. A história correu pelos corredores e Marcelo tornou-se alvo de gozação por parte dos colegas. Paulo passou a ser ameaçado e a direção convocou seu pai e sua mãe para pedir que o retirassem da escola a fim de evitar maiores constrangimentos a Marcelo e a seus familiares. Nas semanas seguintes, outras pessoas escreveram à redação do jornal contando: “eu também passei por isso” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 171).

As reflexões sugeridas após a narração dessa situação enfatizam dois pontos: a expulsão como mensagem normatizadora e o medo que as crianças ou adolescentes “normais” possam ser contaminados. No final da unidade que traz essas reflexões os autores do material didático convidam a imaginar possíveis reações e encorajam dos docentes:

Se sua escola, por exemplo, adotasse um livro de Língua Portuguesa que contasse uma história de amor entre dois rapazes, qual reação você imagina que as/os estudantes teriam? E as mães e os pais? E os/as demais educadores e educadoras? A possibilidade de alguma reação negativa não deve ser motivo de inércia ou omissão que involuntariamente contribua para a perpetuação de um quadro grave de opressão (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 173-4).

RELAÇÕES DE GÊNERO

Os PCNs sugerem, em grande medida, a desconstrução dos estereótipos de gênero nas práticas escolares. Segundo o texto os docentes devem estar atentos à discriminação por causa do comportamento dos estudantes. Nessa mesma linha de raciocínio, pontuam que um menino não pode ser discriminado por gostar de balé ou uma menina não pode ser discriminada em atividades esportivas vistas como de meninos na aula de educação física. Para aula da geografia sugere-se que ao se falar de fluxo migratório no Brasil se faça uma análise sobre em que isso influencia os rearranjos familiares.

Outro tema que é lembrado é “o fato de os meninos geralmente possuírem maior força física que as meninas não deve possibilitar que ocorra situações de coerção, agressão ou abusos sexuais” (Brasil, 1997, p. 325). Há um alerta também em desvincular orientação sexual da identidade de gênero, pois há, de acordo com o texto dos PCNs, uma tendência de o menino mais delicado ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica.

O tratamento dado, no material didático do curso GDE, ao conceito de gênero começa pelo seguinte pressuposto “os diferentes sistemas de gênero - masculino e feminino - e de formas de operar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 39). Nesse sentido, o gênero será tratado como a constru-

ção social do sexo anatômico. As expectativas dos familiares em torno do ser menino e ser menina são manifestadas desde a mais tenra idade. As diferenças são marcadas na forma de se vestir, nos brinquedos e no brincar das crianças. A proposta do material didático é justamente problematizar esses estereótipos e a hierarquia de gênero expressa em atitudes sexistas. Sobre as expectativas de comportamento social e sexual de meninos e meninas, destacamos o tratamento dado à virgindade (um tema considerado polêmico pelos PCNs).

- Mesmo que a virgindade não signifique mais o que foi em outras épocas, e que haja uma relativa aceitação social em ter relações sexuais antes do casamento - variável conforme os costumes e os valores locais - ainda assim exige-se da moça:
- Que se guarde o máximo possível, retardando a iniciação sexual;
- Que seu leque de experimentação sexual seja reduzido, não chegue próximo ao dos homens, para não serem chamadas de “galinhas”;
- Que não seja “atirada”, embora a mídia ressalte a sensualidade dos corpos femininos.
- Que tenha o casamento e a maternidade como horizonte próximo.
- Por outro lado, do rapaz exige-se:
- Que antecipe o máximo possível a primeira experiência sexual;
- O prazer de reunir múltiplas experiências sexuais, às vezes simultâneas;
- Um apetite sexual intenso como prova de sua virilidade, estimulada desde pequeno por homens próximos a ele quando apontam o corpo de mulheres na TV ou nas ruas;
- Certo desprezo pelo cultivo dos sentimentos amorosos (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 52).

As expectativas em torno da primeira experiência sexual para meninos e meninas são, claramente, guiadas pela expectativa de que essa experiência sexual seja heterossexual. O fato do comportamento de meninos e meninas não estarem em consonância com essas expectativas aponta para a possibilidade de discriminação. A manifestação apontada como mais

recorrente entre estudantes nas escolas são os apelidos capciosos e o escárnio daqueles que não se enquadram a “norma”.

O papel do movimento feminista (ligado a outros movimentos sociais) no combate ao sexismo e ao heterossexismo, e no enfrentamento à violência de gênero é destacado no texto do material didático. Ao problematizar a violência de gênero é dito que:

A despeito de todos os avanços e conquistas das mulheres na direção da equidade de gênero, persiste entre nós essa forma perversa de manifestação do poder masculino por meio da expressão da violência física, sexual ou psicológica, que agride, amedronta e submete não só as mulheres, mas também os homens que não se comportam segundo os rígidos padrões da masculinidade dominante (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 74).

Nesse sentido, há tanto no material didático quanto nos PCNs uma recorrente preocupação com a violência de gênero, que atingem mulheres (heterossexuais ou homossexuais) ou homens homossexuais. Ou seja, a violência de gênero tem como alvo a feminilidade, seja ela expressa no sexo biológico ou comportamento sexual ou identidade de gênero. Ao tratar sobre o tema, o material do GDE informa sobre a “Lei Maria da Penha” (Lei 11.340/2006) e outras formas de violência de gênero como lesbofobia, homofobia ou transfobia.

Prevenção às Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS

Em nossa concepção esse bloco de conteúdo dos PCNs é o que potencializa a exposição do pudor ao se tratar da sexualidade e as diversas formas de vivenciá-la de maneira prazerosa e saudável. Nos PCNs há a sugestão de informações que devem ser trabalhadas entre os adolescentes a respeito da transmissão de DSTs e do vírus do HIV. Sobre o vírus HIV destaca-se que as experiências sexuais não são o único modo de transmitir o vírus, mas que esse pode ser transmitido por sangue e leite materno contaminados. Sugere que os docentes tenham sempre ao alcance luvas caso seja necessário entrar em contato com sangramentos e que conscientize os estudantes sobre a importância de usar camisinha. No entanto, as experiências sexuais são expressas através da sexualidade heterossexual. O sexo prazeroso é associado, nesse sentido, ao sexo heterossexual e sem risco de transmissão

de doenças ou de gravidez indesejada.

A unidade do material didático do curso GDE que trata de DST/AIDS tem como título “Maternidade, Paternidade, Contracepção e DST/AIDS” e é a única parte de todo o material que se detém em assuntos referentes a sexualidade que lida com prevenção de doenças. Depois de todo o discorrer do material sobre a mudança de mentalidade sobre as expectativas em torno da virgindade das meninas ou dos meninos, sobre o respeito da diversidade de orientação sexual que está presente na escola, chegamos há um ponto que é tratado com pudor e digno de vergonha, como já apontado através dos argumentos de Elias e Ariès acima. Desnudar corpos que vivem experiências sexuais em um curso de formação de docentes ainda parece necessária a parcimônia.

Limitar as informações sobre a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (que pressupõe que as pessoas façam sexo) ao sugerir o uso de preservativos nas experiências sexuais, informar às meninas que elas não devem resistir em ter consigo um preservativo para que possam evitar não só as DST/AIDS, mas também uma gravidez indesejada, parece contradizer todo o esforço de dizer aos docentes que temos em nossas escolas uma diversidade de pessoas que podem viver sua sexualidade de diversas formas. Ao evidenciar, ao fim do curso, pudor ao falar de possibilidades sexuais e as diferentes maneiras de se prevenir de DST/AIDS, reforça-se o grande desafio em unir gênero e escola. É preocupante o silenciamento acerca de informações preventivas importantes em decorrência do pudor ao se falar sobre experiências sexuais que não sejam heterossexuais.

ENSINO BRASILEIRO: SILENCIAMENTOS A MAIS

Com os acontecimentos políticos dos últimos anos uma educação do gênero e da diversidade se tornou, novamente, somente um desafio. Não se trata mais de discutir o aperfeiçoamento do processo. Os debates para adequação de conceitos, práticas e a melhoria dos materiais didáticos não integram mais a agenda das políticas públicas do ensino. Do intrincado refazimento foi aprofundado o silenciamento.

Três acontecimentos são chaves nesse processo: a elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, a repercussão dos materiais educativos do projeto Escola sem Homofobia e

a Reforma do Ensino Médio. O que esses acontecimentos podem nos dizer sobre a sexualidade não tolerada ou sobre o medo do contágio por essa sexualidade, muitas vezes, exposta como não natural? Para responder essas questões focaremos nossa análise na repercussão do material educativo do Escola sem Homofobia e mais adiante destacaremos como essas questões reverberaram na BNCC e na Reforma do Ensino Médio.

Parte da imprensa brasileira vinculou o nome “kit-gay”² ao material educativos que seria distribuído pelo Projeto Escola sem Homofobia apoiado pelo MEC/SECAD. O Projeto Escola sem Homofobia tem como objetivo:

contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro³.

Um dos produtos que o projeto objetivava era criar um material educativo abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes. E foi a concretização desse material que gerou inúmeras repercussões e debates calorosos acerca da sua distribuição ou não, culminando assim na suspensão da distribuição do material pela então presidenta Dilma Rousseff. Fazem parte do material um caderno, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e cartas de apresentação para o gestor e para o docente.

Estava previsto no projeto que o material estaria acompanhado de uma capacitação de técnicos da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do material junto à comunidade escolar. Contudo, o material foi estigmatizado por autoridades políticas

que trataram o material educativo como polêmico e inapropriado para os alunos do ensino médio - público alvo do projeto. A polêmica recaiu, principalmente, sobre os audiovisuais produzidos. Nos termos do projeto, os vídeos são: (1) *Boneca na mochila*: trata do drama de uma mãe que é chamada na escola de seu filho por este ter sido flagrado com uma boneca na mochila. (2) *Medo de quê?*: é um desenho animado que mostra a aflição de um garoto ao perceber que seus desejos não condizem com a expectativa de sua família e de seu melhor amigo. (3) *Torpedo*: fala sobre o início do namoro de duas meninas. (4) *Encontrando Bianca*: trata da descoberta e a busca de identidade de um travesti. (5) *Probabilidade*: fala sobre a compreensão de um menino sobre a sua bissexualidade.

Realizamos um levantamento no arquivo de notícias do primeiro semestre de 2011 publicadas na versão online da *Revista Veja*, que é vista no Brasil como uma revista alinhada, muitas vezes, a setores conservadores da política brasileira e a *Revista CartaCapital*, que pode ser considerada uma revista com postura crítica, alinhada, em alguns momentos, a esquerda política do país. As duas reportagens escolhidas para compor essa análise são “Dilma diz que discorda do kit-gay”, publicada em 26/05/2011 pelo site da revista *Veja* e “Dilma vetou ‘kit gay’ errado?”, publicada em 28/05/2011 pelo site da revista *CartaCapital*. O primeiro apontamento que pode ser feito sobre as duas reportagens é algo que já mostra uma diferença de tratamento do assunto pelas duas revistas. Em uma, kit-gay não é um termo que exige aspas, ele é incorporado ao discurso da reportagem; na outra o termo ‘kit gay’, com aspas, remete ao fato de que o termo pertence ao discurso daqueles que se opõem ao material.

A polêmica entorno do material que era direcionado a professoras e professores do ensino médio está, de acordo com a reportagem da *Veja*, expressa na fala da Presidenta Dilma Rousseff:

Dilma disse ainda que o governo não permitirá a realização de propaganda de opções sexuais, mas trabalhará no combate à descriminalização. “Não podemos interferir na vida privada das pessoas. Não haverá autorização para esse tipo de política de defesa de A, B, C ou D. Agora o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas aqueles que são diferentes de você”, afirmou.

2 A repercussão negativa foi inflada por grupos políticos ligados a vertentes conservadoras de igrejas evangélicas e da igreja católica e reverberada intensamente pela mídia empresarial. A tal ponto que se impôs uma agenda de enfrentamento às políticas públicas para a diversidade. Tal agenda culminou com o deputado e pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) no biênio 2013-2014 e foi fonte de argumentos e propaganda eleitoral para eleição do atual Presidente da República de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ).

3 Projeto acessado em http://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20091021_Seminario_1_Painel_Pathfinder_CarlosLaudari.pdf - 26 de março de 2019.

No texto da reportagem da CartaCapital a fala da Presidenta é divulgada do seguinte modo:

Ao justificar o veto, Dilma afirmou que o governo não poderia fazer “propaganda de opções sexuais”. (...) Após o episódio (de ser acusada de ter vetado o ‘kit gay’ errado), Dilma Rousseff afirmou que deve ser criada uma comissão de avaliação na Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República para qualquer material que seja produzido por ministérios “que dialoguem com questões relativas a costumes”.

“Propaganda de opções sexuais”, “vida privada das pessoas”, “questões relativas a costumes” e “você não pode exercer práticas violentas aqueles que são diferentes de você”. Essas frases atribuídas pela imprensa à Presidenta Dilma são reflexos do silenciamento e ocultamento sobre homofobia e ao mesmo tempo sugere um acordo tácito de que mesmo não se falando sobre homofobia é esperado que haja respeito a diversidade.

As falas da presidenta nos levam a imaginar que há nesses discursos uma expectativa de que as pessoas se comportem dentro da norma, nesse caso heterossexual. No entanto, a norma esperada, de gêneros dicotômicos, possibilidade restrita de viver a sexualidade, que tem como fim o intercurso sexual para a procriação, não é a única maneira de lidar com categorias sociais como gênero e sexualidade. Os modos de pensar, sentir e agir são diversos, o que traz instabilidade às categorias e problematiza a maneira de educar as crianças e os adolescentes. Gênero e sexualidade são assuntos que não passarão despercebidos no espaço escolar, seja porque uma professora está grávida, porque a irmã de alguém tem uma namorada, um menino brinca com boneca ou porque a menina resolveu jogar futebol.

A urgência social falada nos PCNs ainda é veemente. Depois de formar professoras e professores quais serão os próximos passos? A resposta que parece óbvia é: educar as crianças e adolescentes. Contudo, é essa a tensão expressa através da repercussão do material educativo do projeto Escola sem Homofobia, pois ainda se espera que se preservem os estudantes de temas tão polêmicos.

Por fim, é importante destacar que o tal objetivo de “preservar os jovens” está em franco processo. Após o veto ao material do Projeto Escola sem Homofobia seguiu-se a elaboração da BNCC iniciado em junho de 2015. A princípio, amparada na legislação vigente, a BNCC foi elaborada com caráter de embasamento e direcionamento dos conteúdos esco-

lares com o objetivo do acesso equânime de todos os estudantes ao conhecimento. Assim a Base já estava prevista.

A primeira grande perda foi justamente a retirada dos termos sexualidade e gênero. Contudo, a avaliação era de que tendo em vista o caráter original da Base não haveria prejuízos na prática, pois os conteúdos referentes a tais conceitos constam nos PCNs e, hierarquicamente, são eles a normatização do que é ensinado. Contudo, uma virada se deu com a repentina, abrupta e antidemocrática Reforma do Ensino Médio, feita por decreto pelo então presidente Michel Temer. Sem consulta à colegiados, entidades, movimentos sociais, conselhos e à sociedade em geral o presidente decretou o novo ensino médio em setembro de 2016. Um forte golpe em todo o processo educacional inaugurado nos refazimentos, como disse Darcy Ribeiro.

No tocante às questões de gênero, diversidade e sexualidade os promotores da reforma estão longe dos silenciamentos por mal-entendidos conceituais ou estratégias políticas que visam a inserção gradual de temas tidos como polêmicos. Aqui o silenciamento se dá pelo banimento. Não se trata de debates acerca da pluralidade (e suas muitas e diversas vozes) vs dicotomia (e seus silêncios e reducionismos) dos polos feminino e masculino nas políticas públicas de gênero. Agora, por uma total inversão de valor da hierarquia das normas, tentam elevar o BNCC como um “supercurrículo” que terá o caráter reformulador, de cima para baixo, dos PCNs de todo país. Sendo o BNCC amplo e norteador - com gênero e sexualidade já suprimidos - e que define apenas Matemática e Português como disciplinas de conteúdo obrigatório, o que se espera com a reformulação dos PCNs é o total silenciamento sobre gênero, sexualidade e orientação sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para a diversidade tem o intuito de propagar o respeito a diferença e promover a igualdade entre as pessoas independente de seu sexo, gênero ou de sua orientação sexual. O processo pelo qual vemos a educação básica no Brasil passar expõe o que é considerado conveniente para a educação de crianças e jovens e o que é considerado inapropriado.

Refletir sobre respeito ou sobre igualdade parece ser algo que só se torna possível quando

há um tipo de “distância de segurança” de nossas crianças em relação a temas considerados polêmicos. Temas, estes, que são considerados polêmicos por confrontarem valores morais da sociedade em que vivemos. Esses perigos e riscos que parecem vir junto com a educação para a diversidade de gênero e sexual ocorrem por haver um contínuo tratamento de temas como homossexualidade e virgindade/sexo como inadequados para crianças ou, até mesmo, adolescentes.

Embora saibamos que as referidas questões suscitam divergências morais quando debatidas em contexto escolar, entendemos que para que exista educação pela diversidade - isto é, educação para o respeito ou, no mínimo, tolerância pela diferença - é primordial que professoras e professores estejam preparados para apresentar aos estudantes muito mais do que conceitos estáveis sobre o que é certo e errado no que diz respeito ao comportamento individual, visando, assim, propagar uma educação moral para o que é certo ou para o bom comportamento.

O “bom comportamento” em foco deve ser apresentar a existência das diferenças para que os estudantes consigam compreender as diferentes formas de vivenciar o ser, o estar e o sentir em sociedade. A partir dessa compreensão, eles poderão aprender muito mais do que sobre gênero e sexualidade, mas sobre respeito e justiça social, o que estimulará o exercício da cidadania, atendando um dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96.

A formação de docentes, pessoas adultas, possui seus silenciamentos. Como pensar a educação para a diversidade para crianças e adolescentes através de pessoas adultas que recebem uma formação - voltada para pessoas adultas - repleta de ocultamentos do que é visto como vergonhoso? Como que essas mesmas pessoas - que não precisariam ser poupadas dos intoleráveis da vida - vão responder às dúvidas de crianças e adolescentes se estas questões lhe causam constrangimento?

O que propomos neste artigo é refletir sobre esses constrangimentos que carregam em si uma urgência de tolerância, de respeito e de igualdade. É importante refletir sobre quais são os reais objetivos do processo de escolarização. Caso este tenha como objetivo somente a norma, como falar sobre o que não é visto como “normal”? Se o projeto educacional do Brasil visa, na dureza da lei, criar um espaço

de debate que leve a igualdade entre os seus cidadãos é preciso pensar em formas de trazer à tona temas que compõem a vida social de todas as pessoas. A dinâmica das categorias sociais não pode ser deixada no quarto escuro das práticas escolares. Talvez, o próximo passo ideal seria lançar luz sobre a disposição real para os refazimentos da educação almejados por Darcy Ribeiro, como citado logo nas primeiras páginas deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997A.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997B.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997C.
- Dilma vetou ‘kit gay’ errado? **Revista CartaCapital** - online, 28/05/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-vetou-%E2%80%98kit-gay%E2%80%99-errado/>>. Acesso em: 02 de abril de 2013.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LIONÇO, Tatina e DINIZ, Débora (orgs.) **Homofobia e Educação: Um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: Edunb, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

MARQUES, Luciana. Dilma diz que discorda do kit-gay. **Revista Veja - online**, 26/05/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-diz-que-discorda-do-kit-gay>>. Acesso em: 02 de abril de 2013.

RIBEIRO, Darcy, 1922-1997. Resume inovações LDB: educação. In: **Grandes momentos do parlamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1999. v. 2, CD-ROM 5. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/81939>>. Acesso em: 21 de março de 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Gênero e Diversidade na escola: Formação de Professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdo: Rio de Janeiro: CEPSC, 2009.

A QUESTÃO DA IDENTIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: DIRETRIZES JUSFILOSÓFICAS PARA UM MUNDO MULTIPOLAR

THE QUESTION OF IDENTITY IN PUBLIC INTERNATIONAL LAW: JUSPHILOSOPHICAL GUIDELINES FOR A MULTIPOLAR WORLD

Lucas Leiroz de Almeida¹

¹Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESUMO

Ao longo de sua história, o Direito Internacional Público tem centralizado suas atenções no fenômeno da guerra; quando do mundo westfaliano, sob o manto da guerra legal e racional entre Estados soberanos de vontades políticas antagônicas; após a Segunda Guerra Mundial, sob o manto da proibição do *jus ad bellum* e da criação de um “Direito da Paz”. Para consagrar esta paz universal, a soberania dos Estados nacionais foi relativizada ante a criação das Nações Unidas e o advento dos Direitos Humanos. Contudo, desde 1945 ainda presenciamos guerras e conflitos armados na arena internacional. A Paz parece jamais ter saído da esfera idealista do *dever-ser*, ao passo que como ônus do universalismo jurídico, testemunhamos a hegemonização cultural do Ocidente liberal e o enfraquecimento ou desaparecimento das múltiplas identidades culturais ao redor do planeta. O objetivo do presente artigo é propor um estudo do Direito Internacional a partir da ótica da identidade, superando os seus núcleos tradicionais da guerra e da paz e ampliando seus horizontes teóricos ante o surgimento de um mundo multipolar.

Palavras-chave: Direito Internacional. Identidade. Multipolaridade. Guerra.

ABSTRACT

Throughout its history, Public International Law has focused its attention on the phenomenon of war; in the Westphalian world, under the cloak of the legal and rational war between sovereign States of antagonistic political wills; after the World War II, under the cloak of the prohibition of *jus ad bellum* and the creation of a “Law of Peace”. To consecrate this universal peace, the sovereignty of national States was relativized before the creation of the United Nations and the advent of the Human Rights. However, since 1945 we have still witnessed wars and armed conflicts in the international arena. Peace seems to have never emerged from the idealistic sphere of *must-be*, while as the burden of legal universalism we witness the cultural hegemonization of the liberal West and the weakening or disappearance of the multiple cultural identities around the planet. The aim of this paper is to propose a study of International Law from the perspective of identity, surpassing its traditional centers of war and peace and broadening its theoretical horizons before the emergence of a multipolar world.

Key-words: Public International Law. Identity. Multipolarity. War.

INTRODUÇÃO

A contraposição universo-pluriverso é de recente suscitação nos embates filosóficos e

ideológicos. A razão é bem simples: a ideia de universo é inequivocamente recente e se origina de um longo processo histórico predecessor, cujos frutos só começaram a se tornar plena-

mente visíveis no Século XX⁴.

No campo do Direito, e ainda mais especificamente no campo do Direito Internacional, os frutos da crença em um universo singular global só se consolidaram no ordenamento mundial do pós-Guerra, que extinguiu toda a estrutura plural que subsistia antes do ano de 1945.

Durante a Antiguidade e a Idade Média, as civilizações se comunicavam entre si quase sempre pelo recurso às vias hostis e militares. Os poucos tratados internacionais celebrados entre impérios, reinos e principados dessa época não devem ser levados em consideração em termos de constituição de um direito internacional - ao menos não da forma como o conhecemos nos dias atuais.

Nessa época, a guerra, quando deflagrada, assumia quase sempre um caráter de extermínio, objetivando-se a total destruição do oponente, no qual sequer eram reconhecidos atributos humanos, dada a incomunicabilidade entre as sociedades. O inimigo era o *outro*, o alienígena, sob a forma do bárbaro, infiel ou herege.

Posteriormente, com a queda da ordem medieval e a ascensão dos Estados Nacionais, este quadro mudará drasticamente. A celebração dos Tratados de Paz de 1648, que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, dá início ao ordenamento estado-cêntrico da Paz de Vestfália - o mundo vestfaliano.

A guerra assume então outro caráter, mais racional, no qual dois Estados soberanos invioláveis de oponentes vontades políticas assumem o risco do recurso ao uso da força para a resolução de suas controvérsias, havendo normas específicas que circunscrevem a prática legítima da guerra, como a diferenciação entre militar e civil, *front* e retaguarda, mobilização de guerra e produção interna, entre outros.

A decadência deste ordenamento vestfaliano se dá quando do progresso técnico da guerra e do advento de uma fase de internacionalização do capitalismo. Sua liquidação vem com as experiências de Guerra Total no Século XX, após as quais, a sociedade internacional se moveu para recriar o Direito Internacional, não mais se preocupando em circunscrever a guerra, mas em aboli-la. O Direito da Guerra é substituído pelo Direito da Paz, consolidando, assim, um

processo que começara em meados do século XIX, com a criação da Cruz Vermelha, nascimento do direito internacional humanitário e convenções de Haia⁵.

A essas três fases do Direito Internacional, o jurista alemão Carl Schmitt chamou, respectivamente, de Primeiro, Segundo e Terceiro *Nomos da Terra*⁶. O atual *Nomos* terrestre caracteriza-se pelo universalismo jurídico, deflagrado quando do advento da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um rol de direitos universais é enunciado para todos os *indivíduos*, em todos os povos, independentemente de barreiras de tempo ou espaço. A salvaguarda destes direitos é reservada a uma organização internacional de dimensões universais. A guerra se torna um crime internacional, exceto quando autorizada por esta mesma organização.

Sete décadas após a vitória das tendências universalistas no Direito Internacional, levadas a cabo sob o pretexto de assegurar a paz e abolir a guerra, o saldo da sociedade internacional é digno de nota. Guerras e conflitos armados não desapareceram da arena internacional. Pelo contrário, seus efeitos, por ora, soam até mesmo mais brutais. Durante a Guerra Fria, por pouco não testemunhamos um apocalipse nuclear. Nos dias correntes, vislumbramos a ameaça anônima do terrorismo.

Guerras, conflitos armados, violações de direitos fundamentais, genocídios e toda sorte de desgraças parecem haver se perpetuado nas relações humanas a nível internacional. Se fora este o objetivo do universalismo jurídico, o mesmo parece haver fracassado. Por outro lado, seu ônus é perceptível: a ocidentalização do planeta.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e ainda mais evidentemente após o triunfo capitalista na Guerra Fria, temos por evidente um flagrante processo de ocidentalização de todos os povos. O cientista político russo Aleksandr Dugin denota como a vitória do liberalismo coincidiu com o seu fim, vez que, deflagrada sua vitória, lograra o *status* hegemônico, com o qual já não mais necessitava inserir-se no campo do

4 Mais especificamente, após o ano de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas, e ainda mais profundamente após o fim da União Soviética e a universalização da ideologia liberal capitaneada pelos Estados Unidos da América.

5 Respectivamente, 1863 e 1899-1907.

6 SCHMITT, Carl. *El Nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del "Jus Publicum Europaeum"*. Struhart & Cia. Buenos Aires. 2005.

político⁷, estando rompida a relação fundamental do *político*, o binômio schmittiano amigo-inimigo (*Freund-FeindUnterscheidung*)⁸. Sem inimigos, o liberalismo já não tem mais razão de existir politicamente. Ele é a realidade posta, a materialidade fática de todo o mundo conhecido. Logo, a todas as partes do planeta chegam aquelas características que lhe são fundamentais: individualismo, consumo, democracia, Direitos Humanos e toda a axiologia ocidental.

O saldo não é o de uma grande democracia global, com pleno exercício das liberdades individuais, mas o desaparecimento das culturas em prol da hegemonização da cultura ocidental. Tão grande confusão entre o que é ideológico e o que é material que à ocidentalização do planeta passa a ser chamada de “globalização”. O Ocidente é o Globo.

Marchando na contramão das tendências universalistas das escolas jurídicas ocidentais, o presente artigo se propõe a analisar a questão da identidade dos povos no Direito Internacional Público, retomando os caminhos que levaram a seu esquecimento e investigando métodos para reaver o tema nas discussões científicas do Direito.

Utilizar-se-á o método hipotético dedutivo, no qual a hipótese apresentada se trata do próprio surgimento da questão identitária no Direito Internacional.

Universum e Pluriversum

O conceito de universo é intrinsecamente controverso quando levado às suas últimas consequências. A redução do todo à unidade singular possui suas origens no próprio desenvolvimento intelectual do Ocidente, tendo como ponto inicial a filosofia cristã ocidental medieval, principalmente após o surgimento da Escolástica.

Ainda mais precisamente, o surgimento do conceito de indivíduo - figura atomizada, desenraizada e desvinculada de quaisquer pertencimentos coletivos - é a base para o pensamento universalista, que em nada mais consiste do que na extensão aspecto quantitativo do individualismo. A concepção individual do homem é uma expressão da concepção singular do Ser, cujo fruto macrocósmico é o universalismo. As raí-

zes de tal escola de pensamento remontam ao Nominalismo de Ockham e, posteriormente, à Escola de Salamanca, ambos de inestimável importância para o contemporâneo entendimento jurídico ocidental⁹.

É neste sentido que o conjunto global de indivíduos atomizados somados forma o todo do universo, i.e., a massa mundial de todos os indivíduos, desprovidos de todos os seus pressupostos qualitativos. O esquecimento completo de todas as identidades em prol da massificação quantitativa global¹⁰.

Porém, cabe mencionar que a tradição jurídica ocidental pende ao universalismo. Suas bases remontam à ideia de *universum*, desde o idealismo kantiano da Paz Perpétua (2008) até os escritos jusinternacionalistas de Hans Kelsen. Justamente por isso, esses dois autores são o recorte bibliográfico que selecionamos, dentro do extenso rol de possibilidades bibliográficas neste tema, para a confecção do presente trabalho.

Kant, em *Zum ewigen Frieden*, defende um dado momento em que a sociedade internacional alcançará uma paz inabalável e perpétua, convertendo-se em um mercado comum mundial de livre circulação de pessoas e mercadorias, com o desaparecimento de todos os exércitos em uma “federação de Estados livres”¹¹.

Não é por outra razão que desde Kant a ciência jurídica tem trabalhado quase que exclusivamente no campo do dever-ser, alienando-se de quaisquer bases materiais sólidas. Os exemplos práticos dessa constatação se dão de forma ainda mais evidente no campo jusinternacionalista do após as Guerras Mundiais, com o surgimento de um ordenamento global pautado nos idealismos da manutenção da paz e da salvaguarda de direitos mínimos universais.

Teixeira (2011) chamou o clamor de Kant à paz perpétua de “profissão de fé cosmopolita”¹².

9 Ver: ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; VIEGAS, Oswaldo Estrela. *Origens do poder e da soberania no direito da modernidade: o pensamento de Guilherme de Ockham e as democracias atuais*. Revista Nomos. Dossiê temático: Cátedra Jean Monnet, v. 38 n. 2 (2018): jul./dez. 2018, pp. 713-743. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/39954> e; GONZÁLEZ, Ángel Poncela, *La escuela de Salamanca. Filosofía y Humanismo ante el mundo moderno*, Madrid: Verbum, 2015.

10 Sobre este tema, ver: DE ALMEIDA, Lucas Leiroz. *Da existência de um totalitarismo liberal-humanitário após 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5379, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64898>

11 KANT, 2008, p. 17.

12 TEIXEIRA, 2011, p.150.

7 DUGIN, Alexandr. *A Quarta Teoria Política*. Editora Austral: Curitiba-PR, 2012.

8 SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político. Teoria do Partisan*. Del Rey Ed. Belo Horizonte. 2008.

E em verdade é essa sua mais perfeita definição. Os frutos do pacifismo universalista kantiano se expressam nos mais diversos ramos da ciência, e ainda mais profundamente nas ciências jurídicas.

Este cosmopolitismo jurídico chega ao herdeiro direto de Kant, Hans Kelsen, que o tenta materializar sob a forma do positivismo, naquilo a que chamou de *Peace through Law*¹³. Fato é que o autor alemão, muito trabalhado nas ciências jurídicas de natureza constitucional, produziu uma vasta obra no campo jusinternacionalista, advogando uma espécie de *globalismo jurídico*¹⁴, que em nada pode ser definido além de uma consequência lógica e dedutível da extensão de sua obra referente ao Direito interno para o campo das relações internacionais.

Kelsen rejeita profundamente a corrente “dualista” do Direito Internacional¹⁵, justamente por não reconhecer a possibilidade de concorrência de dois ordenamentos distintos com normas fundamentais irreduzíveis entre si, enxergando, como fim último dessa construção, a caracterização do direito internacional como uma mera ordem jusnatural, desprovida do real poder normativo positivo, que estaria restrito ao âmbito interno do Estado (TEIXEIRA, 2011, p. 154).

É nesse sentido que Kelsen formula que “com a primazia do direito internacional, não é mais a norma fundamental da ordem estatal que funda a unidade do sistema de direito, mas - subindo, por assim dizer, em um degrau - a norma fundamental do direito internacional”¹⁶.

Kelsen, em suma, propõe a materialização jurídica do idealismo kantiano da paz perpétua, através do único instrumento civilizatório capaz de concretizar o apaziguamento das relações humanas: o Direito.

Nesse sentido, faz a opção pela corrente monista do direito internacional, reconhecendo uma norma fundamental comum aos Estados, acima da própria ordem estatal, à qual dá validade, estando em um grau mais elevado.

Teixeira (2011) toca em um ponto fundamental do trabalho de Kelsen, no qual o professor de Viena cai em uma contradição estrutural, que abala todo o seu pensamento jurídico: o recurso à moral e ao direito natural como fonte de justificação de seu radical monismo jusinternacionalista.

Kelsen traça um caminho em sua obra no qual põe em cheque a “pureza” jurídica de seu pensamento. Recorre a elementos metajurídicos, como a moral e a ética, para embasar a escolha decisiva entre monismo e dualismo, como ao afirmar que “a noção de direito se perfaz igualmente do ponto de vista moral: o direito se torna a organização da humanidade e se identifica dessa forma com a ideia moral suprema”¹⁷.

Teixeira (2011) então afirma:

Isto é contra elementos básicos da teoria kelseniana, como a distinção entre direito e moral, e com o conceito de norma fundamental do ordenamento jurídico. A concepção de norma fundamental como uma pressuposição lógico-transcendental, definida aprioristicamente apenas de modo formal, pois materialmente é vazia, e cuja função é fundamentar a validade objetiva de uma ordem jurídica positiva, ou seja, legitimar a forma a partir da qual o conteúdo será elaborado, não admite as referências que Kelsen faz a uma “ética universal” (conscience humaine universelle). A sua própria norma fundamental do direito internacional não determina conteúdo material a priori para a ordem internacional, sendo descabido definir que um sistema que nem sequer se encontra institucionalmente consolidado (...) possa vir a ter valores éticos e morais a nortear sua criação (TEIXEIRA, 2011, pp. 160 e 161)

Em síntese, podemos afirmar que a defesa exacerbada do monismo jurídico kelseniano, com todas as suas contradições em relação aos demais pontos da obra do mesmo autor, constitui a materialização jurídica da herança idealista e pacifista kantiana. É esse universalismo que será o motor de todo o pensamento jusinternacionalista das últimas sete décadas.

Porém, em perspectiva absolutamente adversa (ou diversa?), no começo do Século XX, um biólogo estoniano-alemão, Jakob von Uexküll 1864-1944), formulou a Teoria do *Umwelt (Umweltlehre)*¹⁸, segundo a qual cada espécie possui um “mundo próprio” (*self world*). O relacionamento entre diferentes *Umwelten* forma uma semiosfera, sendo o conjunto maior

13 KELSEN, Hans. *A paz pelo direito*. Trad. Lenita Ananias do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

14 Op. cit, TEIXEIRA, 2011, p. 152.

15 Ver: KELSEN, Hans, *Théorie du droit international public*, RCADI, tome 84, 1953-III, pp. 1-203.

16 KELSEN, Hans. *Les rapports de système entre le droit interne et le droit international public*, p.310, apud in TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. *Teoria Pluriversalista do Direito Internacional*. 1 ed. São Paulo, WMF Martins Fontes. 2011, p. 153.

17 Idem, p. 160.

18 VON UEXKÜLL, T. A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll. *Galáxia*, v. 4, n. 7, 2007.

das semiosferas o mundo (*die Welt*). Assim, o que conhecemos por *mundo* seria o pluriverso de todos os *Umwelten*.

Os limites para a biossemiótica uexkülliana não são, contudo, bem demarcados. Reconhece-se que o *Umwelt* tem por determinação um fator predominantemente simbólico, não correspondendo com exatidão ao espaço físico. Para o homem, essa espacialidade se dá sobre a terra, onde, como animal terrestre, constrói e reconhece seus símbolos¹⁹.

Mas quantos *Umwelten* podem coexistir dentro do *Umwelt* humano? Quantos universos se amontoam no grande pluriverso da humanidade? Aí se encontra o elo a ser estabelecido entre o saber naturalístico da biologia e as ciências humanas pelo conceito do mundo-próprio. Uexküll traz em sua obra a possibilidade de se pensar o pluriverso.

No campo do Direito, Carl Schmitt se preocupou com a ascensão do universalismo jurídico desde os seus primórdios, que se tornaram perceptíveis ao fim da Primeira Guerra Mundial, com o surgimento dos Estados Unidos da América enquanto potência mundial, em detrimento da velha centralidade civilizacional europeia e do *Jus Publicum Europaeum*, que, em seu ordenamento de Estados Nacionais soberanos, preservava ainda certo resquício de pluriversalismo²⁰.

19 Um biólogo alemão, Jakob Johann Uexküll (1864-1944) avançou a ideia de que cada espécie possui um mundo próprio, que lhe proporciona uma experiência particular e intransferível de seu contorno. O mundo próprio (*Umwelt*) do homem não é o mesmo que o do cachorro ou o da mosca. O mundo, latamente considerado, se compõe assim pelo conjunto desses mundos específicos, desses *Umwelten*, cada um deles portador de uma forma particular de conceder sentido ao primeiro. A partir dessa noção, Ernst Cassirer pôde caracterizar o homem como “animal simbólico”. O *Umwelt* próprio do homem não é um mundo puramente físico, mas um universo simbólico de linguagem, pensamentos, mitos, instituições, ciência, arte, etc. e -- ademais -- objetos que resultam materializações daqueles símbolos.

A partir daqui, poderíamos estabelecer a ideia nuclear de “Der Nomos der Erde”. Segundo ela, o homem está fundamentalmente vinculado ao espaço terrestre; portanto, cria e desenvolve o universo simbólico do seu *Umwelt* a partir da terra, considerada na acepção de um dos quatro elementos primordiais sobre os quais a reflexão dos antigos pensadores milesianos foi derrubada. Cada época vai modificando seu *Umwelt* de acordo com a compreensão simbólica que apresenta o planeta e o universo. Mas, antes de tudo, essa modificação é operada em alguém plantado no espaço da terra e olhado a partir dele (BANDIERI, Luís Maria. Prefácio in: SCHMITT, Carl. *El Nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del “Jus Publicum Europaeum”*. Struhart & Cia. Buenos Aires. 2005. Pp. 11-12. Tradução nossa).

20 Aqui cabe nota quanto ao caráter já previamente universalista do próprio conceito de Estado Nacional, que na prática em nada mais consiste do que na massificação quantitativo-populacional dos habitantes de um determinado espaço físico, suprimindo identidades regionais em prol do somatório universal de habitantes.

Para o jurista de Plettenberg, o *Nomos* é uma questão fundamentalmente espacial, que se sucede aos processos de tomada (*Nemein*), divisão (*Teilen*) e cultivo (*Weiden*) da terra²¹, representando os aspectos político, jurídico e econômico do assentamento territorial (*Ortung*).

As ordenações territoriais (*Raumordnung*) humanas se dão desde o começo dos tempos principal e fundamentalmente sobre a terra. É à terra que o homem toma. É a terra que o homem divide. E também é sobre ela que se cultiva. É na terra que o homem erige seus símbolos e a ela que reconhece enquanto mundo, em seu significado simbólico e circundante (*Umwelt*). O *mundo-próprio*, i.e., o espaço simbólico circundante, corresponde, portanto, à interação ser-ambiente, que, no caso do homem, se dá sobre a terra.

Este princípio telúrico ordinário, que ordena todas as relações humanas desde seu desconhecido advento, vem sendo progressivamente abalado pelas expansões marítimas, que permitem ao homem um domínio espacial descontínuo, preenchido pela fluidez dos oceanos que banham todo o planeta.

Ainda que desde a Antiguidade possamos falar em impérios que se utilizaram de alguma mentalidade expansionista marítima - talassocrática -²², é apenas com a expansão da Marinha inglesa que vislumbramos um verdadeiro abalo estrutural do *nomos* terrestre e da concepção telúrica da humanidade.

O movimento de uma atitude telúrica em direção a uma postura talassocrática, i.e., de uma mentalidade expansionista imperial terrestre para uma aquática, é o primeiro passo prático da humanidade rumo à materialização do universalismo. A razão é simples: o mar é natural e simbolicamente o elemento universal por excelência, sendo aquele que alcança toda a Terra, acima da descontinuidade dos continentes. Se o desenvolvimento do pensamento universalista, no campo teórico, já era trabalhado desde a escolástica católica medieval, apenas com os imperialistas marítimos, sua concretização material começa a ser percebida pela sociedade internacional.

21 SCHMITT, Carl. *El Nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del “Jus Publicum Europaeum”*. Struhart & Cia. Buenos Aires. 2005.

22 Vide Cartago.

O esquecimento do *Ser* e o *Evento* no pensamento de Martin Heidegger

Destacando-se como um dos maiores filósofos do Século XX, o fenomenólogo alemão Martin Heidegger (1889-1976) dedicou toda a sua carreira à investigação do *Ser* (*Sein*).

Nesse afã, Heidegger se propôs a superar a metafísica, que, segundo ele, havia, ao longo de sua trajetória, se dedicado à investigação do Ente em detrimento do *Ser*, confundindo este com suas tematizações específicas, i.e., sua coisificação no mundo²³.

Esforçando-se em uma definição do homem afastada de seus pressupostos metafísicos, Heidegger formula o conceito de *Dasein* (ser-aí). Para o autor, o *Ser* é no mundo (*in-der-Welt-Sein*), logo, sua relação se dá inevitavelmente com o *outro*, não havendo um ponto que existencialmente preceda a relação do *Ser* com os outros, de modo que o ser-aí é um ser-com (*Mitsein*).

O *Dasein* possui assim uma expressão coletiva, supra-individual, que faz parte de sua própria definição. É inconcebível a ideia de *indivíduo* em Heidegger, para quem o Homem é com o outro. Não é em vão que o filósofo alemão identifica o liberalismo como fruto daquilo que chamou de pensamento calculista (*das rechnende Denken*), que é o resultado máximo da trajetória filosófica ocidental de esquecimento do *Ser*.

Essa trajetória culmina na coroação do Nada, no nihilismo da era moderna. O Nada em Heidegger, muito trabalhado por Aleksandr Dugin²⁴, não é senão a outra face do *Ser*. É com o alcance do Nada que, ao momento do total esquecimento do *Ser*, vislumbramos a possibilidade de seu retorno.

Para Heidegger, o ser-aí está suspenso no Nada, e é através deste que se revela ao homem a estranheza do Ente, trilhando assim o caminho de lembrança do *Ser*:

Somente porque o nada está manifesto nas raízes do ser-aí pode sobrevir-nos a estranheza do ente. Somente quando a estranheza do ente nos acossa, desperta e atrai ele a admiração. Somente baseado na admiração - quer dizer, fundado na revelação do nada - surge o “porquê”. Somente porque é possível o “porquê” enquanto

tal, podemos nós perguntar, de maneira determinada, pelas razões e fundamentar. Somente porque podemos perguntar e fundamentar foi entregue à nossa existência o destino do pesquisador. (HEIDEGGER, 1983, p. 44).

Ao retorno repentino do *Ser* quando da centralidade do Nada, i.e., quando de seu total e mais perfeito esquecimento, Heidegger chamou de *Evento* (*Ereignis*)²⁵. O *Ereignis*, o acontecimento da triunfal reaparição do *Ser*, é a consumação escatológica da existência²⁶.

Quando, por fim, transportamos a filosofia heideggeriana para o escopo do presente artigo, temos por analogia à questão da perda do sentido da identidade de todos os povos e culturas ao redor do mundo, o profundo sentido do esquecimento do *Ser*, vez que, como visto, o *Dasein* é inevitavelmente *Mitsein*, sendo inconcebível a própria ideia de Homem fora de sua coletividade, seu povo (*narod, Volk*).

O *Ser* é no mundo e é com o outro. É jogado no mundo que o circunda (*Umwelt*) e impelido ao relacionamento com os outros seres e com o próprio mundo.

Algumas considerações críticas sobre a história do Direito Internacional

Anteriormente, mencionamos como Carl Schmitt trata a história do Direito Internacional, dividindo-o no registro de três *Nomoi*, a saber, o primeiro, correspondente à era pré-vestfaliana, o segundo, correspondente ao ordenamento vestfaliano, e o terceiro, marcado pelo universalismo jurídico.

A guerra é para Schmitt o núcleo do Direito Internacional. E é justamente através da guerra que se dará o choque entre as diferentes civilizações ao longo da história.

Presumivelmente, quando da vigência do

25 No destinar do destino do ser, no alcançar do tempo, mostra-se um apropriar-se transpropriar-se, do ser como presença e do tempo como âmbito aberto, no interior daquilo que lhes é próprio. Aquilo que determina a ambos, tempo e ser, o lugar que lhes é próprio, denominamos: das Ereignis.

HEIDEGGER, Martin. “Tempo e Ser” (p.267) em Conferências e escritos filosóficos; tradução, introduções e notas de Ernildo Stein. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983, apud in: E SOUZA, Elton Augusto Pinotti. A vazão (in)dizível do ser. Sobre das Ereignis em Heidegger e o gozo de Lacan. Dissertação (dissertação de Psicologia) - USP. São Paulo, p. 52, 2016.

26 Segundo Heidegger, a existência é finita. Seu último e mais alto mistério está nessa finitude. A finitude se manifesta em Ereignis. Ereignis é exatamente a factualidade da práxis.

Ereignis e escatologia. No “Holzwege”, Heidegger escreve com razão - “escatologia da existência”. Op. cit. DUGIN, 2012, p. 422.

23 Ver: *Sein und Zeit* - HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000 -, e *Was ist Metaphysik?* - HEIDEGGER, Martin. *Que é metafísica*. São Paulo - SP: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

24 DUGIN, Alexandr. *A Quarta Teoria Política*. Editora Austral: Curitiba-PR, 2012. P. 41-42.

Primeiro *Nomos*, a guerra assume um caráter essencialmente de extermínio, pelo simples fato de haver certo grau de incomunicabilidade entre as civilizações, que, isoladas umas das outras, só se reconheciam pelo binômio “nós *versus* eles”. O conceito de *humanidade* ainda não havia sido desenvolvido.

Essa incomunicabilidade, por óbvio, não sobreviveria ao próprio avanço das relações entre os povos. E pôde resistir ainda menos com os rumos tomados pela Europa, especialmente em sua parte ocidental.

É ainda na Idade Média ocidental que a centralidade civilizacional europeia começa a desenvolver-se em plenitude. O fim do Império Romano do Ocidente dá início a um novo ordenamento cuja espacialidade está fragmentada nas diversas comunidades europeias, unidas pela espiritualidade cristã.

Isolada do Império Romano do Oriente e fé cristã ortodoxa dos gregos bizantinos, a camada ocidental da Europa trilha seus próprios rumos naquilo a que Schmitt denomina *Respublica Christiana*, consistindo no ordenamento das comunidades políticas europeias sob a *auctoritas spiritualis* do Papa de Roma²⁷.

O Bispo romano tem então a autoridade de determinar o inimigo e declarar a guerra - esta que, por sua vez, assume definitivamente um caráter total, direcionada ao inimigo que, para além da máscara do bárbaro, do estrangeiro, dota-se do título do infiel ou herege, completamente alheio à civilização espiritual europeia.

Não é segredo que este ordenamento político-espacial começou a ser abalado pelos adventos culturais e civilizatórios da Europa de então. A decadência da ordem medieval significou a abertura de espaço para o surgimento dos Estados Nacionais, que pouco a pouco foram assumindo papel central nas relações políticas europeias em detrimento da Igreja Católica.

A completa ruptura da Europa com sua velha ordem se dá quando da Paz de Vestália, em 1648, que soterra um ordenamento que já progressivamente desaparecia das relações públicas europeias lentamente havia centenas de anos.

A mudança na estrutura espacial da Europa significou essencialmente uma mudança no modo de se ver e praticar a guerra.

Com um ordenamento caracterizado pela centralidade de instituições políticas que governam sobre determinados pedaços de terra demarcados por linhas artificiais que cortam e dividem o espaço físico europeu, as relações entre as comunidades europeias se transfiguram de um cenário de relações “domésticas” dentro de uma grande *Respublica Christiana* para um de relações internacionais entre diferentes Estados soberanos e invioláveis.

A guerra entre estes Estados, por óbvio, não poderia ser uma de extermínio, como aquelas que caracterizaram e, cabe dizer, puseram fim à ordem medieval. É então que a prática bélica é circunscrita pelo novo *Jus Publicum Europaeum*, que passa a tratá-la como uma prática legal entre Estados independente de oponíveis vontades políticas que soberanamente optam pela resolução de suas controvérsias através do recurso à violência. Violência essa que é rigorosamente demarcada por um “código cavaleiresco” comum, com conceitos fortemente definidos, como os de *front* e *retaguarda*, combatente e civil, entre outros.

O novo e atual *Nomos* da Terra surge da dissolução do sistema pluriestatal vestfaliano. A decadência deste ordenamento jurídico centralizado na Europa se dá justamente quando da decadência desta centralidade civilizacional, cuja tumba definitiva fora o surgimento da Guerra Total (*der Totale Krieg*)²⁸.

O escritor alemão Ernst Jünger (1895-1998), descrevendo suas experiências em campo de batalha, chamou à Primeira Grande Guerra “Tempestades de Aço”²⁹. É dele também a descrição daquilo a que chamou de “Mobilização Total”³⁰ (*Die Totale Mobilmachung*), que, em linhas gerais, define com maestria o fenômeno da Guerra Total.

A Guerra em sua forma contemporânea se caracteriza pelo protagonismo da técnica em detrimento da figura do homem. A técnica desumaniza o combate e aniquila a possibilidade de qualquer código de conduta como aquele que perdurara ao longo do vigor do sistema vestfaliano. O objetivo do combate é trasladado da

27 SCHMITT, Carl. *El Nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del “Jus Publicum Europaeum”*. Buenos Aires. 2005. Struhart & Cia. p. 36-48.

28 Ver: GUERRA, Sidney, & DE ALMEIDA, Lucas Leiroz. (2019). GUERRA TOTAL E A ORDEM JURIDICA INTERNACIONAL. *Revista Direito Em Debate*, 28(51), 153-164. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2019.51.153-164>.

29 JÜNGER, Ernst. *Tempestades de aço*. Tradução e notas Marcelo Backes. 1. edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

30 JÜNGER, Ernst. *A mobilização total*. Trad. e notas de Vicente Sampaio. *Natureza Humana*, v.4, n.1, jan./jun. 2002, p. 189-216.

objetividade de submissão política do oponente para a sua total aniquilação, vez que, com o protagonismo técnico, não mais cabe plenamente ao homem, enquanto operador da guerra, a decisão pessoal e estratégica pelo ato de matar, mas à máquina, que, posta em ação, anônima e impessoalmente, aniquila massiva e indistintamente tudo o que se refere ao inimigo.

As duas Guerras Mundiais testemunharam as tentativas fundamentais da sociedade internacional de superar a ordem jurídica internacional que então se mostrava obsoleta. Com o fim da Primeira Grande Guerra, vislumbramos o advento da Sociedade das Nações - ou Liga das Nações -, a primeira organização internacional de caráter universal, criada com o objetivo de evitar a repetição de um evento de teor bélico da mesma magnitude daquele que durara entre 1914 e 1918.

Um fato fundamental e que sem dúvidas contribuiu para o fracasso da Liga das Nações foi a não aderência dos Estados Unidos da América. A nação americana fora a mais beneficiada com o saldo final da Guerra, vez que sua intervenção se mostrou tardia e definitiva, em meio ao cenário de uma Europa devastada, tendo preservado de forma intacta o seu território do conflito e enfrentando inimigos já desgastados de anos de combates incessantes.

A Europa perdera sua dimensão civilizatória de *centrum mundi*, emergindo os Estados Unidos como potência econômica, política e militar no cenário mundial. Este fora, por certo, o motivo da arrogância americana em rejeitar participar da recém-criada instituição internacional com objetivo de garantir a paz mundial.

A fraqueza da Liga das Nações em pouco tempo se tornaria evidente. A expansão soviética, o avanço dos fascismos ultranacionalistas, além de muitas outras circunstâncias de então - como o vigor do abusivo Tratado de Versalhes -, proporcionaram o estopim da Segunda Guerra Mundial, ainda mais arrasadora do que o conflito que lhe antecederam.

A Segunda Grande Guerra concluiu por fim as atenções da sociedade internacional para com a necessidade de se superar o modelo da soberania irrestrita dos Estados Nacionais, devido, fundamentalmente, ao fato de inúmeras barbáries terem sido perpetradas pelos Estados beligerantes de forma estritamente legal, i.e., sem quaisquer vedações legais em seus ordenamentos jurídicos internos.

O resultado deste “despertar universal de consciência” fora o advento das Nações Unidas

e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém, é fato incontroverso que este sistema internacional de viés *pacifista* e *humanitarista* não seria passível de consolidação sem prévio uso significativo da força. Para isso, em paralelo à reorganização política e jurídica do pós-Guerra, as nações - e aqui se entenda pelas Nações Aliadas vencedoras - sentiram a necessidade de punir os derrotados, que foram considerados culpados pelo conflito.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha já havia sido punida de forma extremamente dura pelos Vencedores, quando da ocasião do Tratado de Versalhes, que impôs aos alemães penas abusivas e humilhantes³¹. Como se sabe, o que se seguiu à Primeira Guerra não foi uma paz universal, mas um novo e ainda pior conflito. Porém, a sociedade internacional não demonstrou ter aprendido com seus erros, insistindo no viés punitivo e vingativo dos vencedores contra os vencidos.

No caso do pós-Segunda Guerra, esta justiça dos Vencedores se deu através dos Tribunais de Exceção de Nuremberg e Tóquio, nos quais juízes-acusadores Aliados selecionaram, julgaram e condenaram determinado número de criminosos de Guerra alemães e japoneses. O grande problema da questão não reside, contudo, neste fato, mas no de não haver até então qualquer previsão legal para a tipificação dos atos perpetrados pelo Eixo como crimes de guerra, por mais bárbaros que fossem tais atos.

Em razão desta inexistência de previsão legal, foi elaborada uma interpretação extensiva e analógica das Convenções da Haia, que evocavam a resolução pacífica das controvérsias internacionais. Outro recurso legal utilizado foi o Pacto de Kellog-Briand (1928), que enunciava o “crime contra a paz” em sua tentativa de renúncia completa à prática da guerra. Contudo, estas previsões não eram suficientes para embasar a instituição de um tribunal internacional

31 Diferentemente do que acontecia quando da celebração de Conferências de Paz, o Tratado de Versalhes não estabeleceu o encontro entre vencedores e vencidos, haja vista que os Estados derrotados não participaram da referida Conferência, caracterizando a “paz dos vencedores”. A paz estabelecida com o Tratado de Versalhes, como se pode evidenciar, ocorreu com os países que venceram a guerra, excluindo-se então os derrotados. Levando-se em consideração que eles não foram convocados para participar como signatários do referido tratado, infere-se que foram deixados resquícios para futuros conflitos, tendo em vista ter ficado enraizado, no coração dos derrotados, a fumaça do ódio, da revolta e do repúdio. GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 5 ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010. p. 360)

de exceção.

Na prática, estes Tribunais militares internacionais criaram a própria lei que puseram em prática. Em outras palavras, em prol de um suposto bem-maior, violaram princípios elementares de justiça³². O que se sucedeu a isto foi um modelo jusinternacionalista guiado pelo medo e pela imposição dos Vencedores. De certa forma, como notado por juristas como Antonio Casesse (2005) e Danilo Zolo (2007), todo o Direito Internacional que se sucedeu a estes Tribunais funcionou e tem funcionado como uma repetição de seu modelo impositivo e vertical, no qual os vencedores de determinado conflito impõem suas regras sobre aqueles que foram derrotados³³.

Contudo, retomando o mérito inicial da análise, o Direito Internacional, que, quando do modelo vestfaliano, consistia em um Direito da Guerra, se torna um Direito da Paz. A guerra e o direito a se fazer guerra - *jus ad bellum* - passam a ser considerados crimes no sistema internacional, com exceção das hipóteses de legítima defesa individual ou coletiva e de autorização do Conselho de Segurança, previstas na Carta das Nações Unidas.

É evidente, porém, que as guerras não desapareceram e que seguem a constituir ferreamentas de resolução de controvérsias internacionais, não importando materialmente seu *status* legal. A guerra ainda faz parte da sociedade internacional. No campo prático, a sua vedação jurídica não saiu da esfera do formal e idealista do *dever-ser*.

Mas, sem dúvidas, mudanças foram testemunhadas após 1945. Contemplamos de fato um novo mundo, repleto de mudanças estruturais, ainda que a abolição material da guerra não figure entre suas inovações.

A ordem internacional flexibiliza seu teor estado-cêntrico em prol de uma gradativa inserção do *indivíduo* no Direito Internacional. Com o fulcro de tal façanha, foi necessária a vitória definitiva de uma cosmovisão (*Weltanschauung*) estritamente ocidental e, ainda mais especificamente, ideologicamente liberal.

Esta ocidentalização mundial, quando livre de seu último inimigo - i.e., depois de

derrotado o comunismo soviético -, adquiriu caráter hegemônico, de modo a sequer caracterizar-se enquanto *ocidentalização*, mas como *globalização*.

O esquecimento da identidade no Direito Internacional

Vimos que para Heidegger a história da filosofia é a história do esquecimento do Ser. Em analogia, consideramos que a história do Direito Internacional é a história do esquecimento da identidade, sendo esta aqui tomada como substância da dimensão coletiva do Homem, o *Mitsein*.

Antes da divisão espacial em fronteiras artificiais pelo ordenamento dos Estados Nacionais, quando ainda do vigor do Primeiro *Nomos* da Terra, as civilizações humanas existiam de forma relativamente isolada, com falha comunicabilidade e ausência de um conceito universal de humanidade. Estas civilizações, enquanto civilizações, permaneciam em um estado ôntico ou pré-ontológico, i.e., não se identificavam enquanto tais, enquanto o próprio mundo conhecido.

Progressivamente, este estado civilizacional mudará. A fragmentação da espacialidade europeia em Estados Nacionais representará o primeiro estágio dessa mudança, com a aniquilação das múltiplas identidades regionais em prol de um todo populacional quantitativo - a massa sob a égide do poder central.

Sem dúvidas, a substituição da incomunicabilidade civilizacional pelos Estados soberanos - e, ainda mais especialmente, pela centralidade civilizacional da Europa, onde surgiram as primeiras instituições estatais - representou uma queda do poder de preservação do pluriverso identitário das relações entre os povos. Contudo, esta dimensão subsistia.

É somente com a aniquilação do ordenamento vestfaliano que testemunhamos o derradeiro desaparecimento da dimensão identitária nas relações internacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, todo o mundo conhecido foi reordenado espacial e politicamente, de modo a ficar dividido em dois grandes blocos estritamente ideológicos - o mundo yaltiano³⁴.

De forma ainda mais profunda, o fim do mo-

32 Como os princípios da legalidade e do direito ao contraditório e à ampla defesa.

33 Sobre o tema, ver: ZOLO, Danilo. *La Justicia de los Vencedores: de Nuremberg a Bagdad*. Madrid. Ed. Trotta. 2007. E; CASSESE, Antonio. *Il Processo a Sadam e i Nobili Fini della Giustizia*. Em *La Repubblica*, 19 de outubro de 2005.

34 Em referência à Conferência de Yalta (1945).

delo de Yalta não representou um ressurgimento valorativo das identidades dos povos no cenário internacional, senão que o desaparecimento de seus últimos vestígios, à guisa da unipolarização geopolítica e da hegemonização do pensamento liberal ocidental.

O fenômeno da globalização, que, como já vimos, em nada mais consiste do que na ocidentalização plena e sem adversários - motivo pelo qual se confunde com o conceito de *normalidade* -, trouxe consigo a possibilidade material da utopia kantiana de um mundo de livre circulação de pessoas e mercadorias.

Chegamos ao que Francis Fukuyama chamou de *O fim da história e o último homem* (2005)³⁵, a consolidação do liberalismo como único modelo político e econômico possível, viável e real, e do indivíduo como única percepção concebível do Homem. Chegamos, por fim, ao Nada heideggeriano, ao completo esquecimento do Ser, que no plano das relações internacionais se expressa como o completo aniquilamento das identidades dos povos e a coroação do indivíduo como único agente histórico.

O Ereignis e o horizonte de possibilidades da identidade no Direito Internacional

Quando aqui falamos em *identidade* não estamos utilizando a linguagem política corriqueira dos movimentos sociais. Trabalhamos, todavia, com o conceito referido por Alberto Buela (2015) quando enuncia que a identidade deve ser buscada na explicitação da relação dialética com o outro, evitando cair na colonização cultural, hoje entendida como americanização pelos europeus³⁶.

Discorremos aqui, portanto, sobre o processo de americanização de todo o mundo conhecido; de aniquilação dos distintos *Umwelten* humanos em prol de um pretenso conceito de *universum*. Abordamos, em suma, o tema do fim

da profunda *diferença*³⁷ entre os homens, que compõe o elemento substancial da diversidade dos povos, que não pode jamais ser negligenciado nas ciências humanas.

Como vimos, a sociedade internacional contemporânea coroou o Nada em detrimento do Ser. Aniquilou os *Umwelten* humanos em prol do *one World*. A hegemonia liberal ocidental levou à completa alienação dos povos de suas próprias identidades em prol do idealismo universalista da paz mundial e perpétua.

Mas a linearidade histórica mais uma vez se mostra frágil e vislumbramos sinais de mais uma reviravolta. O crescimento avassalador da China, o advento da era Putin na Rússia e mais uma série de questões contemporâneas do cenário internacional trazem à tona a possibilidade de surgimento de um mundo multipolar³⁸.

O Direito não é e não pode ser monolítico ante os movimentos da história. E neste afã surge a necessidade de se pensar as possibilidades de um Direito Internacional para um mundo policêntrico, onde, como se espera, a diversidade dos povos seja realçada em detrimento da monocultura universal.

Juristas como Onuma (2010) e Teixeira (2011)³⁹, pensando o Direito Internacional, respectivamente, desde uma perspectiva transcivilizacional e desde a Teoria dos Grandes Espaços

37 Os homens são iguais em dignidade, mas naturalmente desiguais por estarem dotados de diferentes talentos e características. Isto foi tratado pela filosofia desde sempre apelando à noção de analogia que foi definida como parte idem, parte diversa.

Se colocamos a ênfase na igualdade caímos no igualitarismo, que é uma das tantas construções ideológicas da modernidade e se colocamos a ênfase na desigualdade, caímos em um nominalismo como o de Ockam, que nos leva ao erro do univocismo. (...)

A desigualdade, ou melhor, as desigualdades culturais são a raiz da diferença, e esta diferença é a que nos faz ser "si mesmo", a que nos dá a identidade de ser e existir no mundo. Tanto a título individual ou como nações que, como afirma o grande professor espanhol Dalmacio Negro Pavón, são a melhor e mais sã invenção política da modernidade. Quando a querida Bolívia nos fala de um Estado plurinacional com 36 nações (...) produz um sem sentido, um desatino. (Ibidem)

38 Ver: SIMONIA N.A., TORKUNOV A.V. *New World Order: from Bipolarity to Multipolarity*. - Polis. Political Studies. 2015. No 3. P. 27-37 (In Russ.) DOI: <https://doi.org/10.17976/jpps/2015.03.03>, e; DUGIN, Alexandr. *Geopolítica do Mundo Multipolar*. Editora Austral: Curitiba-PR, 2012.

39 Ver: ONUMA, Yasuaki. *A Transcivilizational Perspective on International Law*. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff, 2010, e; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. *Teoria Pluriversalista do Direito Internacional*. 1 ed. São Paulo, WMF. Martins Fontes. 2011.

35 FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. 1 ed. Rocco. 2005.

36 BUELA, Alberto. El sentido profundo de la identidad. Palestra proferida em Congresso em Guadalajara, México. 2015. (23m24s). Disponível em: <https://youtu.be/rsQUxX3PQuU>. Acesso em: 4 de julho de 2019.

de Carl Schmitt⁴⁰, têm apresentado propostas para uma renovação do pensamento jurídico que atenda às demandas da sociedade internacional nascitura.

Esse testemunho nos mostra que não estamos isolados em nossas percepções. Contudo, talvez o estejamos em nossa propositura. Enxergamos o momento atual - i.e., o de transição de um mundo unipolar para um mundo multipolar - como o *Ereignis* de Martin Heidegger; como a possibilidade do ressurgimento repentino do Ser, de sua redescoberta, que, no plano do Direito Internacional e das Relações Internacionais, se expressará na redescoberta da identidade enquanto elemento significante da interação entre os povos.

Devemos pensar, ao momento do surgimento de um mundo multipolar - ao *Ereignis* - a possibilidade e a forma de um pensamento jusinternacionalista que, tanto em sua construção teórica como em sua práxis, leve em consideração as múltiplas identidades e cosmovisões dos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao grande momento da história humana, esperado e prenunciado por tantos pensadores ao longo dos séculos.

Talvez o mundo jamais tenha alcançado tamanho progresso em direção à paz e à boa relação entre os povos. Mas este progresso parece ter se restringido à esfera da formalidade e ao idealismo do dever-ser.

Seus reflexos materiais, em contrapartida, provêm apenas de seu ônus: o enfraquecimento do poder profundo das identidades e o seu desaparecimento das relações humanas em escala internacional.

Remontando ao campo da filosofia, tratamos o atual pensamento jurídico como o resultado do longo processo de desenvolvimento da gnosiologia ocidental. O Direito contemporâneo reflete, assim como toda a filosofia ocidental, o esquecimento do Ser. E no campo do Direito Internacional esse reflexo se dá no esquecimento da identidade como expressão da mutilação da dimensão coletiva do *Dasein*, o *Mitsein*.

Remontamos também ao conceito de Jakob von Uexküll de *Umwelt* com o fulcro de tratar do tema da diversidade humana como uma pluralidade de mundos-próprios - *Umwelten* - especificamente relativos à realidade de cada povo ou civilização. Compreendemos o mundo - em sentido lato - como a esfera macrocósmica da relação entre múltiplos mundos.

Também nos reportamos à obra de Carl Schmitt para compreender a questão do *Nomos* da Terra e de nosso movimento em direção ao Quarto *Nomos*, cuja forma e expressão prática ainda nos são estranhas e carecem de futuros desenvolvimentos teóricos.

Por fim, concluímos que o momento que presenciamos, com o surgimento gradativo de uma ordem geopolítica multipolar, é passível de uma interpretação jusfilosófica a partir do *Ereignis* de Martin Heidegger, ou o ressurgimento do Ser a partir de sua face oposta, o Nada.

Aos trabalhos que a este se sucederão caberão o desenvolvimento da tese aqui apresentada e o estudo da possibilidade de construção de um verdadeiro *Daseinrecht*, que, no centro de sua visão jusfilosófica, leve em consideração os interesses do Ser, tomado em sua dimensão coletiva, o povo.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; VIEGAS, Oswaldo Estrela. Origens do poder e da soberania no direito da modernidade: o pensamento de Guilherme de Ockham e as democracias atuais. *Revista Nomos*. Dossiê temático: Cátedra Jean Monnet, v. 38 n. 2 (2018): jul./dez. 2018, pp. 713-743. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/39954>. Acesso em: 5 de Agosto de 2019.

BUELA, Alberto. *El sentido profundo de la identidad*. Palestra proferida em Congresso em Guadalajara, México. 2015. (23m24s). Disponível em: <https://youtu.be/rsQUxX3PQuU>. Acesso em: 4 de julho de 2019.

CASSESE, Antonio. *Il Processo a Sadam e i Nobili Fini della Giustizia*. Em *La Repubblica*, 19 de outubro de 2005.

DE ALMEIDA, Lucas Leiroz. Da existência de um totalitarismo liberal-humanitário após 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862,

40 SCHMITT, Carl. *Völkerrechtliche Grossraumordnung mit Interventionsverbot für Raumpfremde Mächte & Ein Beitrag zum Reichsbegriff im Völkerrecht*. Berlin: Deutscher Rechtsverlag, 1941, trad. It. *Il concetto d'Impero nel diritto Internazionale. Ordinamento dei grandi spazi con esclusione delle potenze straniere*. Roma: Settimo Sigillo, 1996.

Teresina, ano 23, n. 5379, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64898>. Acesso em 01 de Agosto de 2019.

DUGIN, Alexandr. **A Quarta Teoria Política**. Editora Austral: Curitiba-PR, 2012.

E SOUZA, Elton Augusto Pinotti. **A vazão (in)dividível do ser. Sobre das Ereignis em Heidegger e o gozo de Lacan**. Dissertação (dissertação de Psicologia) - USP. São Paulo, 2016.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. 1 ed. Rocco. 2005.

GONZÁLEZ, Ángel Poncela, *La escuela de Salamanca. Filosofía y Humanismo ante el mundo moderno*, Madrid: Verbum, 2015.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 5 ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

GUERRA, Sidney; DE ALMEIDA, Lucas Leiroz. (2019). Guerra Total E A Ordem Jurídica Internacional. **Revista Direito Em Debate**, 28(51), 153-164. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2019.51.153-164>.

HEIDEGGER, Martin. **Que é metafísica**. São Paulo - SP: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Ser e tempo**. Petrópolis - RJ: Vozes, 200.

_____. **Tempo e Ser” (p.267) em Conferências e escritos filosóficos**; tradução, introduções e notas de Ernildo Stein. São Paulo, SP. Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. (2008), *À Paz Perpétua*. Porto Alegre, Editora L&PM.

KELSEN, Hans. **A paz pelo direito**. Trad. Lenita Ananias do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

_____. **“Théorie du droit international public”**, RCADI, tome 84, 1953-III, pp. 1-203.

JÜNGER, Ernst. A mobilização total. Trad. e notas de Vicente Sampaio. **Natureza Humana**, v.4, n.1, jan./jun. 2002, p. 189-216. Disponível em . Último acesso em 5 de abril de 2018.

_____. **Tempestades de aço**. Tradução e notas Marcelo Backes. 1. edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify , 2013.

ONUMA, Yasuaki. **A Transcivilizational Perspective on International Law**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff, 2010.

SCHMITT, Carl. **El Nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del “Jus Publicum Europaeum”**. Struhart & Cia. Buenos Aires. 2005.

_____. **O Conceito do Político. Teoria do Partisan**. Del Rey Ed. Belo Horizonte. 2008.

_____. **Völkerrechtliche Grossraumordnung mit Interventionsverbot für Raumbremde Mächte: Ein Beitrag zum Reichsbegriff im Völkerrecht**. Berlin: Deutscher Rechtsverlag, 1941, trad. It. Il concetto d’Impero nel diritto Internazionale. Ordine dei grandi spazi con esclusione delle potenze estranee. Roma: Settimo Sigillo, 1996.

Simonia N.A., Torkunov A.V. **New World Order: from Bipolarity to Multipolarity**. - Polis. Political Studies. 2015. No 3. P. 27-37 (In Russ.) DOI: <https://doi.org/10.17976/jpps/2015.03.03>, e; DUGIN, Alexandr. **Geopolítica do Mundo Multipolar**. Editora Austral: Curitiba-PR, 2012.

VON UEXKÜLL, T. **A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll**. Galáxia, v. 4, n. 7, 2007.

ZOLO, Danilo. **La Justicia de los Vencedores: de Nuremberg a Bagdad**. Madrid. Ed. Trotta. 2007.

DISCIPLINA DE INICIAÇÃO A ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE (IAPS) I: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PRIMARY HEALTH CARE (IAPS) I: EXPERIENCE REPORT

João Pedro Brant Rocha¹¹Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

RESUMO

O objetivo proposto para o relato de experiência foi descrever a percepção do autor na disciplina Iniciação a Atenção Primária a Saúde (IAPS) I, considerando às vivências e os conhecimentos adquiridos durante o semestre letivo. Trata-se de um relato de experiência, realizado em uma Unidade Básica de Saúde situada na zona leste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. As Unidades Básicas de Saúde são consideradas como uma oportunidade de educação permanente, fazendo parte da formação acadêmica/profissional do aluno de graduação do curso de medicina na Universidade Federal De minas Gerais (UFMG). A vivência prática, durante o semestre letivo oportunizou o autor do relato observar a diversidade de cenários que abrangem a Atenção Primária em Saúde, aproximando-o do sistema único de saúde (SUS), além de sensibilizar para uma atuação profissional mais humanizada.

Palavras-chave: Atenção Primária a Saúde. Relato de Experiência.

ABSTRACT

The objective of the experience report was to describe the author's perception in the subject Initiation to Primary Health Care (IAPS) I, considering the experiences and knowledge acquired during the semester. This is an experience report, conducted in a Basic Health Unit located in the eastern part of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The Basic Health Units are considered as an opportunity for continuing education, being part of the academic / professional education of the undergraduate student of the medical course at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The practical experience during the semester enabled the author of the report to observe the diversity of scenarios that encompass Primary Health Care, bringing it closer to the single health system (SUS), as well as raising awareness of a more humane professional practice.

Keywords: Primary Health Care. Experience Report.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de saúde (SUS) instituído pela Constituição Federal de 1988, determina que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Nos seus 25 anos de existência, o SUS possibilitou um importante aumento do acesso aos cuidados de saúde para a população brasileira ^(PAIM et al., 2011), entretanto, milhares de pessoas ainda enfren-

tam sérias dificuldades de acesso a serviços públicos de saúde no Brasil (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

O governo brasileiro, nos últimos anos, tem desenvolvido uma série de ações visando à reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma a priorizar a Atenção Básica, há enfrentar as dificuldades no do desenvolvimento das suas ações, uma vez que é considerada a como a porta de entrada preferencial do SUS (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Em 2013, o Conselho Nacional de Educação iniciou esforço conjunto

com associações de ensino, o Conselho Nacional de Saúde, o Ministério da Saúde e outros, para a revisão das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de medicina, que, entre muitas medidas, assegura que as atividades da graduação sejam desenvolvidas em serviços de atenção primária a saúde (PÓVOA; ANDRADE, 2006). Adicionado a esse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em saúde têm reforçado que a formação dos acadêmicos deve contemplar as necessidades do SUS, através da atuação em equipe e atenção integral (ALMEIDA, 2003).

A partir dessa nova visão, o curso de medicina da universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através das DCN redefiniram o novo perfil do egresso do curso de Medicina como o médico com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (PEREIRA *et al.*, 2015).

Emerge então, o novo currículo do curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), implementado a partir de 2014, no que se refere a Atenção Primária a Saúde (APS), para o enfrentamento dos desafios de consolidação da integralidade na atenção à saúde, com a compreensão da importância dessa, inseriram os alunos da graduação na rede SUS desde o início de sua formação, através da disciplina IPAS I (PEREIRA *et al.*, 2015). A ênfase na APS possibilita a compreensão do processo de adoecimento para além das causas biológicas, entendendo os determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, o objetivo proposto do relato de experiência foi descrever a percepção do autor na disciplina IAPS I, considerando às vivências e os conhecimentos adquiridos, durante o semestre letivo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este presente estudo surgiu a partir da disciplina IAPS I, que é pré-requisito para a graduação em medicina pela Faculdade de Medicina da

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte encontra-se na região centro sul do estado de Minas Gerais, sendo a capital e maior cidade deste. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a metrópole abriga uma população de cerca de 2.375.151 de habitantes.

O cenário de estudo que serviu de palco para a construção desse relato foi uma Unidade de Saúde da Família no município de Belo Horizonte - MG, nomeada de Carlos Chagas, durante o segundo semestre do ano de 2018.

O sujeito da pesquisa foi o próprio autor, deixando suas impressões por meio das vivências obtidas durante o semestre letivo. Para a realização do estudo os dados foram editados pelo relator através da experiência adquirida quando do acompanhamento dos profissionais ali atuantes em suas mais diversas funções, além das aulas teóricas ministradas pelo professor da disciplina já citada.

A disciplina iniciou-se no dia 8 de agosto de 2018, e a vivência acadêmica se deu ao longo de todo o semestre, com encontros semanais na Unidade Básica de Saúde (UBS) durante o período da manhã. Os temas abordados durante o semestre referiram a: função da atenção primária, divisão e trabalho na ESF; hierarquia do sistema de saúde; a função desempenhada pelos profissionais em cada um dos setores das atenções. Os alunos foram divididos em duplas e trios que, durante o horário, revezavam-se para acompanhar os setores de trabalho na referida unidade.

O acompanhamento era, a priori, instruído pelo professor durante uma primeira parte teórica da aula. Então, os alunos eram direcionados a seus postos e aguardavam os profissionais de cada área para aprender de modo mais profundo e prático a responsabilidade e o papel que cada seção da atenção primária desempenha no atendimento holístico a um paciente. De setores, como recepção e gerência a serviços odontológicos e médicos, todos foram visitados, com especial atenção aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que, em trabalho de campo e busca ativa, em muito colaboram para a territorialização e para o acesso de primeiro contato da população.

As atividades desenvolvidas eram acompanhadas e ressignificadas semanalmente e ao final de cada vivência no campo, por meio de diálogos e debates entre discentes e preceptor/docente, e, em alguns momentos, com os profissionais dos serviços de saúde. Ademais, foram registrados relatos semanais e resenhas de referências

bibliográficas que apoiam a prática da APS. A avaliação processual foi realizada por meio da produção de um vídeo, que retratou o cotidiano de trabalho vivenciado pelos docentes.

Descrição da Unidade de pesquisa

A composição mínima de equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) é de um médico da família, um enfermeiro, de um a dois auxiliares/técnicos de enfermagem, de 5 a 6 agentes comunitários de saúde (ACS). Esse contingente visa amparar uma média de 600 a 1000 famílias ou de 3 a 4 mil pessoas por equipe. Juntos, buscam garantir os atributos essenciais da APS, como acesso de primeiro contato, longitudinalidade, coordenação de cuidado e integralidade, além dos tributos derivados, como orientações familiar e comunitária e competência cultural (BRASIL, 2017).

Nessa APS, a composição dos atores, eram de 03 médicos, 04 enfermeiros, 02 CD, 20 agentes comunitários. Atende em média 200 pacientes por dia, e apresenta em funcionamento desde ano de 2014, em co-participação com a UFMG. Os alunos do curso de medicina, permanecem nessa estratégia durante os três semestres letivos do curso de graduação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O período de aprendizado e convivência durante o semestre viabilizou, de modo efetivo, a internalização de conceitos abordados pelo docente. Inicialmente foi nos apresentado a composição dos responsáveis pelo andamento das UBS, e indo de encontro ao proposto pela Portaria 648/GM de 28 de março de 2006 que instituiu a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), revisada nos anos de 2011 e 2017 (BRASIL, 2012; BRASIL, 2017), as equipes de saúde da família devem ser composta por: médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo acrescentar a sua composição o cirurgião-dentista (CD), o assistente de saúde bucal, o técnico de saúde bucal e o agente de controle de endemias (BRASIL, 2017). No decorrer do estágio foi percebido como o do processo de divisão e sistematização das redes de atenção à saúde no Brasil e sua repercussão para o combate às enfermidades, se fazem necessárias, e pode impactar positivamente na melhora da qualidade de vida da população assistida e evidencia a importância

estratégica do desenvolvimento desse modelo de atenção à saúde no Brasil (ARANTES; SHIMIZU; MERCHÁN-HAMANN, 2016).

Segundo o Ministério da Saúde (2017), a APS deve ser a porta de entrada do sistema; o local responsável pela organização do cuidado, onde cerca de 85% das necessidades em saúde são sanadas. Lócus de realização de ações de promoção da saúde, preventivas e curativas, sempre de forma integrada. Trabalha com todo o contexto de vida do paciente, com a ampla gama de necessidades dos indivíduos e suas comunidades. Isso foi percebido, ao longo do período, nos diferentes setores da estratégia, seja na vacinação, na farmácia, dentro do consultório médico e odontológico, ficando evidente a contribuição desse serviço na vida da comunidade que é assistida. As demandas populacionais são, sempre, divididas entre as esferas, de modo a otimizar o trabalho dos atores que compõe o quadro da atenção primária.

Diferentemente da atenção secundária ou terciária, atenção primária dedica-se aos problemas de saúde mais frequentes de determinada comunidade, em fases iniciais e menos complexos. Valoriza a longitudinalidade do cuidado e o vínculo da equipe com o paciente, firmando uma parceria com a saúde do acolhido. Isso foi observado ao longo do semestre, visto que a população retorna sempre ESF, buscando assistência a saúde, trazendo para a unidade desde problemas mais simples, como a verificação do cartão de vacinas, até os mais complexos como um paciente com dor abdominal aguda que precisa ser direcionado para a assistência secundária e ou terciária.

Dentre os aspectos que chamou-me atenção é que, a população assistida tem na ESF, uma segurança para o cuidar da sua saúde e da sua família, considerando importante todos os atores envolvidos no processo. Esse aspecto foi observado diante da conduta da população que valoriza desde agente comunitário de saúde, que é o primeiro contato, responsável por fazer busca ativa na comunidade (BRASIL, 1997), quando os mesmos direcionam para as suas casas, cujo os objetivos vão além de tracar o perfil epidemiológico da família, mas sim participar e assistir-la com um todo. Até os profissionais que ficam restritos as unidades, como médicos, cirurgiões dentistas e enfermeiros, considerados guardiães da saúde dessa comunidade.

O formato segmentado, coeso e funcional, da atenção à saúde no Brasil, mas últimas décadas passou por uma enorme expansão (AN-

DRADE, *et al.*, 2018) principalmente na esfera primária, mas tem muito a melhorar qualitativamente, mas ainda sim, tem garantido um atendimento íntegro, prático e seguro a comunidade assistida, e tem visado a garantia do direito universal à saúde, respaldado pela DECLARAÇÃO DE ALMA ATA (1978), que estabeleceu um conjunto cuidados essenciais para indivíduos, famílias e comunidade, a partir de estratégias de trabalho e tecnologias, socialmente aceitáveis, com participação da comunidade e a um custo acessível e, solicitou ainda, que todos os países-membros utilizassem estratégias para alcançar a meta de “Saúde para Todos no ano 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, foi possível observar o quão é importante para os acadêmicos de medicina venciarem desde o início da graduação, o cuidado com o paciente, através da disciplina IAPS I, com intuito de formar médicos atentos ao Programa Nacional de Humanização que prioriza o acolhimento, como a recepção do usuário, desde a sua chegada, ouvindo suas queixas, permitindo que o paciente expresse suas preocupações, angústias, garantindo, assim, uma atenção resolutiva e a articulação com os outros serviços de saúde, proporcionando a população assistida uma melhor qualidade de vida. Ademais, a relação médico-paciente no contexto da atenção primária ainda é um desafio para implementação de práticas mais humanizadas em saúde, considerando sua relevância e a emergência do problema de saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA M. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos universitários da área da saúde*. Londrina: Rede Unida; 2003.
- ANDRADE, M.V; COELHO, A. Q; NETO, M. X; CARVALHO, L. R; ATUN, R; CASTRO, M. C. Transition to universal primary health care coverage in Brazil: Analysis of uptake and expansion patterns of Brazil’s Family Health Strategy (1998-2012). *Plos One*, v.13, n. 8, 2018.
- ARANTES, L. J; SHIMIZU H. E; MERCHÁN-HAMANN, E. Contribuições e desafios da Estratégia Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n.5, p. 1499-1509, 2016.
- BRASIL. Ministério da saúde. Conferência Internacional Sobre cuidados Primários De Saúde Alma-Ata. URSS, Set., 1978.
- _____. Portaria nº 1.886, de 18 de dezembro de 1997. Aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa de Saúde da Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1997.
- _____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
- _____. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html.
- OLIVEIRA F. P; VANNI T; PINTO H.A; SANTOS J. T. R; FIGUEIREDO A. M; ARAÚJO S. Q. Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva internacional. *Interface (Botucatu)*, v.19, n. 54, p. 623-34, 2015.
- PAIM J, TRAVASSOS C, ALMEIDA C, BAHIA L, MACINKO J. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. *Lancet*, v. 377, n.9779, p.1778-97, 2011.
- PEREIRA, A. K; GONTIJO, E. C. D. M; REIS, F. M; RODRIGUES, M. A. G; RIBEIRO, M. M. F; ALVIM, C. G. *Projeto pedagógico do curso de medicina da UFMG. Revisão 2015*. Disponível em <http://ftp.medicina.ufmg.br/cegrad/arquivos/2017/projeto-pedagogico-do-curso-de-medicina-PPC-2015-12-12-2017.pdf>. Acesso em 23 abr. 2019.
- PÓVOA L; ANDRADE M. V. Distribuição geográfica dos médicos no Brasil: uma análise a partir de um modelo de escolha locacional. *Cad Saúde Pública*, v.22, n.8, p.1555-64, 2006.

[DIRETRIZES PARA SUBMISSÕES]

A Revista Multitexto do CEAD/Unimontes é aberta a acadêmicos, professores e a pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento e, em especial, Educação a Distância, por meio de diálogos interdisciplinares entre as ciências. A revista publica artigos provenientes de projetos de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação.

Os textos são recebidos para as seções Artigos Originais (AO), Artigos de Revisão (AR) e Relatos de Experiência (RE). As normas e definições para cada seção devem ser observadas rigorosamente, conforme:

1. *Artigos Originais*: são trabalhos resultantes de pesquisas inéditas e de temáticas relevantes à área pesquisada, apresentando os principais resultados de pesquisa, analisados e discutidos por meio de lacuna do conhecimento e revisão. Devem ser apresentados com uma estrutura constituída de *Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusão ou Considerações Finais e Referências*. Os trabalhos enviados para essa seção devem possuir no máximo 20 laudas ou até 40 mil caracteres (contados os espaços).
2. *Artigos de Revisão*: são trabalhos que têm por objetivo resumir, analisar, avaliar ou sintetizar trabalhos teóricos e/ou de investigação já publicados. O artigo de revisão deve apresentar as seções *Introdução, Revisão da Literatura, Considerações Finais ou Conclusões e Referências*. Os trabalhos devem possuir até 15 laudas ou até 30 mil caracteres (contados os espaços).
3. *Relatos de Experiência* ou *Relato de Caso*: são publicados relatos de experiência vivenciados pelo próprio autor do trabalho diante de um objeto de estudo ou projeto de pesquisa, ensino, extensão, gestão e inovação. Pode ser um relato acadêmico ou profissional relevante à área de estudo. O corpo do texto deve conter as seções *Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências*. O relato de experiência ou relato de caso deve apresentar, no máximo, 12 laudas ou até 25 mil caracteres (contados os espaços).

Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido publicado em outro periódico científico ou livro. Caso contrário, deve ser apresentada no momento da submissão uma justificativa das razões pelas quais o trabalho deve ser considerado para publicação. As colaborações são publicadas apenas em língua portuguesa. Quanto à autoria, os trabalhos não poderão exceder o número de 7 (sete) autores (isto é, 1 autor principal mais 6 coautores).

As submissões deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Formatação

- a. Formato de apresentação: os textos deverão se apresentados no programa de edição de textos Microsoft Word® (.doc ou .docx com compatibilidade) em formato de papel A4.
- b. Dimensões: margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior de 2 cm.
- c. Título: fonte Arial, tamanho 14 pontos, caixa alta, negrito e centralizado.
- d. Autoria: deve-se apresentar o nome completo dos autores em fonte Arial, tamanho 12, alinhado à direita, seguindo de numeral sobrescrito indicando ordem. Devem ser seguidos, logo abaixo, da apresentação da titulação máxima do autor, vínculo profissional/instituição e cidade/estado com fonte Arial, tamanho de 10 pontos, alinhado à direita. Como por exemplo:

ROCHA, Mariana Santos¹

¹Doutora em Educação pela UFMG. Docente do Departamento de Educação da Unimontes. Montes Claros/MG.

- e. Resumo: deve ser preparado de modo informativo e sintético, incluindo objetivo, descrição breve dos métodos empregados, resultados e conclusão ou considerações finais. O título resumo deve ser apresentado em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. O texto do resumo deve estar em fonte Arial, tamanho de 12 pontos, espaço entrelinhas simples e redigido em parágrafo único e justificado. O resumo deve possuir até 300 palavras.
- f. Palavras-chave: Abaixo do resumo, devem ser apresentados de 3 a 5 termos que identifique a temática abordada no trabalho, separados pelo sinal de ponto final.
- g. Títulos das seções: observadas os títulos de cada tipo de seção (artigos originais, de revisão e relatos de experiência ou de caso), os títulos devem ser apresentados em fonte Arial, sem numeração precedente, caixa alta, negrito, justificado, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos, respeitando o espaço de 1 parágrafo após o início do texto ou do subtítulo subsequente.
- h. Subtítulos: devem ser apresentados abaixo dos títulos de seção com espaço de 1 parágrafo antes e 1 parágrafo depois. A formatação deve ser em fonte Arial, tamanho 12 pontos, caixa alta e baixa, justificado e espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos.
- i. Corpo do texto: deve ser apresentado com paragrafação de 1,5 pontos, fonte Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento entrelinhas de 1,5 pontos e justificado.
- j. Tabelas, figuras, quadros e gráficos: devem ser apresentados de maneira nítida e legível, precedida de título e número indicativo de ordem e sucedida de fonte (caso não seja de autoria própria). Os títulos devem ser apresentados com a indicação do tipo de recurso (exemplo “Tabela 1 - Perfil da amostra” ou “Figura 1 - O educador

Paulo Freire”) e um título correspondente ao seu conteúdo em fonte Arial, tamanho de 12 pontos e centralizados. Já a indicação de fonte deve ser indicada com a palavra Fonte e sua indicação em Arial, tamanho 12 pontos, alinhado à esquerda. Caso seja de origem da internet, deve-se indicar o link e data de acesso com os termos “Disponível em:” e “Acessado em:”. Recomenda-se calorosamente o envio de figuras, gráficos, tabelas e quadros com boa resolução e, se possível, além de constarem no corpo do texto, que sejam enviadas separadamente no momento da submissão (em formato jpeg, png ou similar).

- k. Citações: recomenda-se a adequação das citações no texto conforme as normas da NBR 10520/2002.

ABNT. NBR 10520/2002. Informação e documentação. Citação em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

- l. Referências: As referências devem ser dispostas conforme as indicações da NBR 6023/2002. O título referências deve ser redigido em fonte Arial, tamanho 12, caixa alta, negrito, espaçamento simples e justificado. O texto das referências deve ser redigido em Arial, tamanho 12 pontos, espaçamento simples, justificado, observando a marcação de negrito específica como indica a NBR 6023/2002. A cada referência, o espaço de 2 parágrafos deve ser concedido.
- m. Recomendações gerais: recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes a apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022/2003), apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), apresentação de originais (NBR 12256), norma para datar (NBR 5892) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação de tabulação do IBGE.
- n. Apêndices e Anexos (se houver): devem ser precedidos do título anexo ou apêndice com fonte Arial, tamanho de 12 pontos, caixa alta, negrito e justificado. Seu texto (caso não seja de um documento pré-formatado) deverá observar as normas de formatação da apresentação de texto, conforme item i.

Envio

As submissões devem ser feitas adotando-se o seguinte procedimento:

- Observar as diretrizes de submissão.
- Caso o autor seja um novo usuário, cadastrar-se na plataforma de submissão da Revista Multitexto pelo link <http://www.ead.unimontes.br/multitexto>.
- Submeter o arquivo original conforme especificações e, quando possível, arquivos de imagens, gráficos e tabelas em separado com alta ou média resolução.
- Encaminhar o mesmo arquivo para o e-mail pesquisa@ead.unimontes.br.

Dúvidas e esclarecimentos

Quaisquer informações podem ser obtidas pelos contatos da Equipe de Pesquisa do Centro de Educação a Distância da Universidade Estadual de Montes Claros - CEAD/Unimontes, responsável pela curadoria e editoração da Revista Multitexto.

Unimontes - Campus Darcy Ribeiro
Centro de Educação a Distância - CEAD
Avenida Ruy Braga, s/n, Prédio 7, 2º piso, sala 10, Pesquisa.
(38) 3229-8303 - revistamultitexto@ead.unimontes.br

www.ead.unimontes.br/multitexto

